

Organizadores:
João Batista Moreira Pinto
Mariza Rios



**REALIDADES SOCIOAMBIENTAIS CONTRA-HEGEMÔNICAS:
EMANCIPAÇÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE.**

Editora Instituto DH

**Organizadores:
João Batista Moreira Pinto
Mariza Rios**

**REALIDADES SOCIOAMBIENTAIS CONTRA-HEGEMÔNICAS:
EMANCIPAÇÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE**

1ª Edição

Belo Horizonte/MG

Editora Instituto DH

2017

REALIDADES SOCIOAMBIENTAIS CONTRA-HEGEMÔNICAS: EMANCIPAÇÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

Organizadores:

João Batista Moreira Pinto

Mariza Rios

R288 Realidades Socioambientais Contra-Hegemônicas: Emancipação Social e Sustentabilidade / João Batista Moreira Pinto, Mariza Rios, (organizadores). – Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2017.

ISBN 978-85-93038-05-1 (formato eletrônico)

1. Direitos Humanos. 2. Epistemologia. 3, Realidades. I. Pinto, João Batista Moreira. II. Rios, Mariza. III. Título.

CDU 342.7

Bibliotecário responsável: Anderson Roberto de Rezende CRB6 - 3094

Instituto DH: promoção, pesquisa e intervenção em direitos humanos e cidadania Rua Cristal, 89 Bairro: Santa Teresa – Cep: 31010-110 Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil Tel +55312535-0611 - www.institutodh.org

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada à fonte. As opiniões emitidas em trabalhos ou notas assinadas são de exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.



SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	09
POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS COMO AGENTES DA PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL ANDRÉ ALMEIDA DE MOURA e MARIA EMÍLIA SILVA	
CAPÍTULO II	20
REALIDADES COLETIVAS DE AGROECOLOGIA JOÃO BATISTA MOREIRA PINTO, FERNANDO RODRIGUES DE FREITAS E JAIRO DOS SANTOS PEREIRA	
CAPÍTULO III	40
ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA GIOVANI CLARK E LISIANE AGUIAR HENRIQUE E MARINA FAGUNDES DE ARAÚJO	
CAPÍTULO IV	53
REDE LIXO ZERO SANTA TEREZA: UM PROGRAMA DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA VANESSA DE VASCONCELLOS LEMGRUBER FRANÇA E CAROLINA SOUZA CASTRO	
CAPÍTULO V	70
ECOVILAS E PERMACULTURA: NOVAS PERCEPÇÕES DE MORADIA E MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO EM MINAS GERAIS MARCO ANTÔNIO OLIVEIRA JÚNIOR CORRADI E LUCAS MAGNO OLIVEIRA PORTO	
CAPÍTULO VI	89
ROMPENDO CONTRADIÇÕES ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTAIS LUIZ GUSTAVO LEVATE, MARIZA RIOS E TÂNIA MARIA DOS SANTOS SCARABELLI	
CAPÍTULO VII	111
DESENVOLVIMENTO COMO DIREITO HUMANO: UMA LEITURA ALÉM DA VISÃO OCIDENTAL PEDRO ANDRADE MATOS	
CAPÍTULO VIII	124
TRAÇOS CONTRA-HEGEMÔNICOS EM REALIDADES SOCIOAMBIENTAIS JOÃO BATISTA MOREIRA PINTO E MARIZA RIOS	

PREFÁCIO

ALEXANDRE BERNARDINO COSTA

Professor Associado
Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB

Há um discurso que toma conta do cenário mundial, e parece estar ainda mais forte no Brasil: a postura ideológica contra os direitos humanos e o aparente discurso único sobre as possibilidades de desenvolvimento econômico e social.

O livro organizado por João Batista Moreira Pinto e Mariza Rios vai na contramão desse discurso ao buscar analisar projetos, relações e realidades contra-hegemônicas de emancipação social e de sustentabilidade, bem como sobre direitos humanos. Dessa forma, os autores possibilitam uma reflexão sobre o momento histórico em que estamos inseridos e suas alternativas.

No ano de 2016 o Brasil passou por uma forte ruptura institucional. Dessa ruptura desenvolveram-se práticas agressivas e mesmo violentas por parte de setores conservadores da sociedade contra minorias, movimentos sociais e até contra defensores de direitos humanos.

Diante desse quadro de criminalização, publicar um livro que trate de experiências concretas e reflexões sobre processos contra-hegemônicos de emancipação social e sustentabilidade; assim como afirmar direitos humanos e defender os movimentos sociais que fazem a luta cotidiana pela implementação de direitos tornou-se um ato de coragem política e epistemológica.

Ao se debruçarem sobre questões teóricas e práticas de sustentabilidade e direitos humanos, os autores fazem um giro no discurso dominante para demonstrarem outra realidade possível. Ao discutirem sobre comunidades indígenas e quilombolas; experiências coletivas de agroecologia; economia popular solidária; coleta de lixo seletiva solidária; direito à moradia e ao meio ambiente equilibrado; a implementação de políticas públicas socioambientais que geram desenvolvimento e, por fim, realidades socioambientais contra-hegemônicas ao discurso do desenvolvimento, os autores da obra coletiva não perdem o rigor acadêmico necessário à crítica ao modelo vigente, e tão pouco deixam de marcar posição política e epistemológica em favor dos excluídos e pela democratização do acesso aos bens sociais, econômicos e culturais, baseando-se em uma “sustentabilidade com desenvolvimento” e calcados nos direitos humanos.

Por fim, os vários textos que compõem a obra nos dão um leque de possibilidades teórico-metodológicas e práticas para contrapormos ao modelo e ao discurso hegemônico vigente.

Pelos motivos expostos acima acredito que o livro torna-se uma leitura obrigatória que será feita com muito proveito e prazer.

INTRODUÇÃO

JOÃO BATISTA MOREIRA PINTO

Seguindo o modelo dominante de desenvolvimento, vinculado ao modelo econômico hegemônico, o capitalismo, grande parte das empresas, sobretudo as multinacionais, se apresentam hodiernamente como vinculadas ao “desenvolvimento sustentável”, apesar das contradições sociais e ambientais de suas ações e intervenções pelo mundo.

Foi a partir desse contexto que destacamos, em nossa produção anterior *Da insustentabilidade do desenvolvimento sustentável à sustentabilidade com desenvolvimento* (PINTO, 2016), as contradições em torno desse modelo de desenvolvimento.

A expressão “desenvolvimento sustentável”, como parte desse processo de disputas em torno de determinados conceitos, que retratam determinadas concepções ou compreensões sobre a sociedade, pode ser apresentada como parte do modelo hegemônico, adotado internacionalmente em um contexto global de forte influência do econômico sobre o conjunto das realidades sociais, inclusive a ambiental e a social.

Entretanto, frente a esse modelo hegemônico e suas contradições, é importante destacar a luta e a realidade de vários grupos, experiências ou movimentos que têm atuado em uma perspectiva contra-hegemônica, buscando construir as bases para um outro modelo de sustentabilidade, onde se busca suplantar as contradições decorrentes desse modelo hegemônico.

Destacamos nessa produção anterior: “o espaço de construção contra-hegemônico somente poderá se dar a partir de outras bases, de outras compreensões epistemológicas e políticas, de outros olhares sobre o mundo, sobre a natureza e sobre as relações sociais.” (PINTO, 2017, p. 160)

Mas quais seriam essas experiências ou realidades socioambientais contra-hegemônicas? Quais elementos vão caracterizá-las? Haveria elementos comuns entre elas? Quais suas estratégias de atuação? Os direitos humanos poderiam ser importantes nesse processo de enfrentamento? Enfim, quais as suas potencialidades frente ao modelo hegemônico de desenvolvimento?

Ora, o que buscamos ressaltar como objeto de nossas pesquisas em 2017 foi exatamente algumas realidades brasileiras, mais especificamente mineiras, que, a priori, teriam alguns elementos que poderiam caracterizá-las como contra-hegemônicas.

As discussões e pesquisas preliminares do grupo levaram à delimitação das seguintes experiências ou realidades para a realização do trabalho de campo: as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas, experiências coletivas de agroecologia, experiências de economia solidária, a proposta “Lixo Zero” proposta para um bairro de Belo Horizonte, experiências de ecovilas e, por fim, uma experiência do poder público de Belo Horizonte face à questão ambiental.

O objetivo geral da pesquisa foi pesquisar realidades contra-hegemônicas de emancipação social e de sustentabilidade, face ao modelo dominante de “desenvolvimento sustentável”, em Minas Gerais, correlacionando-as com realidades de outros espaços nacionais e internacionais.

Como objetivos específicos destacamos:

a) Pesquisar o grau de percepção sobre as contradições sociais e ambientais vivenciadas pelos atores ou pela comunidade da realidade pesquisada, antes da implementação do projeto ou ação atual;

b) Identificar o grau de percepção sobre os aspectos de sustentabilidade do modelo, projeto ou ação implementado pelo grupo/comunidade;

c) Analisar as diferentes etapas do processo vivenciado pelo grupo/comunidade;

d) Analisar o grau de participação dos envolvidos no processo de discussão e implementação das ações propostas;

e) Identificar os elementos caracterizadores das realidades pesquisadas, destacando seu potencial emancipatório e contra-hegemônico em termos sociais e de sustentabilidade;

f) Verificar o grau de percepção sobre a possível correlação com outras lutas ou realidades sociais; e

g) Refletir sobre as realidades pesquisadas, produzir material e divulgá-las.

Como estratégias metodológicas, o grupo vem intercalando, desde 2012, pesquisas teóricas e empíricas. Em 2016, desenvolveu pesquisa teórica sobre as contradições do desenvolvimento sustentável e sobre a insustentabilidade desse modelo. Já em 2017, desde o primeiro momento, definiu-se por pesquisas empíricas em torno de possíveis realidades socioambientais estruturadas a partir de concepções contra-hegemônicas. Para isso, partiu-se dos referenciais teóricos trabalhados em anos anteriores, que foram atualizados no primeiro semestre, enquanto se discutia sobre as possíveis realidades a serem pesquisadas.

Para o levantamento prévio das temáticas a serem trabalhadas realizou-se discussões com técnicos e militantes de alguns projetos ou entidades e movimentos sociais. Neste sentido, agradecemos as contribuições de Guilherme Romeros da Fonseca, Livia Ferreira e Jairo dos Santos Pereira.

Definidas essas realidades, o grupo de pesquisa foi subdividido para as pesquisas de campo, que foram realizadas a partir do início do segundo semestre; enquanto se mantinham os encontros para discussão e análise das realidades pesquisadas.

Nesse processo, alguns professores externos ao grupo foram convidados a participarem das discussões e participação nos trabalhos deste ano, é o caso dos professores Pedro Andrade Matos, Giovani Clark e Alexandre Bernardino Costa, este, já colaborando com o grupo desde seu início. A estes, nosso agradecimento pela colaboração.

No caso de Pedro A. Matos, deve-se observar que, após nossas pesquisas em torno de realidades socioambientais contra-hegemônicas, suas análises, como cabo-verdeano, sobre as contribuições de outras culturas - da América Andina e da África - frente às temáticas dos direitos humanos e o meio ambiente foram de extrema relevância para análises comparativas e de aproximações contra-hegemônicas.

Nosso agradecimento às pessoas que trabalham na Dom Helder e que ajudam a viabilizar nossos encontros e nossas produções, em especial a Ana Valéria Proença Xavier, Isabel Cristina de Carvalho, Anderson Roberto Rezende e Carmen Lucy Moreira, em nome dos quais agradecemos a todos.

Enfim, não poderia concluir essa apresentação do ano acadêmico de nosso grupo de pesquisa sem fazer referência à alegria de termos convivido, desde o início do ano, com duas integrantes do grupo grávidas, e que recentemente tiveram a felicidade de trazer ao mundo o Bento, da Carolina, e o Antônio, da Lisiane e do Diego. Que sejam muito bem vindos, e que quando estiverem em condições de assumir a luta pelos direitos humanos, que tenhamos conseguido avançar nessa tarefa contínua daqueles que defendem a vida, uma vida com qualidade e dignidade, para todos.

CAPÍTULO I

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS COMO AGENTES DA PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

ANDRÉ ALMEIDA DE MOURA¹
MARIA EMILIA SILVA²

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O recrudescimento da crise ambiental que assola o mundo em sua totalidade pode ser percebido de várias formas, tanto nos óbvios reflexos ambientais quanto em aspectos sociais.

O conceito atribuído às comunidades tradicionais, descritas no Decreto nº 6040/2007, especialmente indígenas e quilombolas de melhoria da qualidade de vida, vem sendo assimilado por alguns curiosos e até por parte da população que vive nos centros urbanos, em que pese o enfrentamento de problemas da mesma origem: a crescente modernização que se estabelece no mundo. Leff aponta incoerências nessa lógica de modernidade:

A racionalidade teórica e instrumental constitutiva da modernidade e sua expressão através de seus valores, seus códigos de conduta, seus princípios epistemológicos e sua lógica produtiva geraram a destruição da base de recursos naturais e das condições de sustentabilidade da civilização humana. Isto desencadeou desequilíbrios ecológicos em escala planetária, a destruição da diversidade biótica e cultural, a perda de práticas e valores culturais, o empobrecimento de uma população crescente e a degradação da qualidade de vida das maiorias. Esta crise do crescimento econômico leva a fundar um desenvolvimento alternativo sobre outros valores éticos, outros princípios de produção e outros sentidos societários, sem os quais a vida humana não será sustentável. (LEFF, 2009. p. 84)

Portanto, a elaboração de novos modelos admitidos por inúmeros segmentos como sendo de sustentabilidade que emerge de realidades históricas sustentadas pela oralidade, reveladora de antigas práticas sociais vivenciadas como alternativas necessárias para a sustentabilidade da vida humana, também deve estar interligada novos parâmetros que contemple a simbiose homem-natureza fortalecendo a relação com o meio ambiente, desqualificada a cada dia com a modernidade que impõe o lucro como valor acima do bem estar

¹ Advogado do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Minas Gerais. Pós-Graduado em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Pós-Graduado em Direitos Humanos. Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MG.

² Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara.

do homem e da natureza. As comunidades tradicionais vêm apontando novos sujeitos na construção de modelos:

Já é possível reconhecer novos e diversos atores sociais envolvidos neste processo de construção de um novo paradigma: comunidades mobilizadas em defesa de seu ambiente natural local, de onde tiram seu sustento pelo trabalho, se organizam coletivamente e se opõem ao modelo vigente e ainda reivindicam legitimidade para sua luta por vida com dignidade associada à convivência com a natureza e consequente preservação de matas e nascentes nas cidades; defensores dos Direitos Humanos que advogam a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como forma de influenciar comportamentos sociais, inserindo outros grupos na busca de posturas mais ecológicas; em oposição aos grandes latifúndios, monoculturas e agrotóxicos; luta de povos originários e tradicionais como indígenas e quilombolas pela demarcação de suas terras e reconhecimento de suas práticas culturais. Todos esses movimentos e pensamentos convergem para uma nova concepção de relação mais harmoniosa com o meio ambiente que podemos compreender como fundamental para a o avanço de uma sociedade sustentável e solidária (SILVA e ALVES, 2016).

A evidência desses atores é demonstrada na resistência secular adquirida no esforço dos ancestrais que diferentemente dos registros sobre a constituição dos quilombos descrevem a experiência de fuga dos trabalhos escravos; ao contrário se organizavam com seus saberes e práticas para na resistência apresentarem um novo modo de viver. De igual modo, os indígenas que se negaram à imposição da escravidão.

2 ATORES DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM COMUNIDADE INDÍGENA E QUILOMBOLA

A comunidade indígena Pataxó da Aldeia Geru Tucunã está localizada no distrito de Felicina, em Açucena/MG, cerca de 120 km de Governador Valadares-MG. A Comunidade é descrita pelo Cacique Terêncio Braz - cacique Bayara como aldeia que busca se sustentar de forma a utilizar os elementos da natureza, respeitando o que se retira da terra, das águas dos rios, associando às formas de produção também ao princípio da sustentabilidade, buscando, em seus próprios dizeres a sobrevivência dos “parentes” resguardando o modo coletivo do viver em comunidade.

As comunidades indígenas e quilombolas são assinaladas pelo Decreto nº 6.040/07 como “grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições culturais, socioeconômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão

inseridas” (BRASIL, 2007). Assim, essas comunidades são capazes de partilhar saberes e conhecimentos, próprios nas dimensões da espiritualidade, da cultura, da culinária, pesca, agricultura, medicina etc. Este fato está ainda relacionado com a modernização de conhecimentos acadêmicos dos Pataxós da Aldeia Geru Tucunã noticiado pelo G1, como fato inédito a experiência da jovem Amaynara de 27 anos como “a primeira médica pataxó de Minas Gerais”, “As pessoas olham para nós com esperança.” (Amaynara) (PIMENTEL, 2016).

Segundo a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, entre 2010 e 2013, quarenta e seis alunos indígenas ingressaram nos cursos de Enfermagem, Medicina, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Agronomia e Odontologia por meio de processo seletivo especial. A proposta é de que esses jovens formandos retornem à suas comunidades associando o saber acadêmico aos conhecimentos tradicionais “...conscientes que têm um pé na aldeia e um pé no mundo”. Desta forma o Cacique Bayara, da Aldeia Pataxó Gerú-Tucunã, explicou como é a formação e conscientização dos indígenas que saem da aldeia para estudar na “cidade”, e, depois de formados, retornam para suas tribos, através dos laços e consciência cultural obtidos desde a infância (PIMENTEL, 2016).

A Comunidade Quilombo Marobá dos Teixeira, localizada na zona rural do município de Almenara, distante cerca de 730 Km de Belo Horizonte/MG, tem sua origem pelos idos de 1868 pela ação do ex-escravo João Teixeira que, juntamente com outros escravizados buscando se libertar do trabalho escravo nas lavras em Diamantina, se retiraram descendo o Rio Jequitinhonha se instalando-se às margens do Rio das Pedras, na região do Baixo Jequitinhonha. Buscaram se abrigar em uma região mais fértil onde formaram comunidades que viviam basicamente do cultivo do feijão, do amendoim, da caça e da pesca. Em 1937 com a chegada dos coronéis na região foi introduzido o cultivo do cacau, produção assimilada pela comunidade quilombola até os dias atuais.

Em 1955 a comunidade foi dispersada retornando em 1971 quando buscaram reaver seus costume, suas práticas e sua espiritualidade.

Neste sentido, de acordo com dados do Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva (CEDEFES):

O Quilombo Marobá dos Teixeira, a exemplo da histórica trajetória de quilombos no Brasil, viveu o processo de expropriação da área onde se localiza a comunidade. Em razão deste fato alguns membros se mudaram para outras cidades da Bahia e de Minas Gerais durante os anos da expulsão e grilagem das terras. O retorno desses membros tem se dado de forma gradual por força das relações mantidas com o núcleo familiar quilombola. Um dos motivos da reaglutinação no quilombo está ligado ao processo de regularização da área em que habitam. O andamento do processo de reconhecimento, ainda que sujeito a contestações ao Laudo Antropológico animaram as famílias que coletivamente retomaram a luta em torno do reavivamento e consolidação do quilombo. Atividades como o plantio e a colheita e a construção da

farinheira são responsáveis tanto pela subsistência quanto para comercialização na feira local e institucional, e entrega da alimentação escolar - PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar (CEDEFES, 2015).

Constituída atualmente por 26 famílias, a comunidade do Quilombo Marobá dos Teixeira luta pelo direito à terra e território como elementos fundamentais para a manutenção e/ou resgate dos modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral.

Isso porque, as relações específicas que esse “grupo institui com a terra e território tradicionalmente ocupados, bem como com seus recursos naturais implica dimensões para além da geografia. Implica dimensões simbólicas, posto que nos territórios estão registrados, impressos fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo (CIMOS/MPMG, 2017”.

O que se verifica portanto é que o modelo de exclusão experienciado pelas minorias de quilombolas e indígenas que se caracterizam pela inacessibilidade ao território, pela ação de grandes empreendimentos, latifúndio, mineração e indefinição legal acerca de áreas de proteção integral sobre os territórios, o direito adquirido por essas comunidades vem sofrendo violações que provocam violência, intimidações e ameaças praticadas por fazendeiros e representantes de grandes empreendimentos que se intitulam proprietários das terras.

Todavia excluídos tanto por fatores étnico-raciais, como pela expropriação de terras, interesses do agronegócio, processos de exploração minerária, construção de barragens e hidrelétricas, criação de unidades de proteção integral sobre os territórios, o direito as terras e ao território ao longo dos anos vem sendo negado, gerando várias consequências, dentre elas a violência física e simbólica perpetrada por grileiros, fazendeiros e empresas que se dizem donos das terras (CIMOS/MPMG, 2017).

Atualmente a comunidade quilombola Marobá dos Teixeira acompanha a tramitação do processo administrativo de regularização fundiária do território junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Minas Gerais (INCRA/MG) (Processo nº 54170.000671/2009-94). Foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em maio de 2009. Em 2013, o INCRA/MG aprovou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), sendo a sua publicação no Diário Oficial da União em 20/12/2013, e atualmente o processo encontra-se em sua segunda fase que consiste na análise e julgamento de eventuais contestações (INCRA, 2017). Recentemente a comunidade retomou parte do território certificado pela FCP. Após conclusão do laudo antropológico, publicado pelo INCRA em outubro de 2013, os quilombolas aguardam a morosidade nas etapas dos procedimentos, o que favorece acirramento de intimidação e ameaças por parte dos fazendeiros que ainda residem na área delimitada como quilombo.

Diante dos fatos, a comunidade tem tomado medidas de forma a pressionar os órgãos responsáveis – INCRA e Secretarias de Estado, a fim de avançar o processo que dará a regularização definitiva à comunidade. Esta pressão é acompanhada pela Comissão Pastoral da Terra - CPT³, em nota no Portal África:

Na manhã de 22/03, a Comunidade Marobá dos Teixeira fez uma ação de Retomada de uma parte do Território Tradicional. Fizeram ocupação da Sede da Fazenda Marobá de Matrícula 1569. Esta fazenda é parte do Território da Comunidade.

A Comunidade tem posse da Fazenda Marobá via liminar cedida pela Segunda Vara Federal de Governador Valadares datada do dia 01/12/2010. Na decisão do Juiz Federal Hermes Gomes Filho, ele reconhece que a posse da Comunidade é anterior ao documento apresentado pelos fazendeiros. Neste sentido, o juiz relata que a posse da comunidade foi violentada pelos fazendeiros, assim a comunidade deve ser reintegrada na posse total do imóvel fazenda Marobá. Mas foi reintegrada parcialmente pelo oficial de Justiça.

A comunidade já fez várias reivindicações, mas não houve a reintegração. O Ministério Público Federal de Teófilo Otoni fez manifestações junto à Justiça Federal, pedindo novo mandato para cumprir a reintegração total do imóvel, mas não aconteceu. Sendo que a última manifestação foi datada de 18/09/2015. A Polícia Militar esteve no local, mas o que se diz dono, fez graves ameaças, dizendo que se os quilombolas não deixar ele entrar/voltar ele irá levar os “homens” dele, ou seja, levará pistoleiros para atacar os quilombolas (CPT-MG, Portal África, 2016).

É nesse universo de lutas para reconhecimento oficial do território que ainda em 2017 a comunidade quilombola é descrita por uma de suas lideranças Maria Rosa Jannet Pujol acerca do histórico vivido por esse povo:

A comunidade iniciou suas atividades em Diamantina quando escravizados estavam submetidos ao trabalho nas lavras. Em 1868 iniciaram algumas fugas, descendo o Rio Jequitinhonha se instalaram à margem direita, na confluência do Rio das Pedras. Os retirantes procuraram uma região mais fértil as margens do Rio Marobá. Se misturaram com os índios iniciando o cultivo de feijão (origem do nome de uma parte do quilombo que se denomina Feijoa), amendoim, caça e pesca.⁴

Vizinhos da Mata Atlântica, parte do Marobá e parte do Feijoa é constituída pela vegetação de caatinga. Por se situar na rota para Ilhéus, João Teixeira, pessoa visionária e empreendedora percebeu possibilidades de ir e voltar da Bahia, de um lado e outro do rio. Dessa forma iniciou o plantio de sementes e o comércio do cacau o que proporcionou grande prosperidade para a comunidade. Essa foi a principal cultura no Quilombo até o ano de 1937 quando chegaram os coronéis que grilaram as terras, destruíram as matas naquela região e

³ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um órgão vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criado em 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, realizado em Goiânia (GO) para desenvolver trabalho juntamente com agentes de pastoral e lideranças populares. Para maiores informações, consulte: <<http://www.cptnacional.org.br/>>

concomitantemente a infestação da praga “vassoura de bruxa”, combatida pelos quilombolas. Como Marobá está situada na região do semiárido, foi possível conservar o cacau com propriedade superior ao cultivado pelos agricultores em lhéus até recentemente. O cultivo do cacau cresceu consideravelmente nos últimos anos no Quilombo.

Ao longo do tempo a comunidade Quilombola Marobá dos Teixeira foi se adaptando ao meio ambiente na especificidade do clima e do solo utilizando-se dos mecanismos ali existentes para sua sobrevivência em consonância com a preservação do meio ambiente.

Portanto ambos os grupos, pelo que se pode verificar sobremaneira em razão da nossa atuação profissional junto a estas comunidades (Coordenadora e advogado do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Minas Gerais), promovem diversos benefícios para a sociedade ao promoverem saberes tradicionais no uso de recursos naturais, entre outros.

3 NOVOS MODELOS AMBIENTAL E TRADICIONAL NA SOCIEDADE EM MOVIMENTO

A abordagem em torno da temática do ambiente e da sustentabilidade e seu alcance na sociedade têm produzido atualmente resultados jurídicos legais, que segundo Leff, podem ser observados no mundo do direito

“A influência da sociedade e o desenvolvimento de novas abordagens em torno das temáticas do ambiente e da sustentabilidade já têm produzidos efeitos que podem ser notados no mundo do Direito.” (SILVA e ALVES, 2016).

Portanto, o desenvolvimento sustentável surge com o propósito de conseguir um ordenamento racional do ambiente, sem exigir que o ambiente funde uma nova racionalidade, que a degradação ambiental não se resolva com os instrumentos da racionalidade econômica. Neste sentido, a questão ambiental está ampliando o marco dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Os sistemas jurídicos estão se transformando para atender os conflitos de apropriação e manejo dos bens comuns.” (LEFF, 2009. p. 92)

A excessiva exploração do meio ambiente que pode ser observada nas comunidades rurais no Brasil e especialmente em Minas Gerais é a destruição de grandes áreas de mata nativa. Ressalte o depoimento da líder quilombola Rosa Janet sobre a destruição de boa parte da mata Atlântica no Vale do Jequitinhonha com a chegada dos.... Esse processo representou o motivo da diáspora da comunidade quilombola, ocorrida em 1955, dispersando boa parte do quilombo que já ocupavam o território com práticas historicamente associadas à natureza. De igual modo os Pataxós foram forçados a se retirar da Bahia. Nesse diapasão torna-se importante reiterar as

demandas dos grupos indígenas e quilombolas considerando que esses povos orientam sua maneira de viver a sustentabilidade numa abrangência diversa da visão capitalista do lucro, desenvolvendo uma relação simbiótica com a natureza assumindo práticas criativas e envolventes de uso do meio ambiente. Encontramos suporte para essa visão nos estudos de Boaventura Sousa Santos:

Não é por acaso que hoje boa parte da biodiversidade do planeta existe em territórios dos povos indígenas, para quem a natureza nunca foi um recurso natural. Para esses povos, a natureza é indissociável da sociedade, no quadro das cosmologias que dividem e classificam o mundo de uma forma distinta daquela que foi consagrada pela cosmologia moderna e ocidental. A preservação desse mundo teve de enfrentar as tentativas da sua destruição, associadas ao colonialismo, e, depois, as formas de subalternização características do pós colonialismo. (SANTOS, 2005. p. 63)

Desse modo, as boas práticas, não propostas alternativas, como destacado no início do texto, envolve a associação de condutas sociais e novas técnicas unidas à preservação das identidades culturais de indígenas e quilombolas e de relação com o do meio ambiente pela naturalidade da proximidade com que esses povos convivem com a natureza, uma vez que esses saberes vêm sendo banidos pela forma moderna de exploração do meio na escalada de satisfação dos interesses econômicos.

A relevância das comunidades tradicionais para a preservação do meio ambiente e implementação de um modo de vida sustentável fica mais claramente demonstrado a partir do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e tradicionais com os saberes e práticas culturais próprios contribuem para os objetivos da sustentabilidade traçados a partir da crise ambiental dos modos de produção vigentes. Entretanto, em muitos casos como na Aldeia Geru Tucunã esses povos têm que recorrer às ajudas externas para defender seus territórios de grileiros, fazendeiros, mineradores e outros invasores. Pensar os conhecimentos tradicionais considerando todos os conhecimentos seculares que permeiam estes povos, quer seja na dimensão histórica, moral ou filosófica nos remete a tecer considerações a partir de instrumentos que consideram a dignidade da pessoa humana. Inês Virgínia Prado Soares, se posiciona acerca do saber tradicional como:

os saberes e técnicas que os índios e outras comunidades locais (tais como os quilombolas, os caiçaras, os seringueiros, os pescadores, os ribeirinhos, entre outras) têm e utilizam para sua sobrevivência e para o atendimento de necessidades culturais, espirituais, materiais e financeiras das presentes e futuras gerações. São conhecimentos sobre as potencialidades dos recursos naturais e sobre formas e

técnicas de manejo e sua gestão, bem como sobre métodos de caça, pesca, processamento de alimentos e propriedades fitoterápicas de elementos da flora.⁵

O saber tradicional, assim apresentado, refere-se a um conjunto de conhecimentos adquiridos ao longo de séculos, que permite interação com a realidade presente, adotando essas comunidades um estilo de vida relevante para a proteção do meio ambiente e permanência da diversidade biológica.

O dinamismo presente nas formas do conhecimento tradicional, considerando que o termo tradicional, não se refere a antiguidade como conhecimentos “antigos” ou “passados”, mas também presentes e futuros que evoluem e se transformam a partir de práticas dinâmicas. Neste aspecto a CF/88 não apresenta nenhuma novidade sobre conhecimentos tradicionais ao se referir no artigo 225 sobre o meio ambiente como o guardião das gerações futuras.

O conhecimento tradicional ou associado, descrito juridicamente na Lei nº 13.123/2015 cap. I inciso IV, o descreve como:

grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (BRASIL, 2015).

Nesse diapasão, assevera Santilli⁶ (2010) que:

o conhecimento tradicional não é estático e sim dinâmico e o termo tradicional não se refere apenas a conhecimentos antigos ou passados, mas de conhecimentos também presentes e futuros que evoluem e se transformam a partir de práticas dinâmicas. Esta assertiva é diuturnamente observada nas comunidades tradicionais que mesmo sendo acometidas da sazonalidade como a precariedade do trabalho garantidor de vida com qualidade contam sempre com a volta dos filhos da terra que darão continuidade à vida da comunidade (BRASIL, 2015).

Outro fator que essas comunidades quilombolas e indígenas na evolução da sustentabilidade como forma de vida é o controle sobre a economia. A prioridade seria a auto-suficiência. Tudo o que pode ser produzido no local deve sê-lo. Quando não houver condições locais, o regional tem prioridade. É o registro de Rosa Janet:

O sonho na comunidade quilombola é não ter que comprar no mercado, a menos que se deseje e que as experiências vividas no quilombo possam ser repassadas para outras comunidades e outras áreas da vida. Para alcançar esse objetivo estamos evoluindo na forma coletiva de organização interna, na linha social. O que pretendemos alcançar é

⁶ Referida autora diz ainda que tais conhecimentos devem estar atreladas a dois pressupostos para sua caracterização a saber: a) que sejam gerados pelas comunidades tradicionais e b) que tenham por base os recursos naturais.

a sustentabilidade política “quilombo com quilombo”; unir esforços com as outras comunidades quilombolas do entorno. Não queremos que outros façam por nós. Unir os conhecimentos que são variados para crescer conjuntamente e nos mostrar valorizando o que temos e usufruindo daquilo que possa nos ajudar. Essa é política. De representatividade na sociedade. É ter voz e vez na sociedade e fazer a diferença.

Considerar que a sustentabilidade avançou dos muros da academia, mas é um tema popular de acesso ao cotidiano das pessoas. Uma ideia presente desde o fazer de comunidade tradicionais, indígenas e quilombolas, “em que a família é central na organização de toda a vida da comunidade, gerando uma sociabilidade [...] ampla e solidária onde vender para o mercado não é o único fim, sendo [...] parte da produção destinada ao consumo e às práticas sociais, [...] propiciando a construção de estratégias” (CIMOS/MPMG, 2017) que perpassam o manejo do solo, o plantio, a colheita, a produção e a comercialização de produtos, saindo do plano abstrato para se mostrar cada dia mais como possibilidade para a subsistência para as gerações presente e futuras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante constatar com seriedade os desafios da atual realidade ambiental. Mas ao fazê-lo, já nos deparamos com movimentos promissores no sentido de que já desenvolvidos, existe uma base de sustentação de valores éticos e organização social para a realização de uma nova lógica capaz de apontar perspectivas de solução para questões humanas e ambientais.

A sustentabilidade vem se apresentando no cenário das comunidades indígenas e quilombolas numa integração de práticas onde esses novos sujeitos oriundos de comunidades tradicionais têm buscado se aprimorar em uma ética de condutas humanas fundamentadas na natureza e nas relações inter grupais. Nesta esteira, os valores democráticos com participação gradual dos envolvidos, a busca de equidade na dimensão comunitária fomento para transformação das estruturas impostas pelo capitalismo, estabelecem uma nova realidade a partir das possibilidades do meio ambiente onde a sustentabilidade vem se desvelando como paradigma para uma nova economia nessas pequenas comunidades, irradiando para a concretização de uma sociedade pautada nos Direitos Humanos e na justiça ambiental (CIMOS/MPMG, 2017).

O artigo buscou apresentar um panorama da vivência das comunidades no respeito e preservação ao meio ambiente nos caminhos da sustentabilidade e a eficácia das práticas tradicionais para o desenvolvimento sustentável (NASCIMENTO, 2015).

Indicar que, do que pudemos experienciar a interrelação destes dois povos aqui apresentados com o meio ambiente no qual estão inseridos, haja vista a continuidade de práticas seculares, de modos de agir para sua subsistência, procedimentos que vão ao encontro do modo sustentável de utilização dos recursos naturais. Isso porque esses grupos apresentados acima se alimentam dos conhecimentos repassados por seus ancestrais e buscam se atualizar de forma a se relacionar com a natureza e o mundo no respeito aos limites que essa mesma natureza proporciona (CIMOS/MPMG, 2015).

Além do mais, tentou - se apontar os impactos que a diáspora vivida pelo povo negro quilombola e indígena presente nessas duas comunidades tradicionais interfere no ambiente no qual residem, entretanto, algumas contradições surtem efeito positivo para o grupo na evolução de uma política no modo de produção coletiva. Posto que da opressão, perda de território e exclusão étnico-raciais históricas fortaleceu e propiciou a conformação de famílias extensas e ampliadas, gerando vínculos de solidariedade mais fortalecidos. E ainda se pode analisar com o tema abordado que ao longo do tempo as duas comunidades (quilombolas e indígenas) desenvolveram formas de resistência e luta contra a opressão. Essa convicção presente no modo de agir em coletividade, mutirão, busca de novas tecnologias e avanço na dimensão política e econômica são projetos que já iniciaram sua irradiação com a partilha entre os grupos próximo e que deverão se estender a outras comunidades de povos tradicionais

Nesse sentido, conseguiram manter a sobrevivência, como também consolidar seus valores culturais e preservar o ambiente. As relações específicas estabelecidas por esses grupos com as terras tradicionalmente ocupadas e seus recursos naturais fazem com que esses lugares sejam mais do que terras, ou apenas bens econômicos. Assumem a qualificação de territórios. E, essa busca pela manutenção de uma forma sustentável se fundou na ideia realmente de desenvolvimento sustentável a consciência da finitude dos recursos naturais sem perder de vista que a utilização dos bens proporcionados pela natureza podem desde que usados com equilíbrio prover as demandas das comunidades atuais sem comprometimento com o futuro. As comunidades aqui apresentadas demonstraram que para manter sua sobrevivência no local em que residem tiveram que criar mecanismos de se desenvolver economicamente, mas buscando equilíbrio no plantio colheita e comercialização dos produtos realizando a junção do economicamente viável, com o ecologicamente sustentável na garantia das gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113123.htm> Acesso em: 10 Dez. 2017.

_____. Decreto nº 6.040 de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso e: 10 Dez. 2017

CEDEFES (Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva), *Balanço*. Disponível em: <<http://www.cedefes.org.br/>>. Acesso em: 25 Abr. 2016

CIMOS/MPMG, Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais/Ministério Público de Minas Gerais. Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>> Acesso em: 06 Dez. 2017

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), *Andamento dos processos*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/quilombolas/andamento_dos_processos_pdf.pdf> Acesso em 05 Dez. 2017

_____. *Estrutura fundiária*. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>> Acesso em 05 Dez. 2017.

LEFF, Enrique. *Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes*. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2010.

NASCIMENTO, Cloves Leandro. *O desafio da sustentabilidade em comunidades tradicionais: Marisqueiras e quilombolas*, 2015. Disponível em: <<https://clovesleandronascimento.jusbrasil.com.br/artigos/183776015/o-desafio-da-sustentabilidade-em-comunidades-tradicionais-marisqueiras-e-quilombolas>> Acesso em 01 Dez. 2017.

PIMENTEL, Thaís. *Índios da etnia Pataxó se formam em medicina pela UFMG em BH*, 2016. Disponível em <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/indios-da-tribo-pataxo-se-formam-em-medicina-pela-ufmg-em-bh.ghtml>> Acesso em 01 Dez. 2017.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). *Semear Outras Soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CAPÍTULO II

REALIDADES COLETIVAS DE AGROECOLOGIA

JOÃO BATISTA MOREIRA PINTO⁷
FERNANDO RODRIGUES DE FREITAS⁸
JAIRO DOS SANTOS PEREIRA⁹

1 INTRODUÇÃO

A estrutura da realidade rural brasileira, com alta concentração das terras, traz consequências desastrosas para sua população trabalhadora, que sofre com uma realidade de exploração humana, com alto grau de desigualdades e contradições sociais e culturais, além das contradições ambientais.

Os movimentos sociais, em sua história de busca por solidariedade e de superação dessas contradições, já percebiam e lutavam contra essa realidade social e cultural há décadas. Entretanto, a novidade nos últimos tempos no campo dos movimentos sociais, sobretudo naqueles que atuam na realidade agrária, é a percepção de que as contradições capitalistas atingem também a realidade ambiental. Portanto, as lutas por um outro modelo de agricultura, mais sustentável, exigem uma nova estrutura de acesso à terra e uma nova forma de lidar com a terra e com a natureza.

Portanto, esses atores começam a perceber a interligação entre as contradições sociais, culturais e ambientais, e que a possível superação das contradições econômicas e sociais passa também pelo estabelecimento de outras bases quanto à forma de produção, mais solidárias e mais atentas à natureza e à sustentabilidade.

Será nesse contexto que vamos identificar nas lutas do campo, em princípio norteadas pela questão do acesso à terra, a problematização e a construção de alternativas também frente à questão ambiental que, como veremos, buscará possibilitar um retorno às tradições e à vinculação com a terra e a natureza.

⁷ Doutor e Pós-Doutor em Direito pela Université de Paris X, Nanterre. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor permanente no Programa de Mestrado em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara e coordenador do Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos, Meio Ambiente, Epistemologia Ambiental e dos Direitos Humanos e processos de construção da Sustentabilidade”.

⁸ Mestrando em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara.

⁹ Graduado em Artes Visuais pela UFMG e Graduando em Ciências Sociais pela UFU. Membro do MTL e do Instituto DH.

Através da realidade de uma rede de agroecologia no Triângulo Mineiro, buscaremos analisar e pesquisar sobre essas questões em suas reflexões e práticas cotidianas.

Importante destacar no início desta análise que a prática da agroecologia por si só já representaria uma prática contra-hegemônica, mesmo que realizada por determinados sujeitos em uma proposta individual, uma vez que ela implicaria em uma opção pelo cultivo e produção mais próxima da natureza, isto é, respeitando e manejando as produções da natureza para uma produção mais “natural” e “sem agrotóxicos”. Dessa forma, essa prática, mesmo que realizada individualmente, já teria um certo potencial de influência e transformação em uma realidade onde a produção agrícola está norteada pelo referencial de busca da “maior produtividade possível”, independente dos meios para alcançá-la, desde que lucrativos.

Apesar disso, nossa opção será por trabalhar em torno de realidades ou experiências de produção agroecológicas coletivas. Essas experiências, como poderá ser observado, apresentam um potencial maior de superação das contradições e desigualdades que adviriam de um modelo de desenvolvimento excludente e produtor de desigualdades e com histórico de explorações; uma vez que se fazem com o próprio envolvimento dos atores que historicamente sofreram as consequências dessa produção hegemônica, produtivista e excludente.

Nesse sentido, necessário considerar o grau de vivência e de compreensão dessas contradições pelos próprios envolvidos nesses projetos coletivos, o que envolverá a análise da trajetória coletiva desses grupos.

Não podemos deixar de considerar o objetivo geral da pesquisa do grupo neste ano de 2017, que foi identificar e analisar realidades locais que poderiam ser consideradas contra-hegemônicas e que trariam em si elementos para uma confrontação ao modelo hegemônico de desenvolvimento sustentável, que como analisamos em livro de 2016, tem todos os elementos para uma insustentabilidade.

O objeto de nossa pesquisa empírica foi a Rede de Agroecologia do Triângulo Norte (REATANO), e a partir dessa realidade buscamos analisar as contradições e desafios da produção agrícola popular e coletiva, bem como suas potencialidades frente ao modelo hegemônico. Dessa forma, os objetivos do grupo, explicitados na Introdução, serão retomados no estudo dessa realidade específica.

Em termos metodológicos, esta fase de pesquisa empírica foi precedida por um período de aprofundamento bibliográfico, em torno de referenciais teóricos que, trabalhando sobre os limites do modelo hegemônico, têm destacado a relevância de experiências contra-hegemônicas, tanto frente às contradições sociais como às ambientais.

A pesquisa de campo, aqui apresentada e analisada, foi realizada na cidade de Uberlândia, onde um integrante do grupo de pesquisa conheceu experiências ligadas à rede, realizou entrevistas com algumas de suas lideranças e participou de seu encontro de um dia, em outubro último. Esse trabalho foi facilitado pela intermediação de uma liderança vinculada às lutas agrárias na região, nosso companheiro Jairo, que foi convidado a trabalhar com integrantes do grupo de pesquisa na elaboração deste texto.

Para o desenvolvimento de nossas análises partimos da percepção política de integrantes da rede e suas assessorias sobre o modelo hegemônico de desenvolvimento; em seguida trabalhamos o contexto de surgimento e a trajetória da rede de agroecologia, para abordarmos a luta pela terra e a introdução da questão ambiental nesse processo. Por fim, trabalhamos as estratégias metodológicas da rede, seus atores e articulações e os aspectos caracterizadores de uma prática contra-hegemônica.

2 A PERCEPÇÃO POLÍTICA FRENTE AO MODELO HEGEMÔNICO

Um primeiro aspecto de relevância a ser considerado na análise de projetos, experiências ou simplesmente realidades que poderiam ser incluídas como contra-hegemônicas é a percepção política de seus participantes sobre o modelo frente ao qual estão se posicionando.

Nesse sentido, reproduzimos aqui alguns pontos explicitados por um militante do movimento rural da região do Triângulo Mineiro, que participa da organização da rede de agroecologia considerada, e que indicam tanto sua posição, como a de participantes da rede sobre o modelo hegemônico e suas contradições:

As brigas com o latifúndio e seus agentes foram tortuosas. A história desses territórios é um microcosmo de 22 anos da ação neoliberal no campo Brasileiro. Se na década de noventa os conflitos com jagunços e a polícia, a fome e a precariedade extrema eram o retrato do acampamento, na primeira década deste século o assentamento das famílias e uma tímida política de superação da pobreza rural conviveram com o avanço da cana de açúcar e o extenso subsídio ao complexo agroindustrial. Cercada pelo latifúndio e ainda com os rastros do plantio predatório de eucalipto e ações do latifúndio em solo, estes assentamentos vivem agora um outro momento de aprofundamento do capitalismo financeiro e de concentração fundiária, ainda cercada pela cana de açúcar e tendo as terras de seu território invadidas (através do arrendamento) por essas culturas predatórias. Os assentados em constante conflito convivem com secas prolongadas e a escassez de água provocada pelo cultivo extensivo da cana de açúcar em seu entorno. Nos últimos anos as medidas para a territorialização desse espaço e a emancipação de seus ocupantes foram sendo desconstruídas pouco a pouco. Somadas a estas mudanças, o Brasil aprofunda políticas

que reprimarizam a economia, privilegiam setores de exportação de commodities como a soja, o álcool e os minérios.¹⁰

Pode-se também apresentar nossa percepção sobre as discussões durante o encontro da rede:

Deodato, José Rubens e outros dividem impressões sobre o avanço da cana de açúcar. Deodato se sente impotente frente a vastidão e os recursos que os latifundiários do entorno do assentamento Nova Tangará empregam, ele diz que carretas e mais carretas biarticuladas cruzam a Tangará todos os dias e de lá levam as riquezas e a água do solo. Deodato nos conta, que o latifúndio vizinho ao assentamento já nem é mais explorado por empresas brasileiras, e que as usinas que cercam o assentamento São Domingos em Tupaciguara-MG já são de gente de fora.¹¹

É ainda a partir da visão dessa liderança que se manifesta algumas contradições no campo decorrentes do complexo agroindustrial:

A vizinhança com o latifúndio aumenta a contaminação de lavouras e animais com agrotóxicos e quase toda semente que se planta ali, tirando as culturas daqui - como o feijão macassa, a mandioca, guariroba, abóbora e arroz de cacho - são sementes transgênicas. A complexidade deste território se consolida em um mosaico de relações entrepostas em que o complexo agroindustrial predatório e devastador encontra o empobrecimento e a luta da agricultura familiar.¹²

Percebe-se, portanto, que a partir das realidades vivenciadas em assentamentos que integram a rede de agroecologia pode-se antever a compreensão dessas lideranças sobre o modelo hegemônico de desenvolvimento implantado na região e suas contradições. A partir das análises dessas lideranças, evidenciam-se algumas críticas ao complexo agroindustrial e suas correlações com a degradação ambiental.

Podemos afirmar que os bens comuns e as terras são alvo de especulação e superexploração e que a condição dependente da economia latino-americana, condiciona a precariedade produzida partir desta exploração.

Essas formas de exploração dos recursos naturais pelo grande capital permitem sugerir a presença ou a hipótese de uma acumulação primitiva permanente ou, como a denominou Harvey, de uma acumulação via espoliação; como Ploeg de impérios alimentares; e ainda Naomi Klein de capitalismo de desastre. [...] estratégias burguesas de concentração da terra, da produção agropecuária e florestal em larga escala, do monocultivo e da busca de um produtivismo insano que lhes induz ao uso intensivo de agrotóxicos, de hormônios, de herbicidas e de sementes híbridas,

¹⁰ Relato elaborado a partir dos depoimentos de Deodato (representante do MTL, assentado no projeto de assentamento Nova Tangará), José Rubens (representante do MLST, assentado no projeto de assentamento Carinhosa).

¹¹ Idem.

¹² Idem

transgênicas e mutagênicas, além de exercitarem hodiernamente o desprezo sociocultural pelos povos do campo e a desterritorialização dos camponeses. E tudo isso numa tendência crescente de desnacionalização consentida do agrário brasileiro. (CARVALHO, 2013, p. 31)

A análise crítica apresentada alcança igualmente as construções a partir da crise de 2008 e as contradições desse modelo: a partir de 2008 a crise provocada a partir da dinâmica do capitalismo financeiro internacional teve efeitos diversos nas economias nacionais.

“A crise que se abateu sobre o capitalismo financeiro internacional (2008) gerou para o Brasil um efeito contraditório, pois um grande volume daquele capital fictício, para evitar o risco de se perder, correu para se abrigar no Brasil. Chegaram aqui, de 2008 para cá, algo em torno de 200 bilhões de dólares por ano. Nesse contexto histórico onde prevalece a acumulação via espoliação não surpreende que no setor sucroalcooleiro, por exemplo, em apenas três anos o capital estrangeiro passou a controlar 58% de todas as terras de cana de açúcar e as usinas de açúcar e etanol. Hoje, três empresas controlam o setor: Bunge, Cargill e Shell! [...] É evidente a oligopolização da oferta e comercialização de produtos agropecuários por apenas 10 grandes empresas transnacionais (Bunge Alimentos, Cargill, Souza Cruz, Sadia [antes da fusão com a Perdigão], Brasil Foods [Fusão Sadia com Perdigão], Unilever, Copersucar, JBS, Nestlé e ADM). Esse grupo de empresas transnacionais alcançou 59,9 % do Valor Bruto da Produção – VBP agropecuária do país na safra 2009/2010.¹³ Essa concentração econômica sugere que tanto a ocupação da terra como os produtos a serem plantados estão sendo determinados pelos interesses oligopolistas dessas empresas. (CARVALHO, 2013, p. 36-37)

No Brasil, a estrutura de produção rural está subordinada ao capital financeiro e sua dinâmica produtiva também. Assim a acumulação via espoliação intensifica a apropriação e exploração de recursos comuns, como parte da dinâmica do capitalismo financeiro. Terra, água doce, florestas, biodiversidade, subsolo e sementes passam a ser vistos exclusivamente como mercadoria. Por isso, a hegemonia territorial e econômica está vinculada à uma dominação cultural dos tipos de relação com a natureza.

Percebe-se dessas análises que o histórico social e político dos integrantes desses grupos, em especial de suas lideranças, traz uma vinculação ou um pertencimento político forte, construído a partir da luta pela terra.

A própria expressão muito presente nos movimentos sociais que atuam pelo direito à terra evidencia uma compreensão de que a estrutura do acesso desigual às terras é resultado de um processo político de exclusão de grande parcela daqueles que trabalham na terra. O processo de concentração das terras nas mãos de uma pequena parcela da população, fazendo com que os que trabalham nessas terras normalmente sejam excluídos dos resultados desse trabalho, caracteriza o processo capitalista no campo e como uma de suas consequências temos a desigualdade social no campo.

O complexo agroindustrial, da mesma forma que o capital internacional e os organismos internacionais, não vêem nenhuma contradição nesse processo. Eles mantêm e suportam esse modelo hegemônico de desenvolvimento, que é um modelo de exploração do ser humano e da natureza, em vistas ao lucro e gerador de desigualdades sociais.

Nos movimentos de luta pela terra, a percepção política desse processo e de suas consequências é evidente entre suas lideranças e integrantes. Assim, a percepção das contradições, antes que ambientais, são sociais e políticas. A luta pelo acesso à terra é vista como uma luta por acesso a um direito que viria suplantando um dos primeiros obstáculos para uma vida com igualdade e justiça.

A percepção crítica com relação ao modelo hegemônico expressa acima está diretamente relacionada à ação dos movimentos sociais envolvidos com a terra na região. Na Rede de Agroecologia do Triângulo Norte pode-se identificar alguns desses movimentos com maior envolvimento nesse processo; alguns inclusive com o desenvolvimento de modelos específicos de agroecologia, servindo de espaço de aprendizagem e de prática para seus participantes.

3 A REDE DE AGROECOLOGIA DO TRIÂNGULO NORTE: SEU CONTEXTO E SUA TRAJETÓRIA COLETIVA

Os modos e tecnologias de produção empregadas nos assentamentos são modificados e influenciados por diversos fatores, desde os monopólios da produção de sementes de linhas, que engessam e padronizam a produção de folhosas (hortaliças), sendo a agricultora familiar responsável por 70% da alimentação brasileira, até modos e formas de interação com a natureza, construídas pelas dinâmicas culturais locais. Neste sentido, é importante para descrevermos as tecnologias e saberes empregados por membros da Rede de Agroecologia do Triângulo Norte ilustrarmos os modos de produção hegemônicos e como os mesmos são determinantes da cultura produtiva local.

Sendo o Triângulo Mineiro um dos centros tecnológicos na cadeia agroindustrial brasileira, seu passado converge com o histórico da modernização conservadora do campo brasileiro. A região foi parte do plano nacional de expansão da fronteira agrícola. Tal ocupação foi formulada e executada a partir dos anos 1970 e seus parâmetros de modernização capitalista firmavam seus preceitos concentradores e exploratórios de mão de obra e ambiente. Isso tanto pelo fato de sua posição geográfica, próxima aos mercados consumidores e das regiões de intensificação da industrialização, quanto também “por suas características físico-ambientais,

que foram adequados à expansão da produção agropecuária nos padrões da nova agricultura moderna, baseada no arranjo tecnológico e político da ‘Revolução Verde’” (SILVA, 2000).

Essa expansão predatória com supressão das áreas do cerrado foi resultado de um conjunto de programas governamentais de ocupação e exploração do cerrado brasileiro. A ocupação do espaço agrário na região se deu pelos projetos de colonização, incentivados pelos governos militares na década de 1970, auge da repressão militar e do desmonte democrático, com o intuito de substituir e suprimir a reforma agrária, colocada em períodos anteriores como vetor da modernização do campo brasileiro e parte de um projeto nacional desconcentrador.

Os projetos de maior impacto foram: o PIN – Plano de Integração Nacional; PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste; POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia. Dentre os Programas do Plano de desenvolvimento dos cerrados, o primeiro foi o PCI – Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (1972-1975). O PCI foi criado pelo BDMG e contou com empréstimos de recursos externos provenientes do Banco Mundial. Seu objetivo foi estimular a expansão da fronteira agrícola no cerrado, intensificando o plantio das monoculturas da soja e do café, estando alinhado com o Programa Federal “Corredores de Exportação”. Como exemplar da política concentradora, o programa atendeu grandes e médios proprietários.

De acordo com a análise de Pessôa, esses projetos

[...] não passaram de simples formulação de projetos que atenderam apenas a um determinado grupo de pessoas (médios e grandes proprietários) uma vez que são estes e não os pequenos proprietários que têm acesso ao crédito rural. (PESSÔA, 1988, p. 47).

Os governos militares atrelados às elites econômicas globais intensificaram o modelo de exploração capitalista no campo, baseados em acumulação via espoliação, especialmente nas áreas do cerrado brasileiro e através da ocupação de áreas até então anunciadas pela propaganda ditatorial como “desocupadas”, tais como Amazônia, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Assim os governos militares concentraram nas áreas de cerrado a exploração e produção de grãos e criação de gado. Para o cerrado se anunciava o projeto de transformá-lo em “silo” mundial, ou seja, toda a produção seria voltada para mercados externos do norte global (ORTEGA, 1997). A formulação à brasileira e disseminação do modelo agro-exportador difundido pela Revolução Verde teve grande impacto no cerrado brasileiro.

O modelo agrícola adotado no cerrado brasileiro é o mesmo, salvo as adaptações necessárias, que foi propiciado pela internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, e que foi difundido no Brasil depois de meados da década de 60. Este pacote está baseado na utilização de sementes melhoradas, utilização de máquinas e insumos químicos. (ORTEGA, 1997. p. 324).

Adido a este pacote estava a realidade brasileira e a predominância da reprodução e crescimento da concentração fundiária que intensificou violências. Nesta mesma região também foram formados grupos de interesses políticos vinculados aos grandes proprietários rurais e articulados com milícias e militares que coordenaram a repressão e a concentração de bens, capitais e poder. A UDR (União Democrática Ruralista) foi seu exemplar mais articulado.

Este histórico da construção das técnicas e formas políticas da construção da hegemonia capitalista na região impacta profundamente as dinâmicas e modos da produção nos assentamentos. A dominação exercida e construída historicamente por tais componentes sociais desdobrou-se e produziu a concentração tecnológica e de produção de conhecimento e sua finalidade que acompanha o produtivismo predatório vinculado ao complexo agroindustrial.

Assim, mesmo com a conquista da terra os assentados reproduzem as formas de exploração e produção hegemônicas precarizadas pelo não acesso aos meios tecnológicos e materiais para a produção de alimentos. Este condicionamento produzido pelos monopólios de saber, a padronização técnica e cultural tem agravado quadros de pobreza rural e também de degradação ambiental nos assentamentos.

A prática da agroecologia e do cooperativismo solidário destas comunidades começou a ser fomentada por programas e projetos de extensão da Universidade Federal de Uberlândia e por movimentos sociais como o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Mas os últimos o faziam de forma difusa e não organizada, se detendo a pequenas iniciativas.

Neste contexto da necessidade de produção de práticas contra-hegemônicas e que rompem com o monopólio técnico e produtivo da forma do capital espoliador, estas iniciativas de agroecologia começaram a se articular, construindo encontros e dinâmicas de troca e interlocução, mesmo que entre as famílias vinculadas existam diferentes iniciativas de construção de práticas, produção e espaços da agroecologia, a rede é a forma de encontro e relação dessas iniciativas.

A Rede de Agroecologia do Triângulo Norte - REATANO embate contra o produto histórico das forças e processos do capital de exploração do cerrado brasileiro e seus habitantes,

dos trabalhadores e trabalhadoras e de seus saberes, trabalhando a agroecologia não como meio, mas como processo de construção de uma sociabilidade anticapitalista.

Seu início pode ser apontado há dois anos, como grupo cujo primeiro objeto comum foi a feira de agroecologia promovida pelo Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários - CIEPS, da Universidade Federal de Uberlândia. Embora alguns agricultores e agricultoras já tivessem contato e trabalho conjunto em articulações anteriores dos movimentos sociais, a integração inicial estava restrita ao trabalho conjunto nos assentamentos e acampamentos. A primeira feira e sua dinâmica de administração e construção vinculada aos movimentos sociais foi aos poucos construindo um vínculo entre os produtores. Sua estrutura ao tempo que era simples e promovia a autonomia destes produtores também era diversa e agregava diferentes agentes de vários territórios e origens, com o tempo a rede cresceu e passou a referenciar outros produtores, até que começou também a articular os territórios em que estes produtores constroem seus empreendimentos.

Da feira surgiu a rede como um prosseguimento das relações já produzidas, incorporando também parte dos consumidores que aos poucos passavam a ser cooperadores dos produtores de agroecologia.

Apesar desse processo recente, e antes de analisarmos outros de seus elementos caracterizadores, devemos observar que a rede e a agricultura familiar em geral têm alguns desafios atuais em função do contexto que vivemos, em especial com a realidade de um governo neoliberal implementado a partir do golpe institucional de 2016

A soberania almejada na produção de alimentos por estes agricultores torna-se um horizonte ainda mais distante; a segurança alimentar conquistada a duras custas nos primeiros anos do acampamento cede lugar à precariedade provocada pela dependência.

Percebe-se que as contradições do complexo agroindustrial, acrescidas à precarização das políticas públicas e do acesso aos direitos sociais, serão consideradas como novos desafios face aos quais os movimentos e a Rede de Agroecologia deverão atuar:

Nesse contexto, observa-se que a agroecologia envolve uma nova forma de compreensão e de relação com a natureza, mas o que observamos na rede de agroecologia pesquisada é que esse pode ser o ponto de compreensão e o norteamento atual de seus integrantes, mas não necessariamente o ponto de partida, extremamente vinculado às questões sociais.

4 A CONQUISTA DA TERRA E UMA MUDANÇA CULTURAL, MAS TAMBÉM POLÍTICA E SOCIAL

A conquista da terra, ou do direito à terra, não é um processo fácil, pode envolver anos ou décadas de lutas e de resistências até que se conquiste um espaço mais definitivo, como foi evidenciado por integrantes da rede de agroecologia. O trabalho de campo evidenciou que esse processo envolve organização mínima, ocupações, acampamentos, resistência às pressões, o enfrentamento de processos de desocupações, novas ocupações, e a possível retomada dos mesmos desafios; até o momento que se conquista o assentamento, como parte dessa luta e das negociações pelo direito à terra ou pelo acesso à terra. Nesse processo, a bandeira primeira, mesmo que não a única, é a conquista da terra; que estará associada a outras, envolvendo as condições para se viver da terra (ZHOURI, 2010). Em consequência, esses movimentos lutam também por condições favoráveis para o plantio e a comercialização dos produtos. Sobre isto, nada mais justo, uma vez que o governo subsidia o complexo agroindustrial.

Não há dúvidas de que nos governos populares de Lula houve uma preocupação maior em se atender às reivindicações desses movimentos, mesmo com as limitações e dentro das possibilidades de um sistema político e jurídico desfavorável. Essas limitações se intensificaram nos governos Dilma até retomarem a fase do conflito mais radical, com o governo ultraliberal e limitador de direitos do pós-golpe político-jurídico e midiático que se implantou a partir de 2016.

Nesse processo fundamentalmente adversarial de uma sociedade marcada por profundas divisões e desigualdades, que aliás é uma das bases para a compreensão do golpe de 2016, a luta desses movimentos ganhou novos desafios, advindos de forças institucionais e sociais mais duras e rígidas, em forte ligação com governos conservadores (SOUZA, 2016). Entretanto, é nesse contexto que se identifica um sentimento presente nos movimentos sociais emancipatórios atuais: “A luta continua!”

E a luta continua, mais do que nunca, pautada por necessidades sociais e econômicas, mas também por divergências políticas que muitas vezes vão se expressar somente no envolvimento em uma luta por direitos: o direito à terra, o direito à moradia, o direito à alimentação; evidenciando que a luta é, sobretudo e primeiramente, social; mesmo que se possa identificar a interligação e a complementação entre todas as lutas emancipatórias por direitos humanos (PINTO, 2013, 2015).

Se esse processo é social, ele será também cultural e político, uma vez que esses movimentos propõem, sobretudo, a constituição e o desenvolvimento de uma outra forma de produção, mais solidária e coletiva. Esse processo exige uma mudança cultural, uma revalorização do sujeito, em um processo de maior participação e de repartição mais igualitária dos resultados da produção coletiva; o que, em si, caracteriza as bases para uma outra realidade e posicionamento político frente ao modelo liberal hegemônico (PINTO, 2013, 2015).

Portanto, percebe-se que a luta desses movimentos historicamente e em função de suas realidades e desafios pauta-se inicialmente a partir de uma realidade social comum de falta de acesso à terra, apesar de trabalharem como agricultores ou de terem essa vontade.

Em um país com forte desigualdade social, expressa na desigualdade na divisão de suas terras, os movimentos populares compreendem esse processo como o resultado de uma trajetória política. E percebendo essa realidade de injustiças, suas lutas e mobilizações serão por transformar essa realidade, inicialmente através do acesso à terra.

5 A INTRODUÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL NO PROCESSO EMANCIPATÓRIO

Nas últimas décadas, a questão ambiental passou a integrar o processo de lutas contra-hegemônicas nas sociedades. A percepção das degradações ambientais, pelo movimento social, como parte das contradições do capitalismo, favoreceu sua inclusão no processo dialético de superação do modelo de desenvolvimento precedente, através de lutas sociais, econômicas, políticas, culturais e, agora, ambientais.

Na experiência coletiva de agroecologia percebeu-se referências ou necessidades que precederam sua vinculação à questão ambiental. As entrevistas e observações sobre o grupo apontaram para um histórico de pessoas ou famílias que vivenciavam as vulnerabilidades decorrentes das contradições sociais e econômicas do modelo capitalista, que exclui uma parcela significativa da população brasileira do acesso aos meios de trabalho e à dignidade humana. Nesse processo de contraposição a essa realidade socioeconômica e lutando pelo acesso à terra, portanto através de uma luta política e com o apoio de organizações que atuam na luta pela terra, essas organizações chegaram à questão ambiental.

A introdução da questão ambiental como parte das lutas e estratégias dos movimentos sociais ligados à terra ampliou suas possibilidades de atuação, chegando a uma proposta de produção mais adequada ao modelo que buscavam construir. Isto é, à proposta de produção

coletiva e solidária, com efetivação de uma justiça social, agregou-se a perspectiva de consideração das condições, possibilidades e limites da natureza.

Note-se que a questão ambiental nesse contexto é posterior, mas ao mesmo tempo integrada ao processo vivenciado pelas pessoas que passam por esse processo de luta e conquista de um espaço para plantar e viver, sob novas bases.

É possível perceber no grupo de agroecologia pesquisado diferentes momentos dos agricultores e agricultoras que fazem parte do grupo; alguns já com alguma trajetória na agroecologia, outros vivendo uma transição para a agroecologia e outros ainda, buscando informações sobre a agroecologia e sobre como iniciar essa transição. Isso nos leva à discussão das estratégias, dessa transição e dos atores desse processo, para percebermos melhor seus elementos contra-hegemônicos.

6 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS E A TRANSIÇÃO PARA A AGROECOLOGIA

Da feira até o início das atividades da rede um bom tempo se passou. Nesse período, iniciou-se uma produção política entre esses produtores associados. A rede começou a trabalhar e construir dinâmicas e estratégias metodológicas.

Em primeiro lugar, definiu-se pela periodicidade das reuniões e que cada reunião seria em uma das áreas de trabalho de agroecologia. Dessa forma, a reunião seria uma visita, com a partilha de estratégias e formas de trabalho com a agroecologia por parte dos produtores envolvidos. Essa primeira dinâmica aos poucos se tornou uma metodologia de trabalho, de modo que dela iniciou-se a manutenção coletiva desses espaços, em forma de mutirões, visando a manutenção dessas iniciativas e a cooperação no trabalho.

A forma de mutirão associa os trabalhadores a partir de uma iniciativa e um objetivo comum, presente nos acampamentos. Apesar da precariedade, o mais importante a ser destacado na prática dos mutirões é a reapropriação do trabalho comunitário e colaborativo.

A partir dos mutirões de cuidado, surgiu a necessidade de um mapeamento conjunto das iniciativas coletivas e individuais de agroecologia. O objetivo era primeiro, identificar outros trabalhadores e trabalhadoras que poderiam vir a integrar a rede e, segundo, que assentados e agricultores familiares pudessem, aos poucos, iniciarem a transição das formas comuns de cultivo e trabalho para a agroecologia e o trabalho colaborativo.

Dessa forma, pode-se acrescentar às reflexões sobre a rede, que ela é a forma e o meio para estas dinâmicas, por agregar interesses e expectativas individuais quanto à comercialização de suas produções e aumento das áreas de manejo agroecológico, e também refletir a elaboração coletiva de projetos, os quais se multiplicam com a incidência política da rede, como estrutura de representação coletiva dos interesses comuns destes agentes. Ela é mantida por iniciativas que a nutrem, como os mutirões de cuidado, as reuniões, as visitas coletivas e as trocas de saberes e sementes.

Esta última iniciativa, reflete a capacidade de articulação desses agentes, uma vez que, a cada visita, muitos dos produtores articulados levam sementes, adubos e outros insumos produzidos sob as bases e preceitos da agroecologia para um processo de partilha. Essa estratégia da troca de saberes e de sementes surgiu de uma dinâmica comum percebida durante as visitas. A cada visita alguns produtores levavam sementes para os outros e partilhavam com o grupo os seus saberes sobre o cultivo e a história de seu aprendizado naquele processo. Aos poucos, essa prática passou a ser fomentada, até se tornar uma estratégia metodológica para o aumento da variedade de espécies disponíveis para o plantio, e para o compartilhamento de conhecimentos sobre a produção agroecológica.

6.1 Detalhando algumas práticas socioambientais contra-hegemônicas

É sabido que o complexo do capitalismo no campo opera diversos monopólios e modos de controle tecnológico (MARX, 1988). Um de seus principais mecanismos de dominação é o controle da produção de sementes e implementos. O controle da produção de conhecimento e pesquisa na produção de novos tipos de sementes e implementos está relacionado à dominação da cadeia produtiva e, conseqüentemente, impõe uma dinâmica exploratória ao solo, predando bens comuns como a água.

Uma das práticas construídas pela rede, que pretende, com base na dinâmica de integração de núcleos de agricultura familiar, construir a autonomia destes produtores e suas comunidades com relação às sementes transgênicas e aos insumos produzidos pelo complexo agroindustrial, é a troca e partilha de sementes crioulas e espécies nativas. Nos encontros da rede pode-se observar situações onde evidencia-se a solidariedade e a maneira simples de tal prática; como esta: Cida, José Rubens e Aginaldo foram até a área de cultivo de Angela Deodato, haviam levado para ela uma muda de uma espécie de banana, hoje pouco cultivada, a “salta

velhaca”, espécie usada para o fabrico de bananada e geralmente comida acompanhando pratos salgados e carne de porco.

A padronização e a hegemonia cultural exercida pelo complexo agroindustrial vai do laboratório à mesa. Algumas espécies de banana, como a citada, aos poucos foram saindo da mesa e dando lugar a frutas padronizadas com alguma demanda de agrotóxico e produzida em uma dinâmica distinta da agricultura familiar. A muda de banana partilhada com Angela foi trocada por sementes de saputi, para serem plantadas no assentamento Nova Tangará.

Dentre as vantagens dessa dinâmica de partilha, temos a retomada do cultivo de espécies e a recuperação de elementos de uma dieta mais rica, tanto para os produtores como para os consumidores. Porém, a troca de sementes e dos saberes do manejo e cultivo das espécies tem um papel importante também como elemento articulador da rede; são nesses instantes de partilha que novos agricultores interessados na agroecologia se aproximam. Aliás, daí a relevância de que essa prática da partilha ocorra igualmente nas feiras promovidas pela rede, em que sementes crioulas e mudas nativas são trocadas entre os agricultores.

Outra ação predatória do complexo agroindustrial de base produtivista é o desmatamento das poucas áreas de cerrado para a constituição de pastagem e a drenagem das veredas e brejos pela captação de água e queimada. A lógica exploratória e de uso predatório guia também alguns pequenos produtores que tendem a reproduzir as formas de manejo e exploração do latifúndio. Assim, outra prática construída e sistematizada aos poucos pela rede foi o extrativismo sustentável. O extrativismo sustentável ocorre, geralmente, de forma coletiva e colaborativa, nas áreas e reservas dos assentamentos e áreas limítrofes à coleta. Essa prática é realizada e organizada, de modo coletivo, pelos núcleos familiares interessados.

Muitos dos agricultores familiares coletam o Pequi, o Baru, os frutos do buriti, Gabiroba, Pimenta Rosa e outros frutos do cerrado. Paralelamente, e de modo complementar a essa atividade, nos assentamentos como o Nova Tangará e a Carinhosa, parte da coleta é processada e, de uma parte menor, são formadas novas mudas para replantio nas áreas degradadas.

Construir uma importância socioprodutiva para a coleta foi de suma importância para fortalecer as iniciativas de preservação das áreas comuns e APP's nos assentamentos. Além da complementação da renda, as famílias conseguem se articular para preservar o cerrado e, aos poucos, vão reintroduzindo esses alimentos na dieta da comunidade. A rede articula a coleta também no instante de sua comercialização, nas feiras de agroecologia e nos momentos de trocas de sementes.

As características do trabalho em um complexo agroindustrial oscilam entre dois modos de exploração. O primeiro é caracterizado pela extrema precariedade, os baixos salários e a superexploração. O segundo pela especialização, mecanização, alto risco de contaminação e ainda o salário incompatível com a periculosidade e trabalho. A ação dos mutirões articulados com os agentes da rede de agroecologia é, assim, um instante de trabalho coletivo no cuidado e construção das áreas de agroecologia, diferentes da superexploração do trabalho e da especialização das funções. Nos mutirões de cuidado o trabalho ganha outro sentido para além da produção; saberes são partilhados. Como disse uma das integrantes da rede : “enquanto a gente vai adubando a terra, nós também vamos aprendendo como se faz esse adubo (feito de urina de vaca) e a maneira mais adequada de aplicá-lo” (Cida Brandão). Dessa forma, o trabalho, cujas relações sociais entre os produtores são apartadas, vai dando lugar ao trabalho colaborativo, em que os saberes são produzidos e compartilhados.

6.2 A transição para a agroecologia

A Agroecologia é compreendida e afirmada pelos participantes da rede através de expressões como essas: “A Agroecologia é uma produção sem veneno, uma produção sem agrotóxicos” (Cida). Outros elementos são apresentados como caracterizadores dessa nova forma de produção: “uma produção solidária” (Agnaldo), “uma produção onde se busca a valorização do que temos, do que a natureza fornece ... e com a qual podemos resgatar o modo de produção sem veneno de nossos antepassados, que favorece a vida, a saúde; uma outra qualidade de vida” (José Rubens).

Note-se que a ideia de transição para a agroecologia é, portanto, um processo de mudança na forma de produção, mas uma mudança que necessita ser acompanhada por um corpo técnico. A partir do momento que um agricultor ou agricultora opta por fazer essa transição, ela se inscreve nesse processo que implica, sobretudo, em um aprendizado para essa nova forma de produção.

É relevante destacar que os próprios movimentos sociais de luta pela terra, que acompanham e coordenam o trabalho nos acampamentos e assentamentos, têm modelos para a agroecologia que, de uma forma geral, servem também para o processo de aprendizado inicial, através dos mutirões.

Entretanto, o processo técnico de transição para a agroecologia é caracterizado, inclusive, pela exigência de um ano de prazo para sua duração. Nesse período, o agricultor ou

agricultora, que faz a opção pela agroecologia, será orientado por um técnico, no caso da REATANO, integrado ao Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários - CIEPS, da Universidade Federal de Uberlândia. O CIEPS, com a participação de órgãos da Prefeitura de Uberlândia, orientará e acompanhará esse processo de transição para a agroecologia; ao final, uma produção completa sem agrotóxicos.

Só após esse período de transição, o agricultor-agricultora poderá se dizer plenamente integrado na agroecologia, inclusive com o direito de participar de feiras agroecológicas, normalmente organizadas com a participação do poder público local.

7 ATORES DO PROCESSO DE UMA AGROECOLOGIA COLETIVA E A CONSTITUIÇÃO EM REDE

Uma questão fundamental em todo processo de realidades contra-hegemônicas é sua capacidade de envolver, a partir do local, pessoas que vivenciam as contradições do modelo contra-hegemônico e, a partir da integração e sensibilização de outros atores, sensíveis às questões do grupo, comunidade ou população, ou vivendo realidades próximas, buscam refletir e construir alternativas dialéticas que lhes permitam a superação ou mitigação das contradições que sofrem, buscando fortalecer a subjetividade das pessoas através das conquistas e novas compreensões políticas e epistemológicas que vão construindo no processo e, através da rede, que pode manter-se no espaço local ou ampliar-se a outros espaços, mas tendo como uma de suas características a abertura para a ampliação e a partilha solidária de suas experiências emancipatórias, favorecendo outras lutas (SANTOS, 2004, 2006).

Será pensando nesses elementos que buscaremos resgatar alguns aspectos do processo de constituição da Rede de Agroecologia do Triângulo Norte - REATANO, para destacar e analisar especialmente aqueles relacionados a seus atores e ao processo de constituição e fortalecimento da rede.

Ora, a partir do que já explicitamos acima, é possível perceber que a rede conta com agricultores que, como vimos, passaram pela superação de realidades sociais mais graves e, nesse processo perceberam a importância estratégica de inclusão da questão ambiental em suas lutas. Nesse processo, não podemos deixar de considerar que os atores de primeiro momento desse grupo inicial, que viviam realidades de vulnerabilidade e de falta de acesso à terra, foram os próprios movimentos que assumem essa bandeira da luta pela terra.

Esses atores, responsáveis pela organização dessas lutas, são atores importantes para garantir melhores condições de vida para pessoas que vivem os problemas da forte desigualdade social, integrada à má distribuição de terras no Brasil. Em suas lutas, sempre contra-hegemônicas, conseguem integrar pessoas que vivenciam essa necessidade e assumem a luta através das estratégias de ocupações rurais, dos acampamentos e das lutas nos vários âmbitos da sociedade para o reconhecimento de seus direitos, neste caso, até estarem assentados e conquistarem apoio para sua produção agrícola. Note-se que, em si, a conquista desse direito não teria nenhum elemento de contra-hegemonia; o que vai caracterizá-lo como tal são os processos coletivos vivenciados até serem assentados e como serão mantidos ou ampliados esses processos no momento posterior. Isto é, a perspectiva do trabalho coletivo, da produção coletiva, da propriedade coletiva, ou ainda práticas de emancipação vinculadas a modelos socioambientais que busquem superar as contradições do modelo de desenvolvimento hegemônico.

Na realidade da REATANO, contou-se inicialmente com grupos de luta pela terra (MST, MTL, etc) para essas lutas sociais, e hoje, neste âmbito, a rede conta com agricultores urbanos, agricultores familiares dos assentamentos e acampamentos Nova Tangará, Flávia Nunes, Emiliano Zapata, Zumbi dos Palmares, Carinhosa, Terra Firme e Douradinho.

Para o desenvolvimento da questão ambiental, que se percebia nas práticas dos diferentes acampamentos e assentamentos, passou-se a contar com a participação do CIEPS, vinculado à UFU. Essa vinculação à academia, como visto acima, tem possibilitado inclusive a transição dos agricultores para a agroecologia, um processo que exige apoio e orientações técnicas, mas que garante maior respaldo dos agricultores junto a outros órgãos públicos ou parceiros. Nessa articulação, a rede conta com a participação de laboratórios e grupos de pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia e do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.

Ainda com relação aos atores fundamentais da rede, pode-se observar que todo processo de superação de vulnerabilidades sociais ou mesmo de acesso a direitos sociais, em grande medida, exige a ação do poder público, uma vez que este é o responsável pela implantação de políticas públicas que possam garantir o acesso a muitos dos direitos. No caso em questão, por exemplo, a Prefeitura de Uberlândia precisa garantir o espaço, a estrutura mínima para que as feiras de agricultores e de agroecologia possam ocorrer. Na verdade, o poder público está viabilizando um serviço e uma demanda também da população, por produtos de melhor qualidade, sem agrotóxicos.

Dessa forma, importante observar que, no encontro da REATANO que participamos, como observadores e pesquisadores, estavam presentes todos esses atores centrais: agricultores e agricultoras, lideranças vinculadas aos movimentos de luta pela terra, pesquisadores ligados aos grupos acadêmicos apoiadores, representantes da prefeitura.

Ressaltamos ainda que, além dessa rede local, a REATANO tem buscado se articular com outras redes de agroecologia, inclusive para troca de experiências, mas também para responder melhor às demandas, ampliando seus produtos, com a oferta de produtos de outras redes, uma vez que a produção agroecológica, buscando produzir de acordo com o ritmo da natureza e a partir das condições locais, poderá ter dificuldades para oferecer em suas feiras produtos “fora de época”.

Quanto a essa realidade, de articulação com outras redes, a REATANO está trabalhando em um mapeamento, tanto de produtores locais que possam ampliar a rede, como de outras redes de agroecologia. Enfim, percebe-se que a rede, tendo passado por um processo que lhe permitiu fazer escolhas metodológicas contra-hegemônicas em termos sociais e ambientais, está em um momento de consolidação, buscando melhor estruturação e ampliação de suas ações.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa sobre a Rede de Agroecologia do Triângulo Norte, como uma das possíveis realidades que poderiam aportar elementos sobre realidades socioambientais contra-hegemônicas, evidenciou-se adequada aos objetivos propostos.

Constatou-se nos elementos caracterizadores da rede e de suas estratégias metodológicas um conjunto de aspectos que podem ser identificados como contra-hegemônicos. Dentre eles destacamos:

Uma forma de produção coletiva e colaborativa, que se evidencia nos mutirões de cuidado e na troca de sementes entre os agricultores, que aponta também para uma ampliação dos vínculos de solidariedade entre os integrantes da rede e além dela, para outras redes, os consumidores e a população beneficiada.

Um processo de participação efetivo de todos os envolvidos, levando a uma valorização dos sujeitos e ao fortalecimento de suas subjetividades, elemento central também para uma melhor participação política e na reivindicação dos direitos.

Em termos especificamente ambientais, a grande diferença é o respeito à natureza, às suas possibilidades e potencialidades, ao seu tempo, levando a uma agricultura sem agressão à

natureza e aos alimentos, uma vez que livre de agrotóxicos; o que também vai significar respeito à saúde dos próprios trabalhadores e dos consumidores.

Assim, percebeu-se o interesse efetivo e a abertura para uma produção agrícola em consonância com a natureza, articulando o ambiental e o social. Isto é, se em um primeiro momento o aprimoramento das condições sociais foi um elemento facilitador da introdução da questão ambiental, hoje, com a rede, é a própria questão ambiental que passou a ser um norteador para uma melhor qualidade de vida e das condições sociais; numa proposta que prioriza a vida, a qualidade de vida, que se evidencia na produção de alimentos saudáveis para os próprios agricultores e para a sociedade. Uma prática que contribui para o acesso ao conjunto dos direitos, algo que, provavelmente, nem mesmo as lideranças dos movimentos sociais, no início de suas lutas por acesso à terra, vislumbravam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In: SADER, Emir.(org) Pósneoliberalismo - As políticas Sociais e o Estado Democrático*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1995.

CARVALHO, Horácio Martins de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. Reforma Agrária, 2013 (p. 31-43). Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/revista-abra-agronegocio-e-realidade-agraria-no-brasil.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 47ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2005.

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Saber ambiental*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ORTEGA, A.C. Meio ambiente e representação do interesse na agricultura do cerrado mineiro. *In: SHIGEO, S. GRAZIANO DA SILVA, J. ORTEGA, C. O. (Orgs.). Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado Brasileiro*. Uberlândia: Ed. UFU, 1997. p. 323-351.

PESSÔA, V.L.S. *Ação do estado e as transformações Agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG*. 1988. 239 f. (Tese de Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Rio Claro, Rio Claro, 1988.

PINTO, João Batista Moreira; COSTA, Alexandre Bernardino (orgs.). *Bases da sustentabilidade: os direitos humanos*. 1. ed. – Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara ESDHC – Edições DH, 2013.

_____; ERON, Geraldo de Souza (orgs.). *Os direitos humanos como um projeto de sociedade: desafios para as dimensões política, socioeconômica, ética, cultural, jurídica e socioambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva, 1998

_____. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. Madison, 2004. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf>. Acesso em 21 nov. 2016.

_____. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 72, out. 2005, p. 7-44. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/rccs_72_7_44.pdf. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. *A Gramática do Tempo: por uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, L. L. O papel do estado no processo de ocupação das áreas de cerrado entre as décadas de 60 e 80. *Revista Caminhos da Geografia*. V. 2, n. 2, p. 25-36. dez/2000.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

ZHOURI, Andréia e LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. In: *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010.

CAPÍTULO III

ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

GIOVANI CLARK¹³

LISIANE AGUIAR HENRIQUE¹⁴

MARINA FAGUNDES DE ARAÚJO¹⁵

1 INTRODUÇÃO

A construção sócio-histórica do conceito de desenvolvimento sustentável traduz o esforço internacional em conciliar projetos antagônicos de sociedade. Assim como a Organização das Nações Unidas - ONU se originou da união estratégica de forças opostas para a manutenção da paz mundial, também as suas produções expressam essa confluência de divergências que lhe deu origem.

Dessa forma, o conceito de "desenvolvimento sustentável", apresentado pela primeira vez no relatório *Our Common Future* (1987), elaborado pela *World Commission on Environment and Development* (Brundtland Commission), também é marcado pelos antagonismos que pautam as políticas internacionais. A expressão conjuga dois elementos básicos: desenvolvimento e preservação ambiental, contraditórios em uma concepção de desenvolvimento entendido como crescimento econômico e convergentes se o crescimento econômico se vincular necessariamente a melhorias qualitativas de condições socioambientais.

Entendemos assim que não há possibilidades de se falar em desenvolvimento sustentável sem que haja uma real mudança no sistema socioeconômico que compõe as estruturas desse desenvolvimento.

Isso porque a atual estrutura produtiva hegemônica, que tem por finalidade a obtenção de lucro, não se compromete com o bem-estar humano, ainda menos com a preservação do meio ambiente natural. Nesse sistema a tentativa de se promover um desenvolvimento sustentável é ilusória, corrompendo-se em apenas mais um nicho de mercado para a oferta de uma nova linha bens e serviços "bio".

¹³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC Minas e da Graduação da Faculdade de Direito da UFMG.

¹⁴ Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Graduada em Direito e pós graduada em Direito Público. Analista Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

¹⁵ Mestranda em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Em um contexto histórico pós-moderno marcado pelo individualismo o canibalismo econômico-financeiro é aguçado, não se contendo ante questões socioambientais a não ser para se garantir um maior lucro posteriormente.

A Economia Popular Solidária (EPS) é, nesse sentido, um estratégico sistema econômico pautado pelo trabalho coletivo e pela distribuição equitativa de ganhos plurais não restritos ao campo econômico, abrangendo parâmetros sociais, culturais, ambientais e políticos, sendo, dessa forma, mais consentâneo com uma sociedade que se pretenda sustentável.

O presente capítulo destina-se, assim, à análise da Economia Popular Solidária como um conjunto de práticas econômicas alicerçadas em uma nova ética de desenvolvimento, úteis à gestão de espaços e bens comuns, à efetivação de direitos humanos e à superação/limitação do sistema econômico hegemônico por meio do resgate das dimensões da sustentabilidade, inaugurando uma lógica econômica pós-crescimento.

O cerne do trabalho fundamenta-se na análise do empreendimento solidário constituído em rede pela Cooperativa dos Trabalhadores e Grupos Produtivos da Região Leste (COOPERSOL-Leste), pelo Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), pelo Fórum Municipal Lixo e Cidadania de BH (FMLCBH) e pelo Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (ORIS) na gestão de resíduos sólidos executada no Município de Belo Horizonte-MG.

Para a melhor compreensão da Economia Popular Solidária como sistema econômico adota-se o método hipotético-dedutivo de pesquisa bibliográfica, abordando posicionamentos doutrinários e legislações pertinentes. Já para a observação e coleta de dados sobre a aplicação de práticas econômicas solidárias, elege-se a pesquisa exploratória, realizando-se entrevistas com lideranças que coordenam a atividade desenvolvida pelo empreendimento solidário, além do registo de observações.

2 BASES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA - EPS

A Economia Popular Solidária (EPS) é um sistema econômico que admite múltiplas formas de produzir e distribuir riquezas escapando ao reducionismo capitalista de produção de lucro e redimensionando os parâmetros de gestão, atribuindo ao ato econômico um significado social por meio da solidariedade. Ademais, a Constituição Econômica brasileira de 1988, inclusive em seu núcleo central de comandos (arts. 170 a 192 da CR), adota um modelo produtivo plural (CLARK, CORRÊA, NASCIMENTO, 2013), admitindo assim outras formas alternativas de produção e de vida (associativismo, cooperativismo, etc) e não apenas o sistema

baseado nos meios privados de produção (logicamente com mitigações e imposições), na busca do desequilíbrio positivo (SOUZA, 2017), ou seja, desenvolvimento sustentável.

Segundo Genauto Carvalho de França Filho e Jean Louis Laville, a economia solidária pode ser definida como:

Uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias sócio-produtivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não-monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos. As formas assumidas por esta economia também variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos comunitários, clubes de trocas e associações de serviços em países latino-americanos, até as cooperativas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais ou os sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 15).

Esse sistema produtivo compreende um conjunto de atividades políticas, econômicas, sociais e culturais organizadas em redes de cooperação, direcionadas à valorização do ser humano e não do capital. Aqui, o lucro é uma consequência, mas não uma finalidade, sendo distribuído a todos que contribuíram para a sua geração, como também àqueles que dele precisarem.

A Economia Popular Solidária tem por princípios a democracia, a autogestão, a solidariedade, a cooperação, o respeito ao meio ambiente, o comércio justo e o consumo solidário. Há, nesse sistema, um esforço de resgate do trabalho enquanto exercício da dignidade humana, como um meio de emancipação social em um processo de politização e democratização econômica, com o intuito de suplantar o estado de alienação das relações de trabalho capitalistas.

Por compreender que a gestão, em uma instituição, implica exercício de poder sobre suas formas orgânicas e relações intrainstitucionais, os empreendimentos solidários se valem da autogestão, garantindo certa horizontalidade na organização das relações que o estruturam. Busca-se, assim, a ampliação da permeabilidade dos centros decisórios à influência dos atores sociais de modo a incluir, dar visibilidade, vez e voz, às diferentes coletividades e minorias no fortalecimento das formas contra-hegemônicas de Democracia.

A Economia Popular Solidária constitui, dessa forma, instrumento útil à emancipação social e à autonomia coletiva, com a retomada, pelos cidadãos, da faculdade de deliberar, de se autogerir e de se responsabilizar uns pelos outros, sem “delegar a capacidade dos poderes

decisórios de uma região exclusivamente ao Estado, nem tampouco a grupos econômicos privados” (Kuyumjian; Souza; Sant’anna. 2014. p. 1506).

Por não representar um modo único de vida, mas justamente por ser um sistema aberto de múltiplas possibilidades, a Economia Popular Solidária tem sido praticada por diferentes coletividades. Povos indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos rurais, moradores urbanos periféricos e centrais, o terceiro setor, os permacultores, bem como o governo, mesmo tendo motivações e origens históricas diversas, esses atores encontram nas práticas econômicas solidárias um instrumento de restauração e fortalecimento de laços sociais, de inclusão, distribuição de renda e redução de desigualdades, de conscientização e preservação ambiental.

Com o intuito de pesquisar vivências contra-hegemônicas de emancipação social e de sustentabilidade, face ao modelo dominante de “desenvolvimento sustentável”, sob o especial viés de práticas econômicas solidárias, analisamos o trabalho desenvolvido em rede pela Cooperativa dos Trabalhadores e Grupos Produtivos da Região Leste (COOPERSOL-Leste), pelo Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), pelo Fórum Municipal Lixo e Cidadania de BH (FMLCBH) e pelo Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (ORIS), com o apoio da Embaixada da França, na gestão de resíduos sólidos realizada no Município de Belo Horizonte.

3 UMA ANÁLISE A RESPEITO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: O EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - MG

A pesquisa em questão investiga se ações de empreendedorismo social praticadas em rede na gestão de resíduos sólidos em Belo Horizonte pela COOPERSOL Leste podem ser consideradas um projeto de desenvolvimento local propulsor de emancipação social e sustentabilidade, tendo potencial para se expandir e ser aplicado não só em âmbito local, como também regional e global.

Conforme dispõe a Política Nacional de Resíduos Sólidos (regulada pela lei nº 12.305/10) a implantação da coleta seletiva é obrigação dos municípios e metas referentes à coleta seletiva fazem parte de seus planos de gestão integrada de resíduos sólidos. Em Belo Horizonte, esse trabalho é realizado em rede, potencializando não só a coleta, o transporte, o transbordo, o tratamento, a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos como também o resgate e fortalecimento da subjetividade dos catadores e de suas famílias enquanto cidadãos e a sua articulação e empoderamento para a valorização da categoria profissional.

A Cooperativa dos Trabalhadores e Grupos Produtivos da Região Leste, COOPERSOL-Leste, é uma organização de catadores de materiais recicláveis que atua em diferentes regiões da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, coletando e gerenciando resíduos sólidos em Belo Horizonte.

Em atividade há mais de 14 anos, a cooperativa surgiu por meio da iniciativa de um grupo de moradores do Cruzeiroinho, uma área situada no bairro Alto Vera Cruz, região leste da cidade. Mesmo antes da fundação da cooperativa, esse grupo de moradores já atuava de forma coordenada participando de feiras artesanais pela cidade, cada um vendendo seus produtos, com o objetivo de complementar suas rendas familiares. Em situação de pobreza e extrema pobreza esses moradores de baixa renda articularam-se para constituir um empreendimento social em forma de cooperativa. A participação do grupo em Fóruns Sociais foi de extrema importância, tanto para que eles pudessem ter conhecimento sobre a sua área de atuação, optando pela gestão de resíduos sólidos, quanto para que conhecessem outros atores sociais fundamentais para o fortalecimento do empreendimento e a realização de suas atividades em rede.

A formação da COOPERSOL-Leste se deu em 2003, quando o grupo de moradores do Cruzeiroinho decidiu participar do programa BH Cidadania desenvolvido pela Prefeitura da cidade. O programa, ainda em curso, tem por objetivo promover Políticas Públicas de Inclusão Social nas nove regionais de Belo Horizonte, áreas de grande vulnerabilidade social, a partir da atuação integrada das Secretarias Adjuntas de Segurança Alimentar e Nutricional, Direitos e Cidadania, Esporte e Lazer, Assistência Social e Educação e Saúde. Quando fundada, a cooperativa concentrou sua atuação nos Bairros Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja. O projeto se expandiu e a cooperativa passou a desenvolver a gestão de resíduos também no Bairro Floresta, tradicional bairro central da cidade. Neste ano, foi inaugurada uma nova frente de atuação no Bairro Santa Tereza com o projeto LIXO ZERO, tema central do capítulo seguinte deste livro.

Com a parceria do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), a Cooperativa pôde contar com uma visão sistêmica sobre o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

O INSEA é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em todo o território nacional. A entidade foi constituída com a finalidade de apoiar a organização de catadores em associações e cooperativas, com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos (regulada pela lei LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010) e na Constituição Federal. Como informado na página do instituto:

Atuando na perspectiva de construção da autonomia dos catadores de materiais recicláveis, o INSEA busca contribuir para o fortalecimento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, através da organização e formação dos catadores de materiais recicláveis em todo o Brasil. Dessa forma, as ações do INSEA têm também como objetivo ampliar e fortalecer a organização dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, minimizando as condições de vulnerabilidade social em que se encontra a maioria destas pessoas. O INSEA também integra o Fórum Estadual Lixo e Cidadania de Minas Gerais, pois acredita que os fóruns municipais, estaduais e nacional, criados sob as diretrizes do Programa Nacional Lixo e Cidadania, são espaços fundamentais de articulação de parcerias, criação de mecanismos de conscientização pública e busca de alternativas para questões relacionadas à gestão dos resíduos sólidos e à inclusão social (INSEA, s.d.).

A atuação do INSEA abrange a prestação de assessoria técnica e parceria junto a grupos comunitários, empresas, ONGs e à Administração Pública, na elaboração e execução de projetos de gestão ambiental tendo como pressuposto básico a inclusão social, resgatando a cidadania das pessoas em situação de exclusão, em especial, catadores de materiais recicláveis e população de rua (INSEA, s.d.).

Desde 2010, o país passa por um processo de fechamento de lixões estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, o trabalho desenvolvido pelo INSEA é envolver as pessoas e famílias que tiram o seu sustento daquele espaço, garantindo-lhes uma nova possibilidade de vida. Num primeiro momento o que se visa é a geração de renda. E no processo de organização cooperada do trabalho, formá-los, não só como profissionais associados, mas como cidadãos conscientes da importância social, ambiental, política e econômica do serviço que prestam à sociedade, além do poder que têm enquanto categoria, valorizando a profissão e mobilizando-os.

O instituto, enquanto entidade do terceiro setor, é um parceiro do governo na execução de políticas públicas. Além de orientar o gestor público na implantação do programa de coleta seletiva e dar os encaminhamentos necessários, o INSEA também auxilia as cooperativas de catadores na preparação e organização do trabalho dos associados, na disponibilidade de estrutura física e equipamentos necessários.

Uma vez constituído o empreendimento econômico solidário de catadores - na linha de cooperativismo e associativismo - o INSEA realiza o monitoramento desse grupo mediando conflitos internos e externos à associação, tanto em relação aos cooperados quanto com gestor municipal. Ademais, o instituto também realiza a gestão dos dados de produção dos núcleos regionais das associações potencializando o trabalho de mobilização dos catadores junto à comunidade, com o poder público e nas ações com as empresas socialmente responsáveis.

Atualmente o INSEA apóia 84 associações em Minas Gerais, divididas em redes: CATAUNIDOS, CATAVALES, CATANORTE, Zona da Mata, REDESUL e REDESOL.

As associações de catadores que estão em uma região geográfica têm se unido em rede. A rede é uma cooperativa de segundo grau. Uma cooperativa constituída de pessoas jurídicas que se "linkam" em uma associação única, pautada pelo próprio Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), buscando para além do apoio social e político, também um apoio para a comercialização conjunta. O trabalho em rede permite a venda em conjunto, garantindo às cooperativas e aos seus membros a venda de materiais diretamente à indústria, sem necessidade da intermediação de um aparista. Como na atuação em rede o volume de materiais coletados, separados e tratados é muito maior, também o poder de barganha dos associados o é, tendo melhores condições de negociar o valor dos materiais.

Além de ter esse efeito multiplicador do poder de negociação comercial, a rede também colabora na organização social e política desses atores sociais, conferindo maior poder de articulação, negociação, denúncia e enfrentamento de situações de injustiça, como a falta e/ou ineficácia de políticas públicas necessárias.

Há nesse processo de articulação e mobilização social a conscientização desses cidadãos em relação aos seus direitos e deveres, bem como sobre os instrumentos úteis à sua efetivação. Órgão auxiliares da Justiça, como a Defensoria e o Ministério Públicos, também atuam em colaboração com o INSEA nos casos de denúncia de violação de direito dos catadores e das associações.

O movimento dos catadores não trabalha aqui em Minas Gerais com uma linha de enfrentamento, mas de construção de políticas públicas a serem efetivadas. O Ministério Público é acionado não para punir o Município, mas para fazer com que se cumpra a legislação, buscando sempre uma relação harmônica no desenvolvimento dos projetos.

Um importante passo dado por esse trabalho em rede foi a constituição de um Fórum de discussão que envolve as secretarias municipais dando enfoque à questão dos resíduos. As secretarias de saúde, de meio ambiente, de obras, de educação e de assistência social têm competência para planejar as ações sobre os resíduos sólidos e sobre os catadores. A secretaria de assistência social, por exemplo, é responsável por obter e registrar informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza, constituindo um banco de dados chamado Cadastro Único (CAD único). Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos Municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias. Diversos benefícios sociais do Governo Federal

utilizam o Cadastro Único como base para seleção das famílias aos programas: Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Bolsa Verde – Programa de Apoio à Conservação Ambiental, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Carteira do Idoso, Pro Jovem Adolescente, Passe Livre para pessoas com deficiência, dentre outros.

Já a secretaria de saúde atua junto aos catadores para a prevenção e controle dos espaços e condições de reprodução e vetores de doenças. A secretaria de educação e do meio ambiente contribuem para a construção de uma nova percepção do resíduo pela sociedade, envolvendo crianças, escolas, universidade, empresas e moradores na discussão sobre o lixo que se produz, consumo consciente, reciclagem, logística reversa, conceitos fundamentais para a construção de uma cultura cidadã.

A secretaria de obras, juntamente com a Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte, SLU, providenciam os caminhões de coleta.

O envolvimento das empresas se dá, em certa medida, pela obrigação que lhes foi legalmente imposta de promover a Política de Logística reversa. Conforme dispõe a Política Nacional de Resíduos Sólidos em seu artigo 3º, inciso XII:

Logística Reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (BRASIL, 2010).

Dessa forma, muitas empresas recorrem ao trabalho em rede com o INSEA e com as cooperativas de catadores a fim de executar a política de logística reversa e comprovar o seu cumprimento legal.

Além de trabalhar com a economia circular propiciada pela logística reversa que exige o comprometimento das empresas com a sociedade quanto aos resíduos gerados, a COOPERSOL Leste também pauta a sua atuação pela economia funcional, que não se volta somente ao resíduo, mas discute a funcionalidade dos sujeitos dentro desse espaço de construção de cidadania. A rede também conta com um espaço de articulação permanente sobre o gerenciamento de resíduos sólidos em Belo Horizonte, o Fórum Municipal Lixo e Cidadania de BH (FMLCBH). Ele atua de acordo com os princípios dos Fóruns Nacional e Estadual de Lixo e Cidadania, com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e com a legislação pertinente.

Diferentes atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com a gestão de resíduos sólidos constituem o Fórum: a sociedade civil, órgãos auxiliares da justiça (Ministérios e

Defensoria Públicos), associações comunitárias de bairro, Organizações Não Governamentais (ONGs), representantes de grupos empresariais atuantes nos setores de comércio e da indústria. O objetivo do Fórum é incentivar o consumo consciente, responsável e sustentável, a coleta seletiva e a valorização da categoria catador de material reciclável, como empreendedor e agente ambiental no meio urbano.

O Fórum não é um espaço deliberativo, tal qual um conselho. É um espaço consultivo. Onde o gestor municipal tem a oportunidade de escutar da sociedade quais ações podem ser consideradas pela gestão da coleta seletiva no município. Esse é o formato desse Fórum propulsor de propostas. O Insea é um agente direcionador técnico de como isso pode ser pensado.

Outro ator social atuante na rede de gestão de resíduos em Belo Horizonte é o Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (ORIS). Criado em 2012, o observatório combina a reflexão e ação dos atores reunidos em torno da promoção da reciclagem como alternativa ambiental e social com o tratamento do lixo urbano. Além de ser integrado por representantes dos catadores e das redes de associações e cooperativas, o ORIS também é composto por técnicos de apoio e ONGs, pesquisadores independentes e de instituições universitárias, representantes de instituições públicas aliadas ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. O observatório analisa e processa os dados de gestão de resíduos levantados transformando-os em informações que possibilitam uma maior eficiência e eficácia das ações de coleta seletiva à comercialização. Os conhecimentos produzidos e acumulados são socializados e debatidos em encontros no formato de workshop e seminários temáticos.

4 DESAFIOS ENFRENTADOS PELO TRABALHO EM REDE

Em entrevista realizada em 23 de outubro de 2017, Vilma da Silva Estevam, presidente da COOPERSOL-Leste, contou que uma das maiores dificuldades enfrentadas pela cooperativa foi conseguir uma estrutura física para a realização das atividades de triagem e armazenamento dos materiais coletados. Apesar da cooperativa ter sido fundada em 2003, eles só conseguiram um galpão apropriado para o desenvolvimento dos trabalhos em 2008. O recurso financeiro necessário à aquisição do terreno e materiais para a construção do galpão foi obtido com o financiamento do Conselho Municipal de Saneamento de Belo Horizonte - COMUSA, em reconhecimento à importância do serviço social prestado pela COOPERSOL-Leste quanto à

Salubridade Ambiental do Município. O atual galpão de atuação da cooperativa localiza-se no Bairro Granja de Freitas, na região leste de Belo Horizonte.

Outro desafio enfrentado pela cooperativa em seus primeiros anos de funcionamento foi a falta de capital de giro. Atualmente a rede de trabalho da COOPERSOL Leste, INSEA e prefeitura trabalham justamente no sentido de manter a oferta de projetos de recursos com certa frequência de forma a garantir capital de giro para as cooperativas iniciantes.

As atuais dificuldades enfrentadas pela rede de trabalho estudada dividem-se em dois vieses: um de sustentabilidade financeira do empreendimento e outra em lidar com as vulnerabilidades sociais de seus membros. A primeira refere-se à remuneração pelo serviço de coleta seletiva, que se dá por produtividade. Cada tipo de material coletado possui um preço, mas a remuneração pactuada com base no contrato de prestação de serviço não é suficiente a custear a manutenção dos espaços onde o trabalho é organizado. Segundo a presidente da COOPERSOL Leste, custos fixos do empreendimento como o fornecimento de água e eletricidade, são custeados diretamente pela prefeitura. A receita produzida pela coleta seletiva dos resíduos sólidos não é suficiente a garantir a sustentabilidade financeiro do empreendimento, deixando-o dependente dos recursos municipais. Essa primeira dificuldade se relaciona com uma outra.

Por ser um projeto social, as cooperativas acolhem pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, pessoas com distúrbios de ansiedade e depressão, dependentes químicos em tratamento e alcoólatras, que em situação de pobreza e sem uma estrutura familiar ficam completamente desamparados. A maioria dessas pessoas chegam à cooperativa por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma unidade pública da política de assistência social que encaminha essas pessoas para trabalharem na cooperativa, com o objetivo de que ali possam desenvolver condições psicossociais e econômicas para se manterem. O problema é que nem sempre essas pessoas recebem a atenção, o tratamento e a formação adequada para começarem a trabalhar em cooperação e a cooperativa não dispõe da estrutura médica e apoio de psicólogos e assistentes sociais necessários à recuperação dessa pessoas.

Segundo a presidente da cooperativa, já aconteceu de alguns cooperados começarem a trabalhar e abandonar o serviço sem ao menos voltar para receber a remuneração. Há que se lembrar que se trata de uma empreendimento que depende do trabalho organizado e cooperado de seus associados. A falta de condições para o desenvolvimento das atividades de forma cooperada pode levar à dissolução da cooperativa e o enfraquecimento da rede. Por isso da importância em se trabalhar de forma articulada com a secretaria de assistência social, bem

como com o apoio das universidades na área social, de saúde e psicologia. Há uma carência de assistência social em especial no que diz respeito à saúde dos cooperados.

Mesmo ciente da falta de estrutura para receber e lidar com essas pessoas, muitas vezes as cooperativas se vêem pressionadas a acolhê-las justamente pelo fato de dependerem de recursos advindos da prefeitura para custear a manutenção do empreendimento solidário, o que prejudica não só o trabalho desenvolvido pelas cooperativas, mas concorre sensivelmente para que a situação de vulnerabilidade do cooperado se agrave.

Há, nesse sentido, uma invisibilização desses sujeitos que não recebendo o adequado atendimento e tratamento passam a figurar em registros e estatísticas oficiais como formalmente incluídos, sem que haja a construção de condições basilares (psicológicas e médicas) que possibilitem uma inclusão social de fato.

O arcabouço de conhecimentos e saberes adquiridos pelas dificuldades e pelos êxitos enfrentadas e conquistados pela rede de trabalho da COOPERSOL Leste e do INSEA são reaproveitados e reciclados no auxílio prestado a outros grupos sociais, à formação de outras cooperativas e de outras redes. A COOPERSOL Leste, por exemplo, atua em cooperação com as associações de catadores do aglomerado da serra e do bairro confisco, em Belo Horizonte, orientando-os a partir das experiências por ela vivenciadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impossível se pensar em desenvolvimento sustentável em uma sociedade dominada por um sistema econômico onde apenas o lucro é seu único objetivo. A Economia Popular Solidária insere-se, nesse contexto, como estratégia para reduzir desigualdades, inaugurando uma lógica econômica pós-crescimento que se destina a melhoria qualitativa das condições de vida, por um outro desenvolvimento.

Um desenvolvimento pautado em conhecimentos e saberes tradicionais eticamente comprometido, subordinando resultados econômicos à capacidade do meio em absorver os efeitos causados pela ação humana, à garantia de dignidade e à melhoria na qualidade de vida dos seres. A articulação em rede une e fortalece diferentes atores sociais minoritários, que com trajetórias diversas apoiam-se uns aos outros contra um modo de vida predatório que se mantém pela geração de desigualdades e de exclusões.

Pautada na solidariedade, a economia popular preocupa-se, em uma primeira abordagem, com a geração de recursos, monetários ou não, necessários a garantir condições dignas de vida e à manutenção do empreendimento solidário, que com o decorrer das atividades

agrega indivíduos, recuperando tecidos sociais, reduzindo desigualdades e formando pessoas comprometidas com o bem estar da sociedade e do meio ambiente em que está inserida.

Há nesse enfrentamento compartilhado dos problemas sociais a oportunidade de se politizar, de se engajar e construir cidadania. Nesse processo, a criação de laços de cooperação, de solidariedade, de comprometimento, de empatia, de respeito, autonomia coletiva e emancipação social integram as receitas do empreendimento.

O trabalho desenvolvido pela rede de atuação constituída pela Cooperativa dos Trabalhadores e Grupos Produtivos da Região Leste (COOPERSOL-Leste), pelo Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), pelo Fórum Municipal Lixo e Cidadania de BH (FMLCBH) e pelo Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (ORIS) na gestão de resíduos sólidos executada no Município de Belo Horizonte-MG, é uma amostra empírica da capacidade das práticas econômicas solidárias em resgatar dignidade e cidadania, em reciclar vidas, oferecendo outras possibilidades, ressignificando o trabalho e interligando pessoas a partir da questão ambiental.

O trabalho desenvolvido no gerenciamento de resíduos sólidos em Belo Horizonte é apenas um pequeno-grande exemplo do que se faz em âmbito regional e global. Diversas são as comunidades e as organizações que trabalham em rede junto a diferentes governos efetivando políticas públicas, politizando e mobilizando as pessoas para que possam fazer por si mesmas, com e para os outros, fortalecendo as capacidades locais de reconstrução de seu próprio território e multiplicando conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELO HORIZONTE. Lei nº 10.152, de 24 de março de 2011. Dispõe sobre a Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária, cria o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária e o Fundo Municipal de Economia Popular Solidária no Município de Belo Horizonte, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, 25 mar. 2011. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo &pk=1054916>. Acesso em: 03 nov. 2017.

_____. *Programa BH Cidadania: Programa de Desenvolvimento Integrado*. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&app=politicas sociais&pg=5567&tax=8962>. Acesso em: 01 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário*

Oficial da União, Brasília, 03 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 06 nov. 2017.

CLARK, Giovani. CORRÊA, Leonardo Alves. NASCIMENTO, Samuel Pontes do. Ideologia Constitucional e Pluralismo Produtivo. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. Especial, p. 265-300, 2013.

FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE, J.L. *Economia solidária*. Uma abordagem internacional. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

INSEA. *COOPERSOL-Leste comemora 10 anos de muito trabalho e vitória*. Disponível em: <http://www.insea.org.br/coopersol-leste-comemora-10-anos-de-muito-trabalho-e-vitoria/>. Acesso em 07 de nov. 2017.

_____. *Nossa História*. Disponível em: <http://www.insea.org.br/nossa-historia/>. Acesso em 07 de nov. 2017.

_____. *Quem Somos*. Disponível em: <http://www.insea.org.br/quem-somos/>. Acesso em 07 de nov. 2017.

_____. *Mobilização e Articulação*. Disponível em: <http://www.insea.org.br/areas-de-atuacao/>. Acesso em 07 de nov. 2017.

PINTO, João Batista Moreira. Os direitos humanos como um projeto de sociedade. in PINTO, J.B.M. e SOUZA, E.G. *Os direitos humanos como um projeto de sociedade: desafios para as dimensões política, socioeconômica, ética, cultural, jurídica e socioambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2015. p. 5-33.

_____. *Da Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável à Sustentabilidade com Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Instituto DH. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. *Primeiras Linhas de Direito Econômico*. 6 ed. 2 Tiragem. São Paulo: Ltr, 2017.

CAPÍTULO IV

REDE LIXO ZERO SANTA TEREZA: UM PROGRAMA DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

VANESSA DE VASCONCELLOS LEMGRUBER FRANÇA¹⁶
CAROLINA SOUZA CASTRO¹⁷

1 INTRODUÇÃO

A questão ambiental tem ganhado visibilidade cada vez maior em diversos setores da sociedade em virtude de, dentre outros fatores, reflexos da relação de exploração entre os seres humanos e a natureza.

Nesse contexto, especial atenção é dada no presente capítulo para a problemática de resíduos sólidos urbanos. Os rejeitos e lixos que são retirados por caminhões coletores na porta das residências vão para algum lugar, que muitas das vezes pode ser considerado impróprio. Visto que não existe o “jogar fora”, as municipalidades e todos os atores sociais não podem mais adiar a discussão da pauta.

Serão discutidas soluções possíveis para a gestão dos resíduos que não estejam completamente inseridas em uma lógica mercadológica nem em desacordo com práticas socioambientais, tal como tem ocorrido com os lixões, aterros e incineradores. Perpassando pela reciclagem e coleta seletiva solidária, pretende-se demonstrar que uma nova relação com os resíduos sólidos é possível e que esse caminho não somente é ambientalmente desejável, mas também contribui para o bem-viver dos cidadãos como um todo, encontrando-se ou não em uma situação de maior vulnerabilidade.

Conforme aduz Enrique Leff (2011), a pauta ambiental, na qual se insere a gestão dos resíduos sólidos, é uma pauta política que não deve ser tratada como um mero ativo econômico:

A problemática ambiental converteu-se numa questão eminentemente política. Os conflitos socioambientais emergem de princípios éticos, direitos culturais e lutas pela apropriação da natureza que vão além da internalização dos custos ecológicos para assegurar um crescimento sustentado. As identidades culturais e os valores da natureza não podem ser contabilizados e regulados pelo sistema econômico. (LEFF, 2011, p.45).

¹⁶ Mestranda em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara.

¹⁷ Mestranda em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara.

Apesar do desenvolvimento de métodos que se propõem a valorar o ambiente, tal como faz Seroa da MOTTA (2006), PIGOU (1962), COASE (1960) e POSNER (2004); de acordo com a linha de pensamento de LEFF (2011, p. 65-70), não há como calcular o “valor real” da natureza na economia.

Nesse sentido, Leff (2011, p. 65-70) afirma que a contabilização dos recursos ambientais é inviável, pois depende de percepções culturais, direitos comunais e interesses sociais que se estabelecem fora do mercado. Os “conflitos distributivos”, em relação as externalidades do direito ambiental, introduzem na economia política do ambiente as condições ecológicas de sobrevivência e produção.

Em uma economia de mercado, como aponta MONTERO (2011, p.90), os agentes econômicos tendem a se apropriar dos recursos naturais. Assim, os custos sociais e ambientais da exploração não são levados em conta quando se distribui e se valoriza bens e serviço e é necessária uma intervenção por parte do Estado para que esses custos não sejam suportados pela coletividade. Segundo a teoria econômica das externalidades, o efeito não poderia ser agregado ao valor do produto pela impossibilidade de sua mensuração, mas o Estado poderia fazer com que os custos ambientais fossem internalizados nas atividades de produção e consumo, de forma a induzir a mudança no padrão de uso dos recursos naturais.

Porém, nos termos das assertivas de Leff, o meio ambiente e os esforços em busca do desenvolvimento sustentável não devem seguir a clássica lógica de mercado e de distribuição do projeto capitalista, posto que a relação, apropriação e manejo dos recursos e dos bens naturais requerem uma nova resposta da ciência jurídica, tendo em vista o caráter comum e difuso dos mesmos. Em outras palavras, os conflitos jurídicos e políticos que envolvem o meio ambiente devem ser tratados sob uma diferente perspectiva, uma perspectiva mais humana e mais responsável com os diversos atores envolvidos, que não perpassa prioritariamente pela quantificação monetária. Vejamos:

O desenvolvimento sustentável surge com o propósito de conseguir um ordenamento racional do ambiente, sem exigir que o ambiente funde uma nova racionalidade, que a degradação ambiental não se resolva com os instrumentos da racionalidade econômica. Nesse sentido, a questão ambiental está ampliando o marco dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Os sistemas jurídicos estão se transformando para atender os conflitos de apropriação e manejo dos bens comuns. (LEFF, 2011, p. 92).

A problemática em discussão reside em: como a questão dos resíduos sólidos pode ser tratada tendo em vista uma perspectiva contra-hegemônica em relação a reapropriação social

da natureza? É possível se afirmar que a coleta seletiva solidária, com base no “Programa Rede Lixo Zero Santa Tereza” é uma resposta de tratamento integral e integrado dos resíduos sólidos?

O presente trabalho aponta como hipóteses: a) os modelos hegemônicos de gestão de resíduos sólidos não são capazes de responder aos anseios de uma democracia ambiental para o desenvolvimento social e sustentável; b) rede de coleta seletiva solidária é uma opção para a gestão dos resíduos sólidos sob a perspectiva de uma ética socioambiental; c) o “Programa Rede Lixo Zero Santa Tereza” pode ser visto como paradigma para o fortalecimento de outras experiências e na reconstrução mais humana e ambientalmente responsável de novos modelos de gestão de resíduos sólidos.

Como metodologia adotou-se o método hipotético-dedutivo, de abordagem qualitativa, de natureza de pesquisa descritiva, de procedimento de pesquisa documental e de campo, por meio da pesquisa-ação.

Importante ressaltar que foram feitas cinco entrevistas de embasamento, para além da análise de documentos diversos, sob as quais se respaldarão as muitas das informações contidas neste capítulo. No quadro abaixo constam informações gerais sobre elas.

Nome	Relação com o objeto da pesquisa	Data da entrevista
Vilma da Silva Esteves (50 anos); e Marcos Elias	Ela, presidente/catadora na COOPESOL-LESTE; ele, diretor financeiro/catador na COOPESOL-LESTE	23 de out de 2017
Márcio Ribeiro de Souza	Pároco na Igreja Santa Tereza Santa Teresinha/Padre, localizada no bairro da Rede Lixo Zero	24 de out de 2017

Lívia Ferreira (31 anos)	Equipe técnica do INSEA (Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável) – Projeto Novo Ciclo	25 de out de 2017
Luisa Torres Furtado; e Denismar do Nascimento	Ela, educadora Ambiental no Projeto EcoEscola-BH ¹⁸ , professora de geografia na EMPLO (Escola Municipal Professor Lourenço de Oliveira), e técnica em meio ambiente ¹⁹ ; Ele, auxiliar de biblioteca, e educador ambiental no Projeto EcoEscola-BH.	16 de nov de 2017
João Bosco	Presidente da Associação de Moradores do bairro Santa Tereza	16 de nov de 2017

O marco teórico adotado refere-se aos estudos de Enrique LEFF (2011) que, em síntese, coloca a crise ambiental como um dos fatores que evidencia a crise no conhecimento em si. Em outras palavras, o autor questiona a racionalidade moderna para chegar à defesa da racionalidade ambiental, pois a complexidade do final do século XX e XXI requer o repensar da questão ética sob a perspectiva de uma outra racionalidade, que se diferencie da lógica cartesiana.

Este estudo se divide em duas partes, para além da introdução e conclusão: a primeira discorre sobre a questão dos resíduos sólidos sob a égide do Plano Municipal de Belo Horizonte;

¹⁸ Programa da Secretaria Municipal de BH de Educação

¹⁹ Apesar de já ter trabalhado na SLU/Superintendência de Limpeza Urbana como técnica em meio ambiente, Luisa hoje trabalha na área da educação.

enquanto a segunda trata da “Rede Lixo Zero Santa Tereza” e sua relação com os conceitos de coleta seletiva solidária, atuação em rede e Direitos Humanos.

2 Novos paradigmas para a gestão de Resíduos Sólidos em Belo Horizonte

2.1 Destinações

Em sede inicial, importante distinguir os conceitos de “lixo”, “resíduos sólidos” e “rejeitos” que, apesar de comumente utilizadas como sinônimos, não o são (VGRESÍDUOS, 2017).

Por lixo entende-se, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como os restos das atividades humanas, considerados pelos geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis, podendo se apresentar no estado sólido e líquido, desde que não seja passível de tratamento. Tal termo dá espaço para os dois termos que se seguem.

Por resíduos sólidos, conforme definição da Lei nº 12.305/2010, art.3º, inciso XVI, entende-se todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

Sobre rejeitos, nos termos da Lei nº 12.305/2010, art.3º, inciso XV, entende-se como resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

Feitas tais considerações, passa-se a discriminação sumária dos destinos para os rejeitos e resíduos, destacando-se alguns pontos principais.

a- **Depósitos Clandestinos:** locais em que os moradores ou empresas começam a depositar rejeitos e resíduos indiscriminada e clandestinamente, sem qualquer preparação do terreno e do entorno (AUTOSSUSTENTÁVEL, 2010).

b- **Lixões:** tais quais os depósitos clandestinos, não há preparação preliminar do solo nem tratamento do chorume, porém eram institucionalizados. Mas, mesmo com o advento da

Lei nº 12.305/10 que, em seu art. 54 proíbe lixões nos municípios brasileiros, esta ainda é uma realidade.

c- **Incineradores:** pelo processo de incineração há redução de peso e volume do lixo através da queima e combustão controlada (VGRESÍDUOS, 2017). Com elevado custo de implantação, manutenção e operação, outro ponto negativo dos incineradores é a insegurança dos sistemas de filtragem com relação ao vazamento de gases tóxicos. São indicados, porém, para resíduos hospitalares e tóxicos industriais. (AUTOSSUSTENTÁVEL, 2010).

d- **Aterros Controlados:** é outra denominação para os antigos lixões que passaram por um processo de isolamento do entorno para minimizar os efeitos do chorume por meio da canalização do mesmo para tratamento, remoção dos gases produzidos em diferentes profundidades do aterro, recobrimento das células expostas na superfície, compactação adequada e gerenciamento de novos resíduos e rejeitos (AUTOSSUSTENTÁVEL, 2010).

e- **Aterros Sanitários:** áreas preparadas e impermeabilizadas para receber os rejeitos e resíduos que não são reaproveitados ou reciclados, com tratamento adequado de gases e líquidos resultantes da decomposição de materiais diversos. (AUTOSSUSTENTÁVEL, 2010).

f- **Compostagem:** ocorre por meio do processo biológico de decomposição da matéria orgânica contida em restos de origem animal ou vegetal (VGRESÍDUOS, 2017)

g- **Coleta Seletiva e Reciclagem:** pela coleta seletiva, ou seja, pós-separação dos resíduos gerados, do material reciclável, é possível ocorrer a reciclagem. Esta que, por sua vez, é entendida como a atividade de transformar materiais já usados como insumo na fabricação de novos produtos (SLU, 2017).

2.2 Plano Municipal de Resíduos Sólidos de Belo Horizonte

Esta seção discorre, em suma, sobre o Plano Municipal de Resíduos Sólidos de BH e embasa-se nos seguintes documentos obtidos por meio de sítio eletrônico da Prefeitura: Versão Final do PMGIRS-BH; Anexo I da Versão Final do PMGIRS-BH; e Cartilha com o Resumo do PMGIRS-BH (PBH, 2017).

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Belo Horizonte é um “instrumento de planejamento estratégico municipal, que contempla as diretrizes e ações para o manejo ambientalmente adequado e sustentável dos resíduos, assim como para a educação ambiental e mobilização social, em um horizonte de 20 anos, sendo, assim, um Plano que enfatiza a sustentabilidade econômica e ambiental e a inclusão social. Está de acordo com

diversas normatividades do ordenamento jurídico brasileiro, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei nº 12.305/2010 e o Estatuto das Cidades Lei nº 10.257/2001. (PBH, 2017-b, p.11).

Um dos enfoques é a logística reversa, por meio da qual há reaproveitamento de produtos pós-consumo, para reaproveitamento do seu ciclo de vida ou em outros ciclos produtivos.

A elaboração foi por meio de processo participativo, com criação e instituição de fóruns de discussão, formados pela sociedade civil organizada e por representantes dos governos municipal, estadual e federal. O lançamento ocorreu em 29 de outubro de 2014 durante evento público e, após série de audiências, oficinas, apresentação e discussão de trabalhos, culminando com a formalização do Plano em 2017.

No plano de ação traçado há específica menção sobre a coleta seletiva, tanto Ponto a Ponto²⁰ quanto Porta a Porta²¹. Nas etapas iniciais, mais enfoque é dado a coleta Porta a Porta, mas a ampliação em fases posteriores é pela Ponto a Ponto.

No ano de 2013, o material reciclável coletado correspondeu a 7.271,37 t/ano. Quanto à destinação, “os materiais recicláveis coletados por meio das ações da Prefeitura são repassados às associações e cooperativas de catadores, que são responsáveis pelo recebimento, pesagem, segregação, armazenamento, prensagem, enfardamento e comercialização” (PBH, 2017-b, p.28).

Há, na zona metropolitana de Belo Horizonte, sete parceiros EES (Empreendimentos Econômicos Solidários)²² que participam do Programa Municipal de Coleta Seletiva, a saber: ASMARE²³, ASSOCIERECICLE²⁴, COOPEMAR²⁵, COOPERSOL Venda Nova²⁶,

²⁰ A coleta seletiva Ponto a Ponto é aquela que se dá nos Locais de Entrega Voluntária –LEV espalhados em 82 locais distribuídos em todas as regiões da cidade de Belo Horizonte, havendo 260 contentores para papel, metal, plástico e vidro (PMPV), conforme dados do ano de 2016.

²¹ A coleta seletiva Porta a Porta é realizada em 36 bairros da capital mineira, conforme dados do ano de 2016, atendendo 383.365 habitantes. Em quase sua totalidade é realizada por empresas contratadas, com exceção da área abrangida pelo Projeto Piloto (contemplando partes dos bairros Floresta e Colégio Batista) e, agora em 2017, contemplando também a área da Rede Lixo Zero no bairro Santa Tereza. Tal iniciativa “visa capacitar as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, para as atividades de coleta seletiva porta a porta”. (PBH,2017-b, p.27).

²² Os quais ocupam 9 Unidades de Processamento e Triagem de Materiais Recicláveis

²³ Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte – Galpão Ituitaba e Galpão Contorno

²⁴ Associação dos Recicladores de Belo Horizonte

²⁵ Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Oeste de BH

²⁶ Cooperativa Solidária de Trabalhadores e GP de Venda Nova

COOPESOL Leste²⁷, COOPERSOLI²⁸, e COOMARP²⁹. Destaca-se que a COOPERSOL Leste terá especial enfoque ao longo deste capítulo. Dentre as proposições, diretrizes, estratégias e principais metas:

- a) Estratégia E2 – Fortalecimento e desenvolvimento das associações de catadores, relacionada às metas M1 e M2, a saber, respectivamente: inclusão e integração sócio econômica dos catadores avulsos de materiais recicláveis em situação de vulnerabilidade; e estímulo ao desenvolvimento das organizações de catadores de materiais recicláveis.
- b) Estratégia E4 – Melhoria na destinação dos resíduos e ampliação do aproveitamento e reciclagem dos resíduos, relacionada às metas M1, M3 e M4, a saber, respectivamente: ampliação do programa de coleta seletiva em prédios públicos; ampliação da abrangência do Programa Municipal de Coleta Seletiva; e Ampliação da quantidade de resíduos recicláveis coletados.

No que diz respeito ao plano de atendimento da coleta seletiva[13], a PBH coloca como meta aumentar de 15% em 2016 para 31% em 2021, 57% em 2016, e 100% em 2036. Já sobre a quantidade de materiais recicláveis coletados em relação aos resíduos domiciliares, a PBH coloca como meta aumentar de 1,08% em 2016 para 2,5% em 2021, 4,3% em 2016, e 11,3% em 2036 (PBH, 2017-b, p.34).

Acrescenta-se que, sobre a situação dos resíduos reversos, há intenção em atuar, prioritariamente, “em parceria com Cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis, incluindo centrais de triagem ou unidades equivalentes, bem como priorização do pagamento às Cooperativas, tanto individualmente, quanto organizadas em rede, segundo preços negociados com base nos valores de referência de mercado, considerando os critérios de localização, volume, qualidade e capacidade instalada na indústria” (PBH, 2017-b, p. 61).

3. Rede Lixo Zero Santa Tereza

Após período de debates para implantação, no dia 18 de outubro de 2017 ocorreu um cortejo para mobilização dos atores envolvidos na Rede Lixo Zero, moradores, frequentadores

²⁷ Cooperativa Solidária de Trabalhadores e grupos produtivos da Região Leste

²⁸ Cooperativa Solidária de Recicladores e grupos produtivos do Barreiro e região

²⁹ Comunidade Associada para Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha – Galpão Pampulha 1 e Galpão Pampulha 2

e demais cidadãos que de alguma forma se relacionam com o bairro Santa Tereza, na região leste de Belo Horizonte. No dia 23 iniciou-se a coleta seletiva.

O Lixo Zero é uma nova forma de se relacionar com o espaço público através da gestão e destinação adequada de resíduos sólidos, em atenção às questões socioambientais, a qualidade de vida e o bem-estar comunitário.³⁰

Tal iniciativa busca mobilizar os moradores na busca pela afirmação de que é possível viver em uma sociedade que não gere lixo e que seja comprometida com a vida e com o desenvolvimento sustentável inclusivo, em conformidade com as metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

O bairro Santa Tereza é referência em BH, como a entrevistada Livia do INSEA pondera, pois é catalisador de pautas de transformação da cidade. Ademais, como a expressiva população gira em torno de 17 mil habitantes, pode se tornar um importante paradigma para que a coleta seletiva seja ampliada para toda a região, em especial para cidades pequenas. No Brasil, existem 3.482 municípios com até 17 mil habitantes. Em Minas Gerais, tal número consiste em 631 (IBGE, 2017).

O programa é estruturado de tal forma que, por meio da opção pela coleta seletiva solidária, todo o trabalho seja feito pelos catadores de materiais recicláveis da COOPESOL-LESTE (Cooperativa Solidária dos Trabalhadores e Grupos Produtivos da Região Leste).

O ponto-chave da Rede Lixo Zero é o protagonismo do cidadão no processo, com inclusão dos catadores de materiais recicláveis. Ainda em período inicial, a coleta atende quatro ruas que circundam o quarteirão da EMPLO (Escola Municipal Professor Lourenço de Oliveira), a saber: Anhanguera, Salinas, Itacolmito e Teixeira Soares. A estruturação das estratégias do programa visa tratar de forma integral e integrada os resíduos sólidos gerados no bairro inteiro de Santa Tereza.

Foram feitas cinco entrevistas com atores que estariam ligados ou à comunidade do bairro Santa Tereza e/ou ao Programa Rede Lixo Zero, cujos pontos se destaca a seguir.

A primeira entrevista ocorreu na COOPESOL-Leste, em correlação com o Capítulo III deste livro – Economia Popular Solidária.

Vilma, Presidente da COOPESOL-Leste, iniciou sua jornada na cooperativa através do grupo de referência de apoio às famílias do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social),

³⁰ Apesar do enfoque deste capítulo na experiência belorizontina, existem outras no Brasil, como a “Tiradentes Lixo Zero”. Este projeto completa um ano de existência no mês de novembro de 2017 e atua na reciclagem do lixo do município e desenvolve ações de educação ambiental com crianças em conjunto com a cooperativa “Tiradentes Recicla”.

e dentro desse grupo surgiu a possibilidade de formar as 09 cooperativas para as 09 regionais, através do Projeto BH Cidadania. Por intermédio de OSCIP relacionada à Prefeitura de BH, havia a intenção inicial de formar a cooperativa na área mais vulnerável do bairro Alto Vera Cruz, o Cruzeirinho – onde reside a entrevistada – mas localiza-se hoje no bairro Granja.

A Cooperativa formou-se em março de 2003, apenas com o trabalho, sem infraestrutura nem capital de giro. O foco sempre foi reciclagem, mas inicialmente desempenharam atividades em feiras de economia solidária no formato de cooperativa mista: os cooperados levavam roupas de confecção própria, vassouras feitas de garrafa PET, artesanato e produtos de limpeza, por exemplo. A cooperativa completou, em 2017, 14 anos, mas o galpão/local de trabalho tem apenas 9.

Por volta de 2006, através da Liga Comunitária do Alto Vera Cruz³¹ e da SLU³², a cooperativa passou a participar do Fórum Lixo e Cidadania e conseguiu recursos do COMUSA³³, especialmente para construir e reformar o galpão onde trabalham hoje que, no projeto, contava com um espaço voltado para o artesanato, inviabilizado pela escassez de dotação financeira.

Vilma ressalta que, com o crescimento da cooperativa, as responsabilidades também crescem, visto que é um ator importante não só para BH, mas para muitas famílias que dela dependem. Desta forma, sem olvidar do fundamento basilar no princípio da economia solidária, há uma preocupação com a qualidade da prestação de serviços, com normas e leis a cumprir; ou seja, percebe-se zelo na seara organizacional administrativa e financeira na busca pelo aumento da demanda.

A menção recorrente é das atividades no Floresta, bairro belorizontino onde o projeto piloto de coleta seletiva teve início em 2015, cujo contrato foi renovado em 2016 e vai ser em 2017. Lá, a coleta seletiva foi sem custo para prefeitura e deu-se em conjunto com engenheiros da UFMG. É a iniciativa que foi um espelho para o Santa Tereza.

A cooperativa se mantém com contratos de prestação de serviço com a municipalidade. Mas a coleta que hoje gira em torno de 12 toneladas/mês não garante a independência financeira completa, sendo necessários novos contratos. Sem o apoio da prefeitura, que fornece água, luz e manutenção do galpão, a prestação do serviço não existiria, constata a entrevistada Vilma.

Em realidade, não apenas a prestação do serviço de coleta, como também o aspecto socioambiental do trabalho por eles desempenhado. Famílias trabalham na cooperativa,

³¹ Coordenado à época pela Dona Valdete – Meninas de Sinhá

³² Superintendência de Limpeza Urbana de BH

³³ Conselho Municipal de Saneamento de BH

inclusive a dos entrevistados. E, além disso, o projeto é uma oportunidade pois incentiva o estudo, seminários e formações, como os fóruns sobre resíduos e capacitações sobre eletrônicos.

A COOPESOL-Leste, que nos primórdios de sua formação não teve o apoio de outras cooperativas, mas sim de outros parceiros, como gerente do CAC (Centro de Apoio Comunitário), Fica Vivo – Mediação de Conflitos, e lideranças comunitárias; faz questão de contribuir com diversos grupos de cooperativas. Como exemplo, no grupo do Aglomerado da Serra, vendem material em conjunto; e no bairro Confisco, em Contagem, contribuíram na formação.

Na segunda aplicação de questionário, Padre Márcio, da paróquia Santa Tereza Santa Teresinha, no bairro Santa Tereza, disse que, apesar de não se adentrarem em questões do programa Lixo Zero, a paróquia empresta local para reuniões da Associação de Moradores, por exemplo. E destaca que há interesse de entender mais o projeto e de se envolver no futuro.

O INSEA foi o terceiro agente entrevistado. Lívia, bióloga e membro da equipe técnica, teve contato com o Instituto foi através do projeto “Reciclando Oportunidades”, do Ministério do Trabalho e Emprego, que tangenciava a inclusão socioprodutiva dos catadores e o fortalecimento da coleta seletiva nos municípios da região e colar metropolitano de BH.

Em rede, junto com diversos atores como o ORIS³⁴, construiu-se a experiência no bairro Floresta relatada pela agente da COOPESOL-Leste. Destaca que uma Associação de Bairros ativa e participante, tal qual a do bairro Floresta, que reivindica a implantação da coleta seletiva junto a PBH é primordial.

Desde 2014 o INSEA vem discutindo a temática do Lixo Zero e a definição de um novo modelo de sociedade, mais justo e solidário, que analise o aprendizado de outros lugares mas que seja adequado para a realidade da cidade de BH. Partindo dessas discussões, defendem a reciclagem e coleta seletiva pelos catadores, com pagamento pelo serviço prestado. Asseveram que é um modelo que dá certo e que tem aprovação social, pois, além da maior qualidade e de movimentar a economia local, os catadores estabelecem uma relação com a comunidade muito forte, diferentemente de empresas e terceirizadas. Ademais, como a maioria do material que chega na cooperativa é seco reciclável, cujo custo é bem menor, o ente municipal reduz gastos com resíduos e com aterro.

Na quarta entrevista, realizada no âmbito da Associação de Moradores do Santa Tereza, o presidente João Bosco disse que a coleta seletiva é uma reivindicação antiga junto a SLU.

³⁴ Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária/ORIS foi criado em 2012, em BH, como espaço de reflexão e ação a respeito da reciclagem como alternativa socioambiental para a realidade urbana.

Asseverou que o rejeito tem sido mínimo e a adesão dos moradores tem sido muito positiva, conforme evolução da coleta, que ocorre toda segunda-feira, na tabela abaixo descrita.

1ª Coleta (23/10/2017)	160 kg
2ª Coleta (30/10/2017)	290 kg
3ª Coleta (06/11/2017)	360 kg

Já é palpável a expansão da Rede Lixo Zero para todo o bairro, cuja coleta seletiva continuará sendo feita no quarteirão da EMPLO e também nas ruas Pouso Alegre, Salinas, Mármore e Divinópolis, a partir de 20 de novembro de 2017. A Associação de Moradores, por vislumbrar a possibilidade de ser um exemplo para todo o país, assegura que está comprometida a envolver os cidadãos na causa e ressalta a imprescindibilidade da colaboração comunitária.

Na quinta e última entrevista feita com educadores ambientais na EMPLO/Escola Municipal, Luisa e Denismar, destacou-se a importância da consciência ambiental tanto para a comunidade do bairro quanto nas relações escolares internas.

Os entrevistados, enquanto educadores ambientais pelo Projeto EcoEscola-BH, participam da comissão de meio ambiente criada no âmbito do EMPLARE- Programa de Sustentabilidade da EMPLO, que é composta por alunos, professores e outros atores da comunidade. O EMPLARE pretende atuar de forma contínua na escola em diversas frentes: água; mobilidade urbana, mediante implantação do bicicletário na escola; resíduos sólidos; resíduo orgânico; resignificação de mobiliário; e alimentação.

Como no bairro Santa Tereza não tinha coleta seletiva e como a SLU não fazia coleta porta a porta, entraram em contato com a COOPESOL-Leste para iniciar a atuação frente a problemática dos resíduos sólidos e recicláveis.

Reuniram-se com Vilma, a primeira entrevistada desta pesquisa, que conectou os educadores da EMPLO com o INSEA e ORIS, além de introduzir a ideia do Lixo Zero. Das reuniões, convergiu a implantação da Rede Lixo Zero associado à coleta seletiva, e na expansão para o quarteirão da escola, e não apenas a escola em si.

Internamente, a implantação da Rede Lixo Zero representou, conforme os atores entrevistados, mudança de como trabalhar um novo conteúdo na escola e de apresentar

conceitos aos alunos e, inclusive, aos professores, tais quais economia solidária e desenvolvimento sustentável inclusivo. Ademais, ressaltam o potencial multiplicador da EMPLO, pois são muitos alunos que passam por lá e que levam a ideia do Lixo Zero para suas casas. Acrescentam também que, com um novo projeto na escola, a convivência já desgastada entre alguns professores melhorou.

O maior desafio apontado é manter acesa a ideia do Lixo Zero e do projeto EMPLARE na escola. Aponta a escola é um microcosmo da sociedade, e, como tal, reluta em algumas mudanças por receio de aumento do trabalho. Esperam que a equipe engajada na comissão ambiental da EMPLO ganhe mais adeptos e que possa expandir para outros projetos dentro da perspectiva da sustentabilidade mas que trabalhe outras questões que não o Lixo Zero.

3.1 Coleta Seletiva Solidária, atuação em Rede e Direitos Humanos

A coleta seletiva solidária associada à defesa do Lixo Zero é a materialização de uma solução para problemas distintos: ao mesmo tempo em que resolve a problemática ambiental urbana também abarca a questão orçamentária municipal e a geração de renda dentro da própria comunidade beneficiada com a prestação do serviço. Nesse sentido, vejamos:

A gestão ambiental participativa está propondo, além da oportunidade de reverter os custos ecológicos e sociais da crise econômica, a possibilidade de integrar as populações marginalizadas num processo de produção para satisfazer suas necessidades fundamentais, aproveitando o potencial ecológico de seus recursos ambientais e respeitando suas identidades coletivas. (LEFF, 2011, p.63).

Sem uma convergência de vontades entre os atores não haveria projeto: cooperativa, catadores, moradores, escola, INSEA, ORIS, e município, além de outros que vão se somando ao longo do processo.

A atuação em rede é facilmente identificável, inclusive é assim que se reconhecem os envolvidos e como denominam a ação “Rede Lixo Zero”. Apesar de cada organização representar um setor próprio, a motivação em comum é a abrir espaço para uma sociedade mais justa, solidária e ambientalmente responsável; e incorporar tais valores nos trabalhos que desenvolvem. A harmonia entre os membros da rede é evidente e, dado o elevado grau de cooperação, o projeto no qual apostam tende a crescer.

Não se pode olvidar que, em verdade, a municipalidade é um ator fundamental nesse processo de transição para o Lixo Zero por meio da coleta seletiva, tanto que assim se dispõe no Plano Municipal de Resíduos Sólidos e tanto que é sua função enquanto Poder Público. Mas,

quando os demais agentes tomam posse de tal responsabilidade, forma-se uma Rede de conexão de vontades e quererem em transformar a realidade por meio de novos hábitos.

Todos entrevistados compartilham preocupação com a questão ambiental, portam-se como agentes multiplicadores em seus lares e ambientes de trabalho, ainda que em diferentes graus de envolvimento. Além disso, alguns pontos de convergência das entrevistas merecem ser salientados.

Os agentes representativos da EMPLO e INSEA, em especial da COOPESOL-Leste, enfatizam a importância de expansão do modelo de contrato pelo serviço prestado em todo município, não apenas em um bairro. A manutenção de cooperativas solidárias depende da garantia dada pelo Poder Público no exercício de suas funções.

EMPLO, INSEA, COOPESOL-Leste e Associação de Moradores do Santa Tereza compartilham de estudos em experiências estrangeiras e ressalvam que pretendem adaptar o trato empregado por outros países na questão dos resíduos à realidade brasileira, municipal e do bairro.

A realidade francesa das “ressourceries”, por meio da qual se trabalha com o ressignificação, reuso e reutilização, especialmente de volumosos, é enfatizada. Uma “ressourcerie” é além de um local de trabalho, pois tece parcerias, gera empregos numa dada região, favorece o atendimento à população e está alerta à qualificação e desenvolvimento de seus funcionários.

O governo francês incentiva e promove o engajamento de parcela vulnerável da sociedade em tais locais, inclusive com acompanhamento social específico para adaptação. De forma quase análoga, o poder público brasileiro também envia agentes com algum histórico de vulnerabilidade econômica ou social para cooperativas de catadores.

Mesmo sabendo que existem muitos catadores bem qualificados profissional e pessoalmente, inclusive sendo este um fato que evidencia a corrente boa organização e gestão das cooperativas; é necessário que o Poder Público propicie estrutura para acompanhar os mais vulneráveis, por meio de psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais da área da saúde. Esta é uma pauta reivindicatória ouvida tanto no INSEA quanto na COOPESOL-Leste, esta que destacou os benefícios na produtividade dos cooperados à época em que estudantes universitários de psicologia lá desenvolveram um trabalho.

O objetivo instituído no Plano Municipal de Resíduos Sólidos é aumentar a coleta ponto a ponto, inclusive para recebimento de pilhas e lâmpadas, sem descartar o porta a porta para alguns materiais, como óleo de cozinha. A EMPLO pretende ser um Ponto Lixo Zero e, assim

como outros que podem vir a existir, a escola realizará oficinas de mobiliário mediante a ressignificação/reutilização de objetos, e ações educativas.

Em especial na EMPLO e no INSEA há menção do orgânico, que dentro de cada casa e cada comércio pode ser reaproveitado, em especial pela difusão da vermicompostagem.

Ao longo das entrevistas, é perceptível que EMPLO, INSEA, Associação de Moradores e COOPESOL-Leste se enxergam como exemplo e por isso se cobram responsabilidade. O efeito multiplicador é nítido: uma experiência serve de referência para a outra tanto para os catadores e mobilizadores quanto para a população dos bairros vislumbram um espelho para reivindicar junto a municipalidade. Assim, os agentes da Rede Lixo Zero acreditam que o modelo de gestão solidária de resíduos realizado no Santa Tereza é viável não apenas para a cidade de Belo Horizonte, mas para o país.

Nota-se ao longo da fala dos agentes diretamente envolvidos um forte traço subjetivo com a causa. A aposta do Lixo Zero reside em soluções locais para problemas globais, em aproveitar as experiências já existentes e adaptá-las às especificidades e rotinas das residências, empresas e espaços públicos.

4 CONCLUSÃO

A eliminação e reaproveitamento dos resíduos são desafios a serem problematizados pelas sociedades modernas. O Lixo Zero é uma iniciativa realizável no contexto brasileiro, em especial o belorizontino, posto que se posiciona como a saída para a problemática dos resíduos, tanto pela perspectiva ambiental quanto social e econômica.

No aspecto ambiental, contribui para a redução da poluição e do descarte, além de incentivar a ressignificação e reaproveitamento dos objetos e materiais.

Sob a óptica social, a coleta seletiva feita de forma solidária é fator de transformação para os atores diretamente envolvidos no processo, em especial os catadores por meio das associações e cooperativas.

Por fim, no âmbito econômico, representa fonte de geração de renda dentro do próprio bairro visto que evidencia empregos por meio das cooperativas. Ademais, é fonte de redução de gastos pelo município, pois a coleta seletiva solidária possui custo menor que os aterros sanitários.

Acrescenta-se que, no âmbito político, pode ser estrategicamente interessante a defesa de práticas ambientalmente responsáveis e que o trabalho desenvolvido em conjunto com as cooperativas pode auxiliar na visão positiva perante a sociedade. É necessário, porém, o

resguardo para que programas como a Rede Lixo Zero não sejam completamente instrumentalizados por setores governamentais. Os contratos por serviço prestado com municípios são, em verdade, importantes para a continuidade, manutenção e viabilidade econômica do projeto. Lado outro, é um esforço conjunto do Poder Público com diversos atores, tais quais os referenciados ao longo deste capítulo.

A construção da experiência se faz no ato de fazer. Logo, alguns pontos como o trajeto ideal do caminhão da coleta e peculiaridades de cada bairro somente serão vislumbradas ao decorrer da implantação. O movimento de pensar o Lixo Zero no Santa Tereza, ao mesmo tempo que é reflexo das atuais formas de integração - como o envolvimento de atores em rede - também é espelho para que outras ações surjam e que novos atores se associem.

O projeto é inegavelmente ousado, mas é primordial difundir a não-utopia do Lixo Zero e a existência de tecnologia para tanto. Destinar quase totalidade do consumido para a reciclagem não é apenas ambientalmente responsável como também garante uma sociedade mais justa. Aquilo que, a princípio, parece difícil pode, ao final, tornar-se um novo e bom hábito.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. *Governo Federal defende prorrogação do prazo da lei que acaba com os lixões*. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-02/governo-federal-espera-pela-prorrogacao-do-prazo-da-lei-que-acaba-com-os>>. Acesso em: 14 nov 2017.

AUTOSSUSTENTÁVEL. *Lixões, aterros sanitários e incineradores*. 2010. Disponível em: <http://www.autossustentavel.com/2010/05/lixoes-aterros-sanitarios-e_30.html>. Acesso em: 14 nov 2017.

BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 14 nov 2017.

COASE, R.H. *The problem of social coast*. Journal of Law and Economics. Paper from the Journal of Law and Economics (October 1960).

IBGE 2017. *Estimativas de população para 31 de outubro de 2017*. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2017/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 05 dez 2017.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. *Economia Ambiental*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

PIGOU, Arthur Cecil. *The Economics of Welfare*. 4ª ed. London: Macmillan & Co., 1962.

POSNER, Richard. A. *Catastrophe: Risk and Response*. New York: Oxford University Press, 2004.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 8ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 494 páginas.

VGRESÍDUOS. *A diferença entre lixo, resíduo e rejeito e como é feito o gerenciamento com a implantação da ISSO 14001*. 2017. Disponível em:

<<https://www.vgresiduos.com.br/blog/bloga-diferenca-entre-lixo-residuo-e-rejeito/>>. Acesso em 14 nov 2017

SLU – Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. *Diferença entre Coleta Seletiva e Reciclagem*. Disponível em: <<http://www.slu.df.gov.br/component/content/article/254.html>>. Acesso em: 14 nov 2017.

PBH. *Anexo I da Versão Final do PMGIRS-BH*. 2017. Disponível em:

<<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=planoresiduosbh>>. Acesso em: 14 nov 2017.

_____. *Cartilha com o Resumo do PMGIRS-BH*. 2017. Disponível em:

<<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=planoresiduosbh>>. Acesso em: 14 nov 2017.

_____. *Versão Final do PMGIRS-BH*. 2017. Disponível em:

<<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=planoresiduosbh>>. Acesso em: 14 nov 2017

CAPÍTULO V

ECOVILAS E PERMACULTURA: NOVAS PERCEPÇÕES DE MORADIA E MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO EM MINAS GERAIS

MARCO ANTÔNIO OLIVEIRA JÚNIOR CORRADI³⁵

LUCAS MAGNO OLIVEIRA PORTO³⁶

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo, tem como objetivo a análise de realidades contra-hegemônicas de emancipação social e de sustentabilidade, especificamente os movimentos ecovilas e de permacultura em Minas Gerais.

Para a consecução desse objetivo, primeiramente far-se-á uma abordagem sociohistórica e também política de alguns dos movimentos vigentes na sociedade, que ditam formas hegemônicas de se viver e, portanto, de se relacionar com a natureza. Dessa forma, pinça-se alguns acontecimentos históricos relevantes e como eles, em cadeia, trouxeram um ideário de desenvolvimento sustentável e de política fundiária/formas de imposição de um *modus vivendi* eminentemente predatório.

Assim, mostrou-se como existe um processo intenso de violência simbólica e assujeitamento de indivíduos na imposição de como se pensar e falar de meio ambiente; de como produzir e tornar a natureza inteligível; e de como deve se dar a relação do indivíduo com o espaço em que vive. Contudo, surgem movimentos que se contrapõem a esse ideário dominante e se apresentam como saídas que oxigenam a movimentação por uma sustentabilidade com desenvolvimento (PINTO, 2016).

Nessa esteira, como objetos desse estudo, têm-se a permacultura e as ecovilas, aqui entendidas como realidades socioambientais contra-hegemônicas. As ecovilas são tidas como comunidades em que seus membros objetivam uma vivência diferente da proporcionada pelo *status quo*, principalmente no que concerne a relação homem-natureza, utilizando-se de técnicas que permitam a preservação e a sustentabilidade de seu meio. Já a permacultura trata-

³⁵ Graduando em Direito.

³⁶ Graduando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante do Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos, Meio Ambiente, Epistemologia Ambiental e dos Direitos Humanos e processos de construção da Sustentabilidade”.

se de um conjunto de técnicas interdisciplinares, baseadas principalmente em modelos de *design* sustentáveis, que permitem a edificação de projetos que almejem o avanço ecológico.

Como objeto empírico, entrou em tela a análise do Instituto Ecovida São Miguel, a fim de se tecer uma análise concreta de como esses movimentos se constroem na realidade e, efetivamente, enfrentam seus desafios de manutenção. Como metodologia, adotou-se a vertente jurídico-sociológica e análise qualitativa dos dados, a partir de sua tonalização com o arcabouço teórico e com os objetivos gerais da obra.

2 ENCARANDO E CONFRONTANDO O MODELO VIGENTE

Antes de tratar da temática central desse estudo, faz-se necessário observar em qual panorama a permacultura ganha seus contornos enquanto um movimento contra-hegemônico. Dessa forma, para consecução desse objetivo, far-se-á uma análise de como tendências hegemônicas edificaram um constructo ideal que rege a forma do ser humano viver, pensar e se relacionar com a natureza. Ademais, ressalta-se que, entende-se como “hegemônico” um conjunto de pensamentos, ideais e práticas unívocas que são sistematicamente difundidas na sociedade, a partir de instrumentos de dominação ideológicos, culturais, estatais, paraestatais ou privados, que visem tolher e/ou suprimir a pluralidade de formas de vivência, além de sustentar uma dicotomia em que se encontrará uma minoria, legitimada por esse sistema de dominação, que subjuga outros indivíduos às suas ideologias (SANTOS, 2000).

Diante do exposto supra, primeiramente, deve-se pensar como nos primeiros anos a partir da Segunda Grande Guerra houve uma “[...] *descoberta* da pobreza em massa na Ásia, África e América Latina [...] que serviu como âncora para uma importante reestruturação da cultura global e da economia política.” (ESCOBAR, 1995, p. 21, tradução nossa)³⁷. Destarte, como também suscita Escobar (1995, p. 22), “as concepções e o tratamento de pobreza eram bem diferentes antes de 1940.”³⁸ De acordo com o autor, a pobreza em períodos coloniais não tinha um caráter preocupante porque a noção de desenvolvimento econômico não permeava as suas vidas tão fortemente, ao passo que, com a expansão do mercado, passou a haver uma “quebra de laços comunitários e privação de milhões de pessoas de acesso à terra, água, e outros

³⁷ Como no original: “(...) the “discovery” of mass poverty in Asia, Africa and Latin America (...) was to provide the anchor for an important restructuring of global culture and political economy.”

³⁸ Como no original: “(...) the conceptions and treatment of poverty were quite different before 1940”.

recursos. Com a consolidação do capitalismo, essa pauperização sistêmica se tornou inevitável.” (ESCOBAR, 1995, p. 22, tradução nossa)³⁹

Nesse sentido, é importante frisar como, a partir dessa noção de pobreza em massa e subdesenvolvimento, depreende a noção de existência de um lado inexoravelmente oposto: o de desenvolvimento econômico e de riqueza, que vem acompanhado da imposição de um *modus vivendi*. Nessa esteira, é imprescindível suscitar as lições de Bourdieu (2001), que delinea como as classes dominantes impõem às dominadas uma cultura por meio de uma ação pedagógica, em virtude da manutenção de uma ordem social.

Nessa compreensão, fazem parte do processo expurgatório de tudo que é externo ao hegemônico: (i) as instituições sociais (definidas aqui como um emaranhado de regras e procedimentos reconhecidos pela sociedade, cingidos em uma crença de universalidade, objetividade, coercibilidade e autoridade moral) e (ii) os diversos instrumentos de dominação, tanto dessas instituições, como do próprio Estado ou de outros entes, tais como a mídia e o próprio mercado (BOURDIEU, 2001).

Além disso, deve-se entender que cada um desses elementos possui seus expedientes de dominação, inseridos em seus próprios sistemas simbólicos. Assim, a partir de uma pretensão de universalidade, cria-se a crença de que o dominado só pode se reconhecer a partir da visão do dominante. Sendo esse o processo de violência simbólica, que consiste na desqualificação velada de tudo que se mostra como externo àquilo que é dominante (BOURDIEU, 2001).

A limitação da autonomia de pensamento e das mais diversas formas de expressão apresentam-se como elementos pujantes desse artifício de cerceamento das liberdades e da identidade dos indivíduos. Ao passo que, esse processo de violência simbólica também determina a exclusão do diálogo social (BOURDIEU, 2001).

A partir desse liame, deve-se pensar como formas de se conceber natureza, de interagir com o meio ambiente e de *standards* de *modus vivendi* são instituídos por meio do processo descrito supra.

Acrescenta-se ainda que esse processo foi impulsionado a partir de noções exploratórias, tal como a noção de desenvolvimento apoiada em um ideário de aproveitamento econômico, que consolidou um modelo vigente de relação com a natureza que é essencialmente dicotômico, no que concerne a relação homem/natureza, ao posicionar o homem em seu centro como usurpador desse espaço, sendo isso consequência direta da forma da sociedade pensar e falar

³⁹ Como no original: “(...) market economy broke down community ties and deprived millions of people from access to land, water, and other resources. With the consolidation of capitalism, systemic pauperization became inevitable.”

de meio ambiente, assim como também produzir e tornar a natureza inteligível (PINTO E PORTO, 2016).

Nesse sentido, é imperioso salientar que essa movimentação foi alimentada pelos mesmos aparatos descritos acima como responsáveis pela imposição de um modelo hegemônico. Dessa forma, a partir da década de 70, pode-se descrever uma conformação estatal, paraestatal e privada que visou ter o domínio sobre o que se discutia acerca da temática ambiental e transformá-la a partir de uma agenda definidora e prescritiva. Como epítome desse movimento, tem-se o relatório de Brundtland, também denominado “Nosso Futuro Comum”, lançado em 1987 e que coloca o termo “desenvolvimento sustentável” em holofotes maiores pela primeira vez (PINTO E FREITAS, 2016).

Toda essa movimentação, propulsionada por um discurso difusor do advento da tecnologia como resposta às problemáticas de uso do meio ambiente, traz em seu cerne um ideário de modernização, revestido por uma cápsula que equaciona a natureza e ser humano como diferentes variáveis a serem manuseadas, por meios técnicos, dissociados da realidade política, capazes apenas de administrar e gerenciar riscos (PINTO E FREITAS, 2016).

Em outra esteira, faz-se forçoso entender o modelo dominante que a permacultura e movimento ecovilas enfrentam: a política fundiária brasileira. Neste sentido, é preciso pensar as linhas que formam o contorno desse processo, quais sejam: (i) a incessante busca pela efetivação plena de uma forma de moradia sem as amarras impostas pelo modelo vigente e (ii) o seu constante conflito direto, indireto e simbólico com a política fundiária (BOURDIEU, 2011). Dessa forma, tratar-se-á, a partir daqui, de como se constitui esse último elemento (política fundiária) e como ele é base fundante de um modelo que impõe e prescreve um modelo individualista, de posse e exploração de terras.

A política fundiária brasileira tem no cerne de sua conformação a existência de latifúndios e minifúndios. Diante disso, percebe-se a existência de alguns sujeitos dominadores, nesse processo histórico, que compõem uma camada de indivíduos privilegiados socioeconomicamente e que nesse estudo serão denominados como “elite”. Essa camada, portanto, se mostrou dominante, em diversos momentos e com distintas composições, quais sejam: no período colonial, do século XV ao século XIX, por estrangeiros em sua maioria; do final do século XIX e se estendendo até o século XX, com a oligarquia rural e, hodiernamente, com o empresariado urbano que detém o poder do latifúndio (BONDUKI, 1998).

No período colonial de dominação da monarquia portuguesa, o conflito pela terra esteve caracterizado basicamente pelo massacre dos índios, pela revolta dos negros que iniciaram o

processo de criação dos quilombos e, mais tarde, já no império, iniciou-se o processo de imigração, arrebatando os pobres europeus para trabalhar nas áreas não utilizadas (BONDUKI, 1998).

Em 1850, com o advento da Lei de Terras, sendo esse um instrumento permissivo da venda das terras dadas quando da colonização do Brasil, iniciou-se um processo de elitização da propriedade rural (FONSECA, 2005). Consecutivamente, até 1964, pode-se observar o desenvolvimento de movimentos sociais, a título de exemplo, tem-se a Guerra de Canudos entre 1896 e 1897 e Guerra de Contestado entre 1912 e 1916, que teve como resposta o Estatuto da Terra, o desenvolvimento da função social da propriedade, e a distinção da Reforma Agrária de política agrícola (ALMEIDA, 1997; GALLO, 1999).

A partir dessa apertada síntese, pode-se perceber como foi ínsito à problemática da terra uma disputa por seu domínio, ao passo que, a partir disso passou-se a estabelecer um conjunto de caracteres que determinam a forma como ela deve ser utilizada. E como reflexo, pode-se apresentar duas questões: a primeira delas reside na utilização do Estatuto da Terra e da legislação agrária como oxigenador da política agrícola em detrimento da política fundiária. Preteriu-se a desconcentração fundiária e a democratização dos sujeitos envolvidos nessas reações em prol do desenvolvimento econômico. Já a segunda trata-se do fato de que essa elite, tem o domínio não só das vastas quantidades de terras, mas dos meios capazes de ditar os meios de apropriação e utilização dessas terras.

Dessa forma, percebe-se como a produção do espaço foi ditada historicamente por uma elite e como o desenvolvimento surgiu enquanto panaceia, com o objetivo de auxiliar e aprimorar os discursos que justificam a apropriação, a posição dos sujeitos que se impõem nesse processo e as formas – eminentemente expropriatórias – de utilização do espaço e do meio ambiente.

Todavia, dentro desse processo sistêmico, asfixiador das liberdades criativas e identitárias, ainda vai existir espaço para resistência. Sendo esse movimento conformado a partir dos pequenos espaços de criatividade e autonomia deixados pelo próprio sistema, que vão tomando contornos maiores e questionadores a partir da congregação de indivíduos que se vinculam a partir de um elemento estruturante.

No caso da permacultura e das ecovilas – tema desse estudo, percebe-se como fio condutor dessa coletividade: o questionamento desse modelo de desenvolvimento vigente e a busca pela liberdade de se relacionar com o meio ambiente fora de um molde homogeneizador. De modo que, também se pode apreender, como uma das nuances dessa coletividade, a

disposição para criar para si, viver e compartilhar com os outros uma experiência de luta por autonomia e autodeterminação das multiplicidades socionaturais dos sujeitos; tendo como objetivo constante a construção de uma rede de pessoas dispostas a viver um processo pleno e efetivo de cuidado e interação com a natureza, por meio de uma matriz orgânica, pautada nos ideais da responsabilidade e solidariedade socioambiental.

Ou seja, esses movimentos também vão entender a concepção hegemônica de desenvolvimento sustentável, que enjaula a noção de impacto ambiental nas grades de um viés tecnicista e gerencial, oculta sujeitos, suas dimensões e necessidades (PINTO E PORTO, 2016). Ademais, também vai enxergar como a equação proposta por esse modelo só tem como resultado a invisibilidade desses indivíduos, a inequidade e, como resposta a isso, vai trazer à tona diálogos com a concepção de produção de território e respeito às pluralidades socioambientais existentes, a fim de evitar conflitos, minimizar impactos e ter um convívio harmônico com a natureza (CHATTERJEE, 2004; LEFEBVRE, 2006).

Dessa forma, pode-se entender a permacultura e as ecovilas como movimentos que trazem imbricados em seus cernes elementos conformadores de novas bases contraculturais para uma priorização efetiva da sustentabilidade, como estabelece Pinto (2016). Isso porque esses movimentos, ao assumirem novas formas de se pensar, relacionar e viver a natureza em sua plenitude, tendo como base as noções supracitadas, vão ao encontro do arcabouço conceitual proposto pelo autor, que apresenta aqueles movimentos que são de fato emancipatórios e que seriam capazes de enfrentar a posição hegemônica vigente e “promover uma vida e uma sociedade mais sustentáveis.” (PINTO, 2016, p. 171).

3 CONSTRUÇÃO DE NOVAS PERCEPÇÕES EM MINAS GERAIS: A PERMACULTURA ENQUANTO FUNDAMENTO DAS ECOVILAS

Nesse diapasão, entendendo a permacultura e ecovilas enquanto movimentos opostos ao representado pelo modelo hegemônico discutido anteriormente, faz-se necessário vislumbrar que essas formas de vivência em equilíbrio com o meio ambiente se constituíram como movimentos contraculturais em momentos historicamente semelhantes. Então, optou-se por apresentar o surgimento, os enfrentamentos e os ideais da permacultura, mas ao mesmo tempo tecer considerações sobre as ecovilas e especificamente sobre a experiência Ecovida São Miguel em Minas Gerais, afinal os pontos convergem entre si.

Nesse sentido, destaca-se a trajetória de Bill Mollison e David Holmgren, os fundadores do estudo da permacultura. Pode-se dizer que a discussão começou a ganhar força pública em 1975 e 1976, quando Bill Mollison, na época orientador de David Holmgren, após um retiro de dois anos em que se dedicou exclusivamente ao estudo daquilo que se tornaria o movimento, foi entrevistado em um programa de rádio e percebeu a necessidade da publicação das informações; Bill e David lançaram então o livro “Permaculture One” (JEEVES, 1981). Ou seja, a permacultura e seus princípios surgiram em um momento de ebulição social, em que os movimentos contraculturais ganhavam força frente à crise do capitalismo e grupos buscavam uma nova forma de enxergar sua vivência e ética social, como destacado por Holmgren:

A percepção da permacultura como um fenômeno de estilo de vida contracultural, com encontros regulares, suas próprias revistas, correspondências e grupos locais proporcionou uma estrutura holística para a reorganização da vida e dos valores de uma minoria preparada para mudanças de vida mais fundamentais. Isto tem sido particularmente assim para uma parte da juventude desiludida com a cultura juvenil conservadora de consumo do final do século XX. Para outros, a permacultura trouxe uma mensagem de esperança nas lutas contra os males ambientais e sociais (HOLMGREN, 2004, p.38).⁴⁰

Logo, no decorrer da década de 70, a consciência de que os efeitos da degradação ambiental poderiam afetar a todos foi um fator crucial para que as organizações ambientais e as representações institucionais começassem a defender o direito ao meio ambiente. Passou-se a considerar o meio ambiente ecologicamente equilibrado como fator importante para a garantia da vida. Destarte, o momento se apresenta como um marco para a discussão e luta pela positividade dos chamados direitos de terceira dimensão, em que a vinculação entre direitos humanos e meio ambiente foi uma forma de fortalecer a luta ambiental, sobretudo por cientistas, algumas ONGs e conferências internacionais. Esse paradigma entre meio ambiente e direitos humanos visava um caráter universal, tratando-se, principalmente, de um projeto de sociedade, sendo essa a principal idealizadora e participante do mesmo (PINTO e COSTA, 2013; STEFANELLO, 2010).

Por esse ângulo, entende-se o porquê da permacultura e das ecovilas tomarem seu lugar enquanto vetor do sentimento antiglobalização de uma década, afinal, os movimentos surgem das contradições do próprio capitalismo, como uma nova forma de se vivenciar a natureza e

⁴⁰ Tradução livre, do original: La percepción de la permacultura como um fenómeno del estilo de vida contracultural, com encuentros regulares, sus propias revistas, correspondencia y grupos locales (...) ha proporcionado una estructura holística para la reorganización de la vida y los valores de una minoría lista para cambios más fundamentales. Esto ha sido particularmente así para la minoría de la gente joven desilusionada con la cultura juvenil conservadora de consumo de fines del siglo veinte.

entender as relações de consumo. Além disso, é mister entender que o sistema capitalista, como qualquer sistema político-econômico, por estar em constante modificação e realização, possui momentos de crise e superação, como destacado por Lefebvre:

Os que acreditam no sistema incorrem em erro, pois não há totalidade completa, consumada. E, contudo, há, sem dúvida, um ‘todo’ que absorveu as suas condições históricas, assimilou os seus elementos, dominou algumas contradições, sem aceder por isso à coesão e homogeneidade que buscava (LEFEBVRE, 1973, p. 9)

Desse modo, o próprio sistema, ao não ser um todo completo e consumado, mas sim uma realidade social, permite o surgimento de falhas e tensões, e leva a busca de desenlaces para os problemas latentes de uma existência em constante contradição. A permacultura nada mais é do que uma construção híbrida e histórica, que sucede após o descrédito nesse modelo vigente, e almejava, de início, uma agricultura permanente, autorrenovável e segura, baseada em técnicas de design sustentável, colocando as próprias espécies e o meio ambiente em primeiro lugar (MOLLISON, 1979). Atualmente, o termo abrange não só a construção de sistemas agrícolas sustentáveis, mas também de qualquer edificação humana que almeje a sustentabilidade, utilizando conhecimentos de diversas áreas do saber humano. Já as ecovilas são comunidades que almejam desenvolver a qualidade da vida humana em conjunto com a possibilidade de sustentabilidade do ambiente utilizado, na maioria das vezes utilizando-se de técnicas da própria permacultura.

Quanto ao desenvolvimento desses movimentos nos países do cone-sul, apesar do início e crescimento da permacultura australiana na década de 70, possivelmente, seu *boom* geográfico nos países latino-americanos se deu apenas nos anos 90, desencadeado novamente pelo surgimento de falhas e tensões do sistema vigente, nesse caso, do neoliberalismo, em que há uma tendência crescente no aumento da desigualdade dentro dos Estados e um declínio da desigualdade entre eles, afinal, o capital não se limita às fronteiras nacionais, dirigindo-se, assim, para as nações subdesenvolvidas, onde a mão de obra é barata, as leis estatais ineficazes e a população de baixa renda (FIREBAUGH, 2008). Porém, sua difusão sempre esteve restrita à um grupo específico de indivíduos, na maioria das vezes acadêmicos e integrantes de movimentos de ecológicos; e seu potencial emancipador, conseqüentemente, velado (SILVA, 2013).

Ainda são de realce as diferenças geográficas e sociais, que fazem com que a prática da permacultura na América Latina e no Brasil tenha que ser revista, levando em consideração as

particularidades de cada local. Assim, as chances de sucesso são amplificadas por meio da relação com os hábitos e cultura das comunidades locais, como apresentado Djalma Nery:

Não existe nenhum problema na difusão de tais elementos, porém, quanto mais formos capazes de desenvolver uma escuta radical e incorporar elementos culturais locais às práticas permaculturais, provavelmente maiores serão nossas chances de êxito no sentido de estabelecer um diálogo onde a permacultura também possa contribuir com seus saberes e considerações, sendo adotada como ferramenta por grupos e comunidades diversas. Dessa forma, nos aproximaremos do intuito dialógico acima enunciado e estaremos verdadeiramente partindo dos saberes tradicionais de nossa localidade para pensar ações e alternativas, promovendo trocas multilaterais e potencialmente profícuas. No caso do Brasil, pesquisar a arquitetura e os métodos construtivos das quase 400 etnias nativas; conhecer os métodos de cultivo desses povos; suas histórias, lendas e cantigas; seus instrumentos musicais, suas festas, e toda a extensão de sua sabedoria expressa no modo de viver; jogar capoeira e tocar berimbau, são exemplos básicos que podemos pensar para promover essa interface (NETO, 2017, p. 62-63).

Não obstante, Luis Fernando Silva (2013) de encontro à essa linha de pensamento, afirma que a permacultura no Brasil encontra-se solidamente assentada, tendo seu despertar em 1992, por meio de um curso de formação realizado por Bill Mollison e Scott Pittman, em Porto Alegre, e se consolidado em 2007, com a realização da 8ª Conferência Internacional de Permacultura no país. O pesquisador ainda ressalta que esse cenário se fortalece, por meio de parcerias firmadas tanto com o poder público (Emater, Incra e a Embrapa), como com a iniciativa privada, que disseminam o *design* permacultural.

Nesse sentido, destaca-se em Minas Gerais o Instituto Ecovida São Miguel⁴¹, surgido a partir de uma conformação entre amigos, em meados de 2006, ao questionarem a relação entre eles e o meio ambiente que os cercava, os princípios que regiam suas vidas e, por conseguinte, o modelo em que eles estavam inseridos. Além disso, o instituto exerce suas atividades por meio da criação de espaços de design experimental, planejamento de sistemas sustentáveis, realização de cursos que envolvem a permacultura, entre outras atividades que visem a superação da visão hegemônica de desenvolvimento “sustentável”.

Dessa forma, vê-se que o grupo embarcou em uma jornada, em busca de confrontar um modelo exploratório, que tem em seu cerne uma forma de pensar a natureza como algo externo ao homem e como recursos a serem explorados. Nessa esteira, Euro Henrique Caetano Matos, de 33 anos, membro do grupo desde sua fundação, assevera:

Esse modelo [tem uma] visão ambiental que considera os recursos ambientais como algo infinito. Você tem recursos ambientais que pode explorar infinitamente. A onda

⁴¹ Aqui deve-se salientar que o Instituto Ecovida São Miguel tem várias frentes de atuação e que as frentes e sujeitos presentes nesse estudo de caso serão explicitados logo abaixo.

deles é lucro, o mercado, a coisa da globalização e os recursos ambientais não são infinitos. E onde esses recursos estão é onde estão as comunidades, populações e elas são invisíveis em relação a esse modelo, e sofrem os piores danos que ele traz. É onde vão ser explorados, vão sofrer ameaças, expulsas, contaminações, pressões, etc. Problemas com falta de água. E isso torna o lugar insustentável para ela e fazem com elas partam para outros lugares. Modelo equivocado, desigual, a pauta dele é a desigualdade. Tem que ter exploração do recurso ambiental e do recurso humano. É completamente fadado ao fracasso mesmo.⁴²

Percebe-se, a partir da fala supra, como o Instituto Ecovida tem arraigado em seu âmago uma visão que não somente busca compreender a natureza a partir de um espectro de preservação dela, mas também possui um ideal emancipatório de sujeitos. Isso porque ela parte do pressuposto que se deve entender as relações entre os indivíduos e natureza de forma que se respeite as potencialidades e limitações de cada um deles. Nesse sentido, pode-se salientar a fala de Mayan Maharish, de 29 anos, também membro do grupo: “Enxergo que contrapomos um modelo totalmente predatório. Campo de batalha onde as pessoas são desconsideradas, o ambiente que elas vivem. Elas não são consideradas parte do ambiente. Acho que é um modelo que vai chegar ao colapso, que não tem futuro”.

No que se refere aos próprios sistemas de *design* e aos modelos teóricos permaculturais, destacam-se nesse artigo dois: a flor da permacultura e os doze princípios sistematizados por Holmgren. A ideia por trás dos princípios é a de que breves afirmações podem ser obtidas por meio da análise do mundo natural e das sociedades pré-industriais, e que eles podem ser aplicados de forma universal, embora seus métodos possam variar conforme o espaço e local. Eles dividem-se em: (i) observe e interaja; (ii) capte e armazene energia; (iii) obtenha rendimento; (iv) pratique a autorregulação e aceite feedback; (v) use e valorize os serviços e recursos renováveis; (vi) não produza desperdícios; (vii) design partindo de padrões para chegar aos detalhes; (viii) integrar ao invés de segregar; (ix) use soluções pequenas e lentas; (x) use e valorize a diversidade; (xi) use as bordas e valorize os elementos marginais; e (xii) use criativamente e responda às mudanças (HOLMGREN, 2013).

Como exemplo, tem-se a relação do Instituto Ecovida, mais especificamente, o Sítio Céu e Terra, situado em São Gonçalo do Rio das Pedras/MG e o Sítio Entoá, localizado na região da Lapinha da Serra/Santana do Riacho/MG, com a topografia e geografia do lugar em que vivem, visto que suas casas foram construídas observando a declividade do local, a fim de fazer com que tivessem o máximo de eficiência ao morarem ali. Como afirma o membro Peter Cezar, esse tipo de técnica faz parte do design permacultural e se denomina “aspecto”, ela visa

⁴² Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras, Minas Gerais em 12 out. 2017.

a maior eficiência energética das placas fotovoltaicas e consiste em associar a localização espacial da casa à posição que ela ocupa frente à incidência solar⁴³.

Nessa esteira, o membro também assevera como é vital na conformação do Sítio a criação de sistemas que visem a resiliência. A base desses princípios consiste em fazer com que a natureza trabalhe em seu próprio ciclo e possa fornecer aquilo que o indivíduo precisa. Dessa forma se utilizaria os recursos locais disponíveis e não se trabalharia em uma lógica em que se precisaria comprar e trazer objetos modificadores. Dessa forma, se buscaria um sistema autorregulador, como é o sistema de auto irrigação que possuem em casa e também a produção autossuficiente de tomates.⁴⁴

Ademais, também é preciso salientar que suas casas foram construídas a partir da técnica de bioconstrução que envolve uma técnica denominada “arquitetura vernacular” ou “arquitetura de terra crua”, em que se utiliza somente matérias primas naturais e locais, tais como adobe. Dessa forma, se mantém uma casa que não é feita por tijolos queimados em altos fornos e de alvenaria tradicional, ao passo que também se prima por uma casa saudável, pois o material é capaz de blindar melhor das radiações solares e mantém uma relação de simbiose com o meio externo, conseguindo ficar fresco em tempos de calor e se manter aquecida quando está frio.⁴⁵

Alinhada a essa movimentação, que prima por uma relação não predatória e pensa em conjunto com a natureza, tem-se a construção de tecnologias sociais como o banheiro seco, a utilização de tetos verdes e de urina humana para o combate de formigas.⁴⁶

A primeira técnica, consiste em entender que a produção de resíduos faz parte de um ciclo e que deve ser reaproveitado. Dessa forma, a energia solar tem um papel importante em fazer com que o resíduo humano (assim como já é socialmente aceito com o resíduo animal) seja expurgado de substâncias nocivas e, assim, se devolve à terra os nutrientes que ela emprestou ao indivíduo. É importante ressaltar que existem inúmeras formas de levar essa técnica à fruição, no caso do Sítio Céu e Terra, é utilizado um modelo denominado Basón. Esse modelo consiste em acoplar uma câmara de compostagem ao assento sanitário, porém com a

⁴³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras, Minas Gerais em 13 out. 2017.

⁴⁴ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras, Minas Gerais em 12 out. 2017.

⁴⁵ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras, Minas Gerais em 12 out. 2017.

⁴⁶ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras, Minas Gerais em 13 out. 2017.

devida cautela, isto é, deve-se também criar uma chaminé que fique atrás e acima do vaso sanitário, a fim de que o odor dos resíduos não retorne ao banheiro.⁴⁷

Já a segunda técnica depreende da noção de “aspecto” supracitada acima, visto que, ao se utilizar o teto de uma casa para se cultivar plantas, deve-se respeitar a direção de incidência dos raios solares e também está ligada com a noção de autoirrigação da casa. Ao passo que a terceira técnica, parte do mesmo princípio da primeira, no sentido de que existe um ciclo na natureza e o indivíduo não pode se dissociar dele, isto é, ele deve entender os processos que ocorrem na natureza e não deve trabalhar contra eles. Nesse diapasão, a junção da urina humana (devidamente tratada) com o óleo de rícino fermentado, quando depositada nos formigueiros envia um recado para as formigas cortadeiras de que existem humanos ali e que elas devem se mover.⁴⁸

Esses são exemplos que sintetizam, na concretude, algumas das formas em que se entende o fazer, pensar e tornar natureza inteligível de forma não predatória. Ato contínuo, é interessante colacionar a percepção que os membros do movimento Ecovida São Miguel, Euro e Mayan, tem sobre a permacultura:

A permacultura é pautada na questão do decrescimento. E o que é decrescimento? É levar em conta que a sociedade se encontra em um ponto de consumo energético e ele passa a declinar. E a permacultura propõe esse decrescimento mais qualidade de vida. Não está relacionado com escassez, mas com abundância. Ambientes que sejam favoráveis para consumo energético baixo, impactos positivos ao longo do tempo, que o acúmulo de matéria orgânica, dos recursos que estamos gerando dentro desse núcleo, que eles tendam ao equilíbrio. É mais ou menos como funciona a natureza. Funciona como um sistema. Não é um modelo que pensa o ser humano distante da natureza, então não tem essa coisa de natureza lá e eu aqui. Mas eu como parte dela e interagindo. Dentro da permacultura, você é responsável por você no mundo e por tudo que está ao meu redor. Tenho que cuidar do meu resíduo. Tenho que ser responsável por isso, em uma certa medida. Vida saudável, alimentos saudáveis. A casa não pode estar contaminada. Os ambientes devem estar equilibrados e resilientes. Tudo isso se estende também às relações humanas. Valores. Educação que seja significativa, mas também produtivista.⁴⁹

Nesse prosseguimento, os princípios citados e a própria permacultura são baseados em algumas hipóteses fundamentais, descritas no livro *Permaculture One*. Resumidamente, pode-se dizer que: (i) o homem estaria sujeito às mesmas leis científicas que governam o universo (como a evolução); (ii) a extração de combustíveis fósseis na era industrial era tida como o

⁴⁷ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras, Minas Gerais em 13 out. 2017.

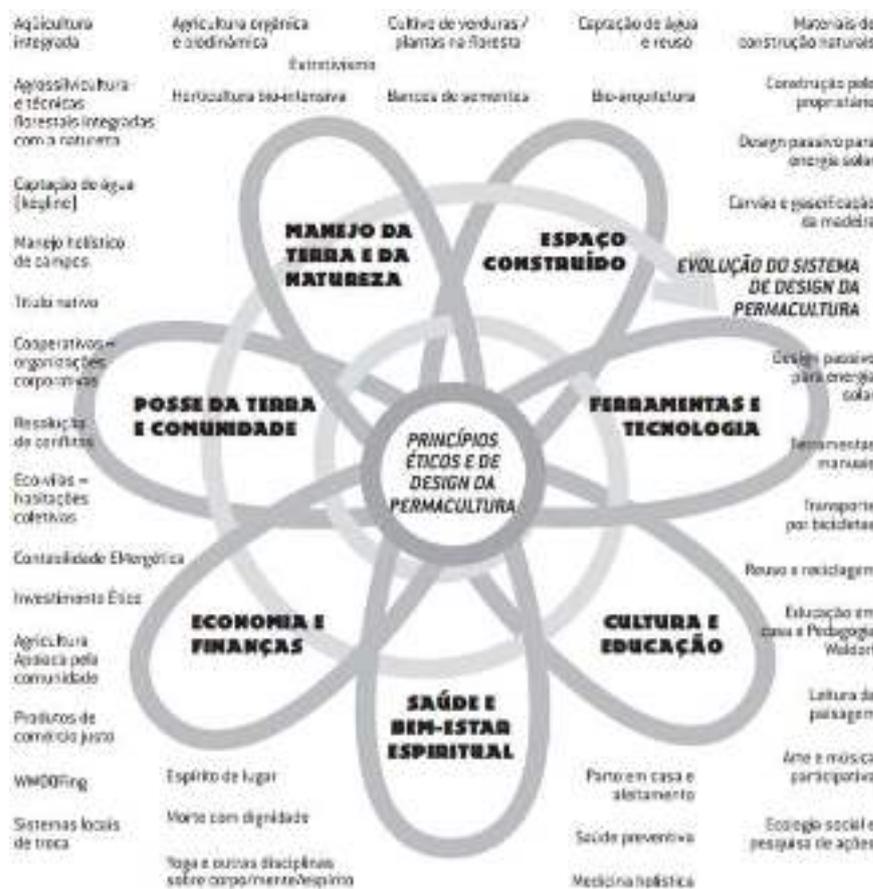
⁴⁸ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras, Minas Gerais em 13 out. 2017.

⁴⁹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras, Minas Gerais em 12 out. 2017.

grande advento da modernidade e o seu impacto foi o maior em séculos de existência humana; (iii) a crise ambiental é real; e (iv) o esgotamento dos combustíveis fósseis dentro de algumas gerações resultará num retorno gradual aos princípios de design das sociedades pré-industriais (HOLMGREN, 2013).

Já a flor da permacultura surge então como uma forma de sistematizar e, segundo Holmgren (2013), mostrar “as áreas chave que requerem transformação para a criação de uma cultura sustentável”, ou seja, ela é um desenho conceitual que resume formas de aplicabilidade de técnicas e dos princípios permaculturais:

IMAGEM I: FLOR DA PERMACULTURA



Fonte: HOLMGREN, 2013

Nesse sentido, é interessante pensar no conceito proposto com Holmgren denominado “A Grande Virada”, e como ele sumariza um momento de tomada de decisões frente à necessidade de enfrentar o consumo desenfreado e a luta contra o modelo hegemônico vigente. E como os princípios da permacultura se mostram um

Ao passo que se deve salientar que o próprio Instituto Ecovidas São Miguel tem uma intensa conformação de cursos, recebe diversos voluntários do mundo inteiro para aprender os cursos e técnicas sociais diversas. Pode-se ressaltar também que os membros do Sítio Céu e Terra possuem uma forte ligação com a comunidade de São Gonçalo do Rio das Pedras, participando de inúmeros projetos e se integrando com a população. Desta forma, pensa em um agir local, mas com potencialidade sempre de expansão tanto com a comunidade local, como também com a criação de uma rede maior. Indo de encontro ao que propõe Silva (2013):

Além disso, ao insinuar que apenas a vida em uma ecovila, ou em um assentamento com as suas características, garantiria o desenvolvimento humano pleno e saudável, em “harmonia” com o meio ambiente, esboça um posicionamento que traz embutido: seu próprio autoritarismo, oculto na noção orgânica de ambiente habitacional e de comunidade como base da vida social (...) e que poderia facilmente justificar todas aquelas comunidades fechadas e todos aqueles movimentos comunitários excludentes que hoje fragmentam cidades em todo o território dos Estados Unidos (HARVEY, 2006, p. 219) (SILVA, 2013).

Nesse diapasão, também deve-se chamar atenção para o fato de Marina Utsch e Peter Cezar criarem seus filhos no Núcleo, além de pensar que eles crescem dentro dos pilares permaculturais e passam a incorporar isso em suas vidas. Como Marina relata, o seu filho já levanta, em sua dimensão de possibilidade, a importância da permacultura e já questiona a não-existência dos banheiros secos em sua escola, por exemplo.⁵⁰ Dessa forma, suscita-nos outro contraponto: o que supera o ato de educar uma criança, enquanto ferramenta de propagação de um modo de pensar e viver a natureza de forma saudável? Certamente a permacultura entende a imprescindibilidade desse ato e ressalta a educação como uma via primordial.

Em outra esteira, é preciso confrontar também a tendência suscitada por Silva (2013) que é

imperante no movimento institucionalizado de ecovilas [...] dialogar muito mais com a visão de ambientalismo tornada hegemônica a partir dos anos 1970, [...] do que com propostas ecológicas mais alternativas, que entendem a sustentabilidade como resultado [...] de um processo mais amplo e profundo de superação do capital e da racionalidade moderna que lhe dá suporte (SILVA, 2013).

Isso em virtude do fato de que, a partir daquilo que pode ser depreendido a partir das entrevistas e do extenso material disponível *online*⁵¹ acerca do trabalho do Instituto Ecovida São Miguel, suas visões e ações caminham em conjunto com os pilares propostos pelos princípios permaculturais e suas falas acerca daquilo que se entende por desenvolvimento. Da

⁵⁰ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras, Minas Gerais em 13 out. 2017.

⁵¹ Ver: <http://ecovidasaomiguel.org>

mesma forma como suas atitudes, ao rejeitarem financiamentos de grandes empresas por exemplo, denunciam o casamento conceitual de “meio ambiente” com o “desenvolvimento”. Assim como evidenciam, em suas falas, que o discurso de desenvolvimento sustentável não há nenhum tipo de reconsideração acerca da lógica do produtivismo competitivo e que esse é a base do conflito ecológico atual. Ao passo que também entendem que a ecologia é reduzida a estratégias administrativas a fim de respaldar a utilização dos recursos e gerir riscos (SACHS, W. 2000).⁵²

Nesse sentido, vale trazer à tona fala de Mayan: “Desenvolvimento sustentável foi criado com fim de sustentar o modo de vida industrial. E vale tudo para sustentar. Por que não há nenhuma mudança de direcionamento que busca por soluções de um projeto de sociedade sustentável?”⁵³

Dessa forma, percebe-se como uma resposta ineficaz continua sendo aplicada: meio ambiente sendo utilizado enquanto usufruto do desenvolvimento. Resposta que desconsidera todas as tensões hegemônicas *versus* tensões contra hegemônicas que permeiam essas relações, como diz Santos (2013), ou, pode até considerá-las ao ponto de maquiagem e repaginar seu antigo discurso para atender à visão da necessidade de sustentabilidade, ou seja, controle de riscos, manejo de recursos com o objetivo da manutenção de um único fim: desenvolvimento. É a microfísica do poder de Foucault (1979) sendo corroborada no tocante à banalização do termo sustentável que mais uma vez é suprimido, vencido, ora como o ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs foi vencido e mascarado pelo desenvolvimento.⁵⁴

⁵² Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras, Minas Gerais em 12 out. 2017.

⁵³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras, Minas Gerais em 12 out. 2017.

⁵⁴ Aqui, para se entender a analogia proposta, deve-se trazer à tona discussão proposta por PINTO e PORTO (2016) e PINTO e FREITAS (2016) no sentido de se perceber a transformação da temática ambiental em agenda ambiental. Isso porque a questão da institucionalização permeia nas próprias posições dos teóricos como Sachs, I. (1993a) que acreditou que a solução para as problemáticas ambientais repousava na escolha de formas de desenvolvimento sensíveis, em detrimento de formas de desenvolvimento insensíveis da questão ambiental. Da mesma forma, que Viola e Leis (1993) não se atentaram para questionar o desenvolvimento em si, mas formas de desenvolvimento, sendo que esses últimos autores rechaçam a ideia de que não deve haver confronto na luta entre tensão do direito do desenvolvimento e direito ao meio ambiente saudável. Mais a fundo, pode-se ver ainda que Sachs (1993b) criou o conceito de ecodesenvolvimento e estabeleceu as suas diretrizes de cumprimento que versavam mais acerca do que se chamou de projeto social (redução da urbanização não planejada, promoção da agricultura, preservação da cultura). Porém, no mesmo ano de publicação, no Seminário de Haia sobre ‘Desenvolvimento Sustentável, Sachs (1993a), reconheceu que ecodesenvolvimento é um sinônimo de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, nesse segundo texto, sua análise se tornou letra útil para corroborar um modo de produção vigente. Logo, pode-se ver uma mudança no seu posicionamento, não apenas pela inversão de ordem que denota uma prioridade diferente para o desenvolvimento em detrimento do ecológico, do que se diz sustentável, mas pela própria forma como o autor tece os seus argumentos que outrora corroboravam com a discussão do tema ambiental e depois se tornou apenas uma análise acrítica da movimentação política para discussão desse mesmo tema que foi transformado em uma agenda ambiental positiva - a similitude da conveniência de Foucault (1991) se faz presente.

Ao passo que, por essa fala de Mayan supra e por outros dados, percebe-se como existe no pensamento e como força motriz do Instituto Ecovida São Miguel a luta pelo direito de viver o meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável, em contraposição a um modelo hegemônico que prega uma falsa sustentabilidade.

Em outra esteira também pode-se ver, em outra fala de Mayan, o confronto ao modelo que veda novas formas de viver: “Em uma conversa com meu irmão ele me disse algo: o sonho do brasileiro é ter uma casa. Algo que é deveria ser básico né? E o sonho da casa é materializado a partir desse modelo hegemônico. Enquanto a gente aqui fez a nossa casinha e tem a nossa relação com o meio ambiente, fora dessa loucura toda do capitalismo”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que não apresentaremos os resultados da pesquisa a partir de uma consolidação concisa, isto é, a partir de uma recapitulação de pontos específicos que foram expostos supra, como costuma impor o positivismo epistemológico/metodológico e o saber-fazer científico neoliberal, via de regra.

Isso, pensando a partir dos pilares da decolonialidade⁵⁵, se deve em respeito ao esforço metodológico empreendido de tentar apresentar o Instituto Ecovida São Miguel e a sua relação com a permacultura de forma não reducionista e também não usurpadora da posição de fala daqueles que vivem o movimento.

Dessa forma, é importante colocar que, a despeito de se ter uma espécie de senso comum de que os movimentos de Ecovilas tenham se tornado menos anti-capitalistas e sejam restritos à uma classe média que pode “arcar” com um estilo de vida “alternativo”, pôde-se perceber no estudo de caso que o Instituto Ecovida São Miguel, mais especificamente a experiência do Sítio Céu e Terra, vai além dessa visão pré-conceitual e preconceituosa. Ao passo que também mostra maneiras de interagir com os outros indivíduos e com a natureza de forma harmônica.

Por fim, o que parece caro à problemática é a forma da sociedade pensar e falar de meio ambiente, assim como também, produzir e tornar a natureza inteligível. E, além disso, começar a lançar luz em possibilidades de emancipação social e experiências como essas, que precisam ser discutidas, vistas e propagadas.

⁵⁵ Para mais sobre o assunto ver Connell, 2007; Santos e Meneses, 2010.

Logo, esse texto vem com o papel de questionar e refletir acerca desse modelo vigente, e enquanto produção acadêmica e de pesquisa capaz de tensioná-lo, gerar novas perspectivas e formas de pensar que convirjam para um projeto de sociedade realmente sustentável em todas as suas dimensões, e não em meios técnicos, dissociados da realidade política, capazes apenas de administrar e gerenciar riscos. À contradição radical do modelo vigente é necessária uma reforma de mesma profundidade, mesmo que, sua visão institucionalizada insista em negar a falência do desenvolvimento que arrasta ao mesmo tempo a sustentabilidade para o limbo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. *Canudos imagens da guerra*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1997.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, modernidade e política*. Trad.: Fábio Baqueiro Figueiredo. Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004.

CONNELL, Raewyn. *Southern theory*. Cambridge: Polity Press, 2007.

ESCOBAR, A. *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*, Princeton: Princeton University Press, 1995.

FIREBAUGH, Gleen. *The New Geography of Global Income Inequality*. Harvard University Press, 2008.

FONSECA, Ricardo Marcelo. A “Lei de Terras” e o advento da propriedade moderna no Brasil. *Anuário Mexicano de Historia del Derecho*, México: Instituto de Investigaciones Jurídicas Unam, n. 17, p. 97-112, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GALLO, Ivone Cecília D’Avila. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

HOLMGREN, David. *Permacultura: princípios y senderos más allá de la sustentabilidad*. Hepburn: Holmgren Services, 2004.

_____. *Os fundamentos da permacultura*. 2013. Disponível em: <https://holmgren.com.au/downloads/Essence_of_Pc_PT.pdf>. Acesso em 01 Dez. 17.

JEEVES, Andrew. *Introduction to Permaculture. Yankee Permaculture*, 1981, p.3.

LEFEBVRE, Henri. *A Re-produção das relações de produção*. (tradução da 1ª parte de *La survie du capitalisme*). Porto: Edições Escorpião, 1973.

_____. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf> Acesso em: 01 dez. 2017.

NETO, Djalma Nery Ferreira. *Caminhos e perspectivas para a popularização da permacultura no Brasil*. 368 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz”, Piracicaba. 2017.

MOLLISON, Bill. *Permaculture Two: Practical Design for Town and Country in Permanent Agriculture*. Tagari, 1979, p.1.

PINTO, João Batista Moreira. COSTA, Alexandre Bernardino. O Projeto dos Direitos Humanos, o Meio Ambiente e a Sustentabilidade. In: PINTO, João Batista Moreira. COSTA, Alexandre Bernardino, (orgs.). *Bases da Sustentabilidade: Os Direitos Humanos*. 1. ed. – Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara ESDHC – Edições DH, 2013. 204 p.

_____. Elementos para uma sustentabilidade com desenvolvimento. In: ____ (org). *Da Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável à Sustentabilidade com Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2ª edição, p. 157-174, 2017.

_____. FREITAS, Fernando Rodrigues. Ambiguidades e contradições do desenvolvimento sustentável. In: _____. *Da Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável à Sustentabilidade com Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, p. 58-81, 2016.

_____. PORTO, Lucas Magno Oliveira. Perspectiva sócio-histórica da questão ambiental: elementos econômicos, epistemológicos e políticos. In: _____. *Da Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável à Sustentabilidade com Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, p. 10-30, 2016.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de Transição para o Século XXI. Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo, Studio Nobel, 1993a.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993b. p. 29-56.

SACHS, Wolfgang. Introdução. In: SACHS, Wolfgang. (org) *O Dicionário do Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

_____. Introdução. In: _____. (org) *O Dicionário do Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura Sousa. *A Crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da Experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. In: CHAUI, Marilena. _____. *Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Luis Fernando de Matheus e. *Ilusão concreta, utopia possível: contraculturas espaciais e permacultura (uma mirada desde o cone sul)*. 336 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 2013, p. 166.

STEFANELLO, Alaim Giovani Fortes. *Diálogos entre direitos humanos, sociobiodiversidade e propriedade intelectual*. Revista Veredas do Direito, v. 17, n. 13/14, 2010. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/23/146>>. Acesso em: 19 out. 2015.

VIOLA, Eduardo. LEIS, Hector. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo Freire (orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, 1995.

CAPÍTULO VI

ROMPENDO CONTRADIÇÕES ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTAIS

LUIZ GUSTAVO LEVATE⁵⁶

MARIZA RIOS⁵⁷

TÂNIA MARIA DOS SANTOS SCARABELLI⁵⁸

1 INTRODUÇÃO

A transformação ocorrida nas cidades, a partir da Revolução Industrial, traçou um caminho de luta e iniciativas políticas e jurídicas em que, a nosso ver, pode-se reconhecer dois atores muito importantes: o cidadão comum e o agente público em torno de um objetivo, também comum, que é regularizar a cidade a partir de um fundamento também comum, reconhecido pelo ordenamento jurídico: a dignidade humana. Ou seja, que a regularização urbana reconheça em seu cerne a dignidade humana do cidadão metropolitano.

Nessa paisagem, dentre muitos problemas (econômicos, políticos, ambientais, sociais, relação público-privada), apontamos como direcionador deste trabalho duas lógicas distintas de compreensão, de interpretação e, por consequência, de realização dos direitos humanos, aqui compreendidos o direito à regularização territorial urbana socioambiental, por meio da política pública.

O presente capítulo tem como objetivo recuperar o debate da construção e efetivação dos direitos humanos, nomeadamente, tendo como referência principal Boaventura de Sousa Santos, no debate sobre a crise da modernidade e a construção de alternativas, emancipação social sob a perspectiva prática, dos direitos humanos, a partir da experiência de Belo Horizonte, na realização da política pública de regularização territorial com o fim de responder à

⁵⁶ Doutor em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio. Professor Adjunto de Direito Constitucional da Escola Superior Dom Helder Câmara. Procurador do Município de Belo Horizonte.

⁵⁷ Doutora em Direito na Universidade Complutense de Madrid, Espanha. Mestra em Direito, Estado e Constituição pela UnB – Universidade Nacional de Brasília, com pesquisa na Universidade de Coimbra sob a orientação de Boaventura de Sousa Santos. Professora da Escola Superior Dom Helder Câmara. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, meio Ambiente, Epistemologia Ambiental e dos Direitos Humanos e processos de construção da Sustentabilidade. Derecho Comparado Global: Gobernanza, Innovación y Sostenibilidad.

⁵⁸ Graduanda em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Pós-Graduada em Estomatoterapia pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Pós-graduanda em Saúde da Família pela Faculdade Redentor, Itaperuna, Rio de Janeiro. Licenciada em Enfermagem pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

problemática da obra, em que medida as realidades albergadas no trabalho podem ser consideradas na perspectiva da emancipação social, ao que indica Boaventura de Sousa Santos, uma lógica contra-hegemônica.

Na intenção de se chegar ao objetivo proposto, os autores apresentam duas hipóteses: a) os direitos humanos e seu fundamento, a dignidade humana, se constituem em objetos de disputa, no campo da efetivação dos direitos e do desenvolvimento ambiental urbano, na realização da Política Pública de Regularização Territorial; b) é possível, a realização dos direitos humanos e, por consequência, do desenvolvimento ambiental, pela política pública de regularização territorial urbana, mesmo que sua trajetória seja marcada por duas lógicas distintas, duas linguagens distintas e, porque não dizer, dois modos de entender, justificar os direitos humanos que afetam seu próprio fundamento, qual seja a dignidade humana.

Por essa razão, a metodologia escolhida foi a qualitativa permeada por observações livres oriundas do diálogo⁵⁹ com agentes públicos, ministério público e cidadãos comuns em torno do tema. O que, pela mesma razão, levou aos pesquisadores a fazer uma escolha teórica principal, qual seja a de Boaventura de Sousa Santos, sem deixar de compreender que a pluralidade de fundamentação do problema (referências teóricas, observações e documentos) em seu conjunto ajudam a encontrar, no processo em curso, traços que marcam a realização dos direitos sob a lógica denominada por Santos de contra-hegemônica. O método escolhido foi o hermenêutico-argumentativo com o fim de encontrar, no diálogo teórico e prático, traços dessa lógica contra-hegemônica.

Por fim, o trabalho se divide em três pontos. No primeiro faz-se uma síntese dos conceitos de cidade e urbano objetivando a localização da problemática dos direitos humanos e do desenvolvimento ambiental no contexto da cidade. Em segundo lugar, os autores fazem uma síntese recuperando, historicamente, a construção e realização da política de regularização fundiária urbana e, por fim, o terceiro ponto se ocupa do trabalho de recuperar dois conceitos: dignidade humana e direitos humanos buscando encontrar possíveis premissas que confirmam, na realização da política territorial urbana, traços de proteção aos direitos do território e direito ao meio ambiente.

2 A CIDADE E O TERRITÓRIO URBANO

⁵⁹ O diálogo de que estamos falando aconteceu no âmbito do Conselho da Cidade e com outros membros, públicos, lideranças e sujeitos de direitos contemplados pela política pública de Regularização Fundiária Urbana, em Belo Horizonte.

O espaço urbano tem uma relação histórica com a formação da cidade e nesse sentido os conceitos de cidade e de urbano, apesar de distintos, têm uma relação indissociável, já que em sua origem, o tecido urbano, surge da dinâmica socioespacial da cidade. Falando da distinção entre urbano e cidade podemos sumular que o urbano é o abstrato, o geral e a cidade é o particular, o concreto, assim compreende Milton Santos (1994).

No mesmo contexto, recorda Rolnik (1988) que cidade é um espaço marcado por uma aglomeração de seres humanos, que se apresenta mais ou menos organizada em ruas, avenidas com a marca de presença de atividades econômicas não agrícolas e que funciona e, de certa forma, atrai, reúne e concentra pessoas. Para Lefebvre (2001), ao contrário da cidade, o espaço urbano não se refere a uma materialidade física, mas um conjunto de manifestações, atividades econômicas, processos sociais e costumes.

Pensando sobre a formação da cidade e o contexto urbano do ponto de vista histórico, Ana Fani Carlos (2003) chama a atenção no sentido de que o surgimento da cidade remonta a um determinado momento da humanidade e se constitui ao longo de um processo histórico. Dessa maneira, salienta a autora a ideia de que as primeiras cidades surgem de uma organização espacial, na qual os diferentes grupos humanos, visando a sobrevivência, rompem com o isolamento e nela a relação de trabalho se materializa de forma construída ou natural, relação homem e natureza, transformada no decorrer da história.

Para Santos (1997) a origem das cidades está relacionada à emergência de um grupo dominante que extrai e controla o excedente da produção do campo. Dessa maneira, pode-se afirmar que no campo se concentra a produção agrícola e na cidade tem-se uma organização espacial que detém o controle político e ideológico sobre o campo, principalmente com o uso do excedente agrícola, que passa a ser utilizado como moeda de troca. Nesse sentido, mesmo com a evolução da técnica, o espaço industrial da cidade sempre, historicamente, terá uma relação com o campo, mas é a partir da consolidação do capitalismo, em sua fase industrial que a cidade consolida seu total domínio sobre o campo e passa a comandar a economia e a sociedade em escala mundial.

Nesse contexto é que Lefebvre (2001) propõe que devemos pensar a cidade como um espaço contínuo, que passa por diversas fases e transformações, mas que constitui sempre a centralidade de uma organização social. Para ele, a cidade, com isso, passa a ser marcada pela imposição da produção e do valor no seu espaço e, assim, a sua conjuntura se transforma num produto da industrialização, promovendo a expansão do urbano com intensos contrastes socioeconômicos e, a partir daí, se constrói a denominada sociedade urbana.

Nesse contexto, nos ensina Lefebvre (2001) que a sociedade urbana surge com a industrialização e se prolifera através de diversos estabelecimentos, como bancos, financeiras, lojas, mercados, sedes de poder político e, principalmente, através da reprodução coletiva da força de trabalho, sintetizada pela habitação e demandas complementares. Em síntese, conclui que a sociedade urbana nasce da industrialização e que o urbano torna-se espaço de circulação das coisas, das pessoas e da troca.

Singer (1973) nessa paisagem acrescenta que o espaço, antes privilegiado das relações sociais, passa a ser subordinado à industrialização e, portanto, à produção industrial. Partindo desse pressuposto, o espaço das cidades passa então a se constituir em função das demandas colocadas ao Estado, tanto no sentido de atender à produção industrial, quanto às necessidades das diferentes classes sociais, voltada em sua máxima expressão à manutenção do capitalismo industrial.

Nesse contexto, voltamos à contribuição de Carlos (1994) para quem o crescimento populacional nas cidades é fruto do modo de produção capitalista, que através dos meios e unidades de produção leva a uma profunda divisão espacial do trabalho, ocasionando a concentração da força de trabalho no seu espaço e, a partir da dinâmica das forças produtivas ganha vida o tecido urbano, que se espalha para além do espaço inicial das cidades. Para Carlos (1994, p.181) “o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim é um modo de vida”.

Nesse contexto, Boaventura de Sousa Santos chama atenção afirmando que:

A cidade capitalista é modelada pelo capital e não pela propriedade fundiária. O preço do solo depende mais do preço da habitação do que este daquele. [...] se é certo que o capital estabelece o horizonte dentro do qual se pode definir o conteúdo econômico da propriedade fundiária e, conseqüentemente, que não há uma, mas várias ‘classes’ de proprietários fundiários. (SANTOS, 2016, p. 251)

Para compreender o presente e reorganizar o planejamento futuro do desenvolvimento do ambiente urbano, faz-se necessária uma breve releitura do passado do lugar e ambiente em análise. Sua importância se justifica porque recupera o entendimento e a compreensão dos vários significados que se encontram nos diversos ambientes sob o olhar dos diferentes sujeitos neles inseridos, bem como a sua diversidade multifacetada.

E nesta lógica, ainda hoje o nosso país sofre as interferências oriundas da sua colonização exploratória desde o tempo do seu descobrimento, principalmente quando se aponta para a sua organização fundiária e os sujeitos nela envolvidos. Nesta linha, a organização urbana não ficaria de fora, e como é sabido, a organização urbana brasileira passou por diversos

arranjos e rearranjos ao longo da sua evolução histórica, conforme as suas demandas por territórios e espaços urbanos habitáveis com qualidade de vida reconhecidamente.

O processo histórico do desenvolvimento urbano e do seu meio ambiente iniciou-se de forma desconexa, como na maioria dos outros países anteriormente civilizados, vindo a ser considerados conexos somente após algumas conferências da ONU na contemporaneidade, bem assim o reconhecimento do direito humano ao meio ambiente saudável para a manutenção da vida humana.

Nesse sentido, o município da Belo Horizonte faz um caminho importante e promissor na construção da política pública de regularização territorial em que se pode perceber pelo menos duas visões, duas concepções de como o modo de fazer a política se aproxima dos direitos humanos e do desenvolvimento ambiental. É do que trata o ponto a seguir.

2.1 A EXPERIÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL SOCIOAMBIENTAL

Sabe-se que o Brasil passou por vários episódios sociais importantes que culminaram na extinção da escravatura, aberturas dos portos e das portas para os imigrantes, dentre outras iniciativas que demandaram a disponibilidade de espaços para habitação das pessoas que não dispunham de recursos para a aquisição de locais onde pudessem residir dignamente com as suas famílias. A organização fundiária e do trabalho contribuiu para esse novo rearranjo da necessidade por moradias. Porém, junto a ele, mais marcadamente com a transição da economia nacional agrária para a industrial, trouxe a necessidade humana ontológica da propriedade privada pelo espaço ocupado com ou sem condomínio.

Nesta linha, Belo horizonte enfrentou a contradição com significativa participação social o que, inclusive, lhe autorizou ser uma das primeiras cidades brasileiras a se sobressair no processo de lutas e assentamentos dos espaços urbanos e a sua organização fundiária das populações destituídas de condições ao acesso a moradia e a titularização da mesma, pleiteando o direito humano à dignidade e à moradia, normatizados desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1951 (BOBBIO, 2004, p. 07). O processo da mobilização organizada por moradias nesse município iniciou-se, em meados da década de 1970, bem antes da sua constitucionalização como direito fundamental em 1988.

No cenário nacional, pré-Constituição de 1988, a maioria da população brasileira, que até então ainda não havia vivenciado o fortalecimento da democracia e da cidadania, passou a reivindicar direitos basilares, principalmente aqueles sem moradias e aquela locada em áreas

de riscos geo-socioambientais e baixo valor venal imobiliário. A cidade presenciou inúmeras mobilizações em prol da luta pela propriedade, ainda que camuflada pela necessidade da moradia, como em outras inúmeras cidades espalhadas pelo mundo.

Quando se aprofunda a análise antropológica, poderia se concluir que onde houver humano racional haverá uma infinidade de justificativas para as suas necessidades humanas básicas, e a da propriedade privada é uma delas, uma vez que essa necessidade, a da propriedade privada, é na sua essência a razão da delimitação do seu “eu” e a sua capacidade do poder e garantia da proteção no seu espaço material e fisicamente delimitado (PADUANI, 2005, p. 18).

E talvez seja nesta linha a dificuldade de implantar o condomínio coletivo em vários espaços urbanos que requeiram estruturação política urbana. E em Belo Horizonte não seria diferente, ainda mais por se tratar da cidade pioneira neste aspecto de luta por moradias por diversos meios de aquisição da moradia como forma de dignidade da pessoa e como garantia de direito do cidadão.

O histórico de lutas por moradias remonta ao século XIX. Iniciou-se, por volta dos anos de 1890, com o início da construção planejada da Cidade de Minas, inaugurada em 1897, nome modificado para Belo Horizonte em 1901, para recepcionar a capital da Província, à época, Ouro Preto. O projeto foi idealizado para se comportar dentro de uma única avenida, hoje a Contorno, onde habitariam em média 200.000 pessoas na sua previsão e abrangia as áreas mais planas da nova capital onde habitava o funcionalismo público patriarcal e aristocrático da época. Porém, a sua construção demandou uma imensa mão de obra que veio de várias partes do país e inclusive do exterior, como os imigrantes, além daqueles moradores do extinto vilarejo “Curral Del Rey” (BORSAGLI, 2016, p. 29).

Nessa paisagem, o problema central que se coloca gira em torno de várias perguntas: como seria recepcionado esse contingente de trabalhadores? Onde habitariam? Como seriam as condições das estruturas saneantes do espaço em urbanização? Contraditoriamente, dentre outras necessidades, não foram pensadas as suas soluções pelas autoridades públicas, que vislumbraram apenas o ideário de uma cidade moderna, fundamentada em modelos arquitetônicos e urbanísticos franco-americanos daquele tempo. Assim, foi esquecida a estruturação urbana que atendesse integralmente o contingente populacional da cidade, surgindo, assim, uma série de conflitos pelo espaço urbano ainda em construção. Uma vez marginalizada em todos os sentidos da literalidade da palavra, essa mão de obra foi reiteradamente empurrada para as margens urbanas ou para áreas cujos valores imobiliários eram irrisórios e que ainda não atraíam os olhares dos especuladores imobiliários.

As primeiras mobilizações por moradias tiveram início quando alguns grupos de trabalhadores foram removidos, por meio da força policial, das áreas limítrofes ao entorno das zonas nobres da cidade ainda em construção, cujo projeto ia se edificando. Essas mobilizações também impulsionaram a favelização (surgimento das favelas, hoje denominadas comunidades) como forma de organização de forças frente à necessidade de um lugar para construção e fixação de vidas, que mais tarde também foram a mão de obra para as indústrias do entorno da cidade que constituíram a região metropolitana, intensificado seu período de industrialização.

Nesta linha, os assentamentos informais temporários ou duradouros foram se solidificando nos seus espaços físico-geográficos, bem como nos seus direitos humanos pleiteados. E neste contexto, a intervenção estatal se fez importante para a organização dos mesmos para a concretude das suas ações e a dos atores sociais, excluídos da plêiade socioeconômica, que reivindicavam por necessidades mais elementares para a sua sobrevivência digna no meio urbano, principalmente mais próximo do seu trabalho, educação e saúde dos seus familiares. A dimensão da necessidade de intervenção pública não era vista de forma positiva, ao contrário, era vista negativamente pois restringia essas ocupações gradativamente para fora do então perímetro urbano, criando as regiões suburbanas operárias (RAMOS, 2015, p. 5).

O certo é que a maioria das favelas sempre esteve em processo constante de remoção e de reiterados reassentamentos, como, por exemplo, ocorreu com a favela da Barroca, formada em 1902, resultado da primeira remoção de favelas da capital; a do Córrego do Leitão (hoje região da Avenida Prudente de Moraes) e Alto da Estação que existiram na área central da cidade, por aproximadamente 40 anos; a da região do Barro Preto, que ao longo da sua existência foi migrando ao longo da então Avenida Olegário Maciel até o atual bairro Gutierrez, donde foram mais uma vez foi removida para a construção da Assembleia Legislativa do Estado, e finalmente, os últimos moradores expulsos da favela dos Marmiteiros para formar a do Morro do Querosene, na Avenida Raja Gabaglia, fora do perímetro urbano daquela época.

Nesse contexto, fica evidente que parece difícil imaginar a constante reorganização de vidas em ocupações que constantemente se mudavam sem qualquer intervenção positiva estatal, apenas negativa. Inúmeros prejuízos socioeconômicos e ambientais foram acumulados ao longo desse processo de deslocamento populacional. Já na década de 1960, a cidade contabilizava um número médio de setenta vilas e favelas, nestas habitando cerca de 25.000 pessoas, no seu perímetro quase que totalmente urbano à época, e mantinham vários dos aspectos das suas formações, como os das fixações próximas aos locais de trabalho ou educação dos seus

moradores. Ou seja, os motivos para as fixações populacionais de baixa renda se mantiveram (PINTO, 2014, p. 4).

Ainda na década de 1980, o município passou a considerar os assentamentos informais como integrantes residuais do organismo urbano, com isso, os movimentos reivindicatórios assumiram várias formas, desde os já formados com o fim de garantir a moradia por meio da invasão coletiva de uma determinada área urbana ainda vazia; os organizados por abaixo-assinados, até aqueles duradouros. Reforçando o argumento anterior, Paduani (2005, p. 63), vai além afirmando que esse fortalecimento foi impulsionado pela formatação da organização da classe trabalhadora para a mais-valia da sua força de trabalho.

O polimorfismo das mobilizações pela moradia se consolidou mais tarde, se fortalecendo no início da década de 1990, com a efetivação, ainda que incipiente naquele momento, das várias políticas de regularização urbana e fundiária no Brasil, quando da constitucionalização da democracia e dos direitos fundamentais ampliativos, bem como com a instituição do Estatuto das Cidades com a Lei Federal 10.257/2001.

Essa efetivação se solidificou a partir da Constituição que passou a estabelecer a possibilidade dos sistemas de gestão democrática nos vários âmbitos da administração pública, por exemplo, conforme o seu art. 29, XII e XIII, que assevera as atribuições do município, assegurando o planejamento participativo, por meio da cooperação legitimada para esta finalidade, e a participação das associações representativas e dos conselhos municipais neste processo.

O direito da participação popular e democrática com o condão da cidadania passou a ser inserido neste contexto, mediante a sua regulamentação por meio de lei específica em cada município, obedecendo ao que prevê os artigos da referida Constituição brasileira: art. 34, §2º; art. 37, §3º; art. 204, II; art. 182 e art. 225, previstos quanto à participação popular, investimento financeiro público e o reconhecimento do meio ambiente como parte integrante das necessidades para a efetivação dos direitos fundamentais garantidores (BRASIL, 1988).

Nesta conjuntura, para o atendimento a tais demandas, criou-se Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação. O Conselho Municipal de Habitação (CMH) foi inserido no contexto municipal da administração por meio da Lei Municipal nº 6.508, em 1994, que conjuntamente com os seus diversos integrantes, com a função e objetivo de fiscalizar, deliberar e definir as diretrizes habitacionais referentes aos programas e planos habitacionais do município.

A constituição desse Conselho efetiva-se por meio da eleição direta pelos participantes da sociedade civil quando das conferências municipais ocorridas a cada dois anos, sendo em número de 20 membros e seus suplentes em mesmo número. Esse número se distribui necessariamente, conforme o seu regimento interno, entre os diversos espaços de participação democrática, sendo cinco membros das entidades do movimento popular pela moradia, um dentre entidades de ensino superior, um da Central Sindical ou sindicato de trabalhadores da área habitacional, um de entidade empresarial do setor, dois do Legislativo Municipal e nove representantes da Prefeitura (BELO HORIZONTE, 1994). Percebe-se nesta distribuição de integrantes que há nove da sociedade civil, dois do poder legislativo e nove do poder executivo, o que poderá influenciar no desenvolvimento das ações e os resultados finais dos objetivos finalísticos das políticas de habitação municipal.

Do ponto de vista da renovação do conselho, segundo a sua regulamentação, o exercício eletivo dos conselheiros e suplentes é de dois anos, quando serão substituídos por outros ou reeleitos na próxima Conferência Municipal que acontece a cada dois anos necessariamente. O Conselho possui plenária pública uma vez por mês ordinariamente, podendo eventualmente constituir as extraordinárias a depender de demanda específica. O seu regimento interno estatui a sua organização subdividida em duas câmaras técnicas para melhor andamento e efetividade das suas ações: a Câmara Técnica de Controle e Avaliação e a Câmara Técnica de Legislação. Nelas participam isonomicamente os seus membros dentro da sua composição e área de interesse.

Nesta esteira, a presença estatal deu-se de diversas formas. Para Pinto (2014, p. 10), a principal se deu por meio das políticas estruturantes legislativas e a implantação da figura dos conselhos municipais como espaços de participação multifacetados e atendimento às demandas sociais, especificamente o Conselho Municipal de Habitação; a organização executiva por meio da URBEL, bem como por meio da Defensoria Pública e Ministério Público, as de proteção e amparo jurídicos às parcelas menos favorecidas para o seu acesso à moradia e à propriedade privada como direitos fundamentais relativizados.

A partir da luta reivindicatória incisiva, foi criada a Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte (FAMOBH), a União dos Trabalhadores de Periferia (UTP), o reforço da já existente Pastoral de Favelas, bem como o Pró-Favela, que foi o programa municipal cujo objetivo era a concessão da posse da terra aos moradores de favelas e vilas, como incipiente reconhecimento do direito humano à moradia digna.

Segundo Navarro (2002, p. 65), a luta por moradias perpassou por décadas, ganhando força e expressão da sua necessidade com o aumento expressivo dessa população belo-horizontina com a inovação do direito à moradia e ao acesso a serviços públicos obrigatórios. Concomitantemente, vários acontecimentos políticos nacionais impulsionaram essa luta.

O mais notado foi o militarismo porque, do seu processo, surgiram outros segmentos de lutas em prol de melhorias para o fortalecimento da coletividade frente aos interesses privados de algumas parcelas sociais interessadas no poder estatal. Essas lutas municipais foram reforçadas pela criação da Lei Municipal Pró-favela, criada em 1993, a qual pontuou melhorias de forma isolada das outras áreas requeridas à implementação e efetivação das melhorias da qualidade da urbanização dos assentamentos em processo de regularização do espaço urbano e seus habitantes.

A partir dessa conjuntura, as políticas públicas passaram a contemplar as vilas e favelas como parte integrante do tecido urbano por meio da sua formalização e estruturação organizada na medida das possibilidades de cada ambiente e os aspectos humanos das mesmas (PINTO, 2014, p. 8). Ainda na década de 1990, foi criado o atual Sistema Municipal de Habitação Popular que ganhou reforços de outros programas interligados e abrangentes para suprir a variedade de formas de necessidades humanas e do ambiente inter-relacionados, desde regularizar as existentes até suprir o déficit habitacional quanti-qualitativo existente até a atualidade.

O Sistema Municipal de Habitação Popular, durante a sua trajetória, ganhou vários integrantes, importante para a efetivação das políticas públicas organizacionais dos assentamentos irregulares, dentre eles: Conselho Municipal de Habitação, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, cuja responsabilidade é gerenciar o Fundo Municipal de Habitação Popular e a URBEL.

Na década seguinte, as mobilizações sociais se intensificaram fortalecendo os movimentos pró-moradia, e concomitantemente a elas o município reorganiza a estrutura administrativa, criando a Secretaria Municipal de Habitação – SMHAB – com as mesmas atribuições da antiga Urbel para a implementação da Política Municipal de Habitação Popular, mais precisamente em 2001.

Porém, dois anos depois, a Urbel passou por reestruturação tendo como atribuições: a Política de Habitação Popular e Orçamento Participativo; a coordenação e execução de projetos e obras de urbanização de vilas e favelas, em colaboração com as Secretarias Municipais de Coordenação de Gestão Regional; a coordenação da estratégia de intervenção em áreas de risco

no município; a urbanização, reurbanização e administração e patrimônio imobiliário do Poder Público Municipal; e as atividades de cooperação em nível técnico e de execução com a administração do executivo, e mantidos os demais objetivos institucionais.

O processo de mobilização social coletiva integrada aglutinado à participação viabilizada por meio do Conselho Municipal de Habitação, bem como a institucionalização das políticas de acesso à moradia e reorganização urbana fez com que, com o passar dos anos, Belo Horizonte passasse a contar, como atualmente, com uma das políticas mais avançadas em matéria de regularização fundiária com acesso à moradia e relevante proteção e recuperação ambiental como direitos fundamentalmente protegidos (PEREIRA, 2014, p. 21).

Tem-se importantes Programas, tais como o Vila Viva, o Estrutural Para Áreas de Risco (PEAR), o Orçamento Participativo/Vilas (OP), o de Regularização Fundiária, o PROAS, o Bolsa Moradia e o Programa Minha Casa Minha Vida, além dos Planos Global Específico (PGE), de Regularização Urbanística (PRU) e de Controle Urbano. Essas dez ações institucionais visam assegurar o direito à moradia, a proteção ambiental na medida do possível e garantir a dignidade humana quanto à segurança jurídica desses dois direitos humanos concatenados.

Os programas existentes no município visam fortalecer a política de organização e implementação fundiária urbana de moradias e loteamentos irregulares, bem com inserir neste contexto a proteção e recuperação ambiental dentro dos seus limites concepcionais. Neste diapasão, em 1993 e até então em vigência, tendo como objeto inaugural da dialética primordial da preservação e proteção das vidas e famílias residentes nas áreas de risco, foi criado o Programa Estrutural para Áreas de Risco (PEAR), concebido com o objetivo de mapear, diagnosticar, eliminar e prevenir as situações de risco geológicos (inundações e deslizamentos de terras) nas vilas e comunidades geo-socioeconomicamente vulneráveis.

O Programa do Orçamento Participativo/Vilas (OP), criado em 1994, para atender e estruturar a política urbana e as outras correlatas ao processo de ordenamento social e urbano nas áreas de vulnerabilidade social e geológica, o orçamento participativo foi a mola propulsora para tentar sanear os problemas oriundos da favelização no município ao longo das décadas desde a concepção urbana da cidade de Belo Horizonte.

Os horizontes começaram a se expandir nessa nova conjuntura de investimentos públicos. Apontados pela participação social para os devidos e adequados investimentos nas áreas requeridas, com cerca de 30-40% da área territorial do município, que geofisicamente não dispõe de muitas áreas planas de interesse imobiliário (PEREIRA, 2014, p. 14). Situado sobre

uma formação geológica de altiplano irregular, contendo, em sua grande maioria, muitos aclives e declives, e poucas áreas planas construtivas, essa realidade também compromete e em muito a aceção do meio ambiente. A sua concepção foi esquecida quando a sua degradação prevaleceu nos ambientes onde as vilas e favelas se inseriram. Assim, uma vez que a sua formação é basicamente de cerrado com já escassa cobertura do solo, a proteção e recuperação destes ambientes tornaram-se ainda mais difíceis e onerosas.

Já o Programa de Regularização Fundiária, um dos primeiros da municipalidade, tem como objetivo a legalização fundiária e conseqüentemente a organização das Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) que conglobam todas as áreas que requerem atenção e intervenção saneadoras. Os títulos das propriedades-moradias são emitidos aos seus respectivos legitimados já residentes nestes espaços, bem como àqueles emitidos na propriedade por diversos outros motivos, como as desapropriações, por exemplo.

Assim, as favelas – hoje comunidades –, as vilas e os conjuntos habitacionais vêm, ao longo do tempo, sendo gradativamente sendo legalizados e titularizados, ainda que em índice insuficiente para atender toda a demanda reprimida ao longo de várias décadas. Em muitos destes espaços, pode-se afirmar que desde a inauguração da cidade ou até mesmo antes da mesma, quando se iniciaram as problemáticas da necessidade por moradias, da ocupação irregular urbana e a sua afetação ambiental nas suas amplitudes macro e micro das especificidades ambientais.

Criado em 1995, o Programa de Reassentamento e Assistência Social (PROAS), visa, por meio dos seus objetivos, suprir as demandas oriundas das remoções das famílias de moradores das áreas, decorrentes da realização de obras dos equipamentos urbanos públicos, da ocorrência de catástrofes ambientais, e daquelas áreas de periculosidade geológica de acidentes que poderão interromper as vidas que ali se estabeleceram ao longo dos anos.

O atendimento social, o reassentamento e as indenizações são realizados conforme as especificidades de cada demanda, sendo estes definidos pelos casos concretos. Como se trata de áreas irregulares sem titulação registral e, por conseguinte, sem uma base de cálculo do valor venal das construções nas suas condições ao tempo da sua desocupação, ficam então os valores indenizáveis por suas benfeitorias por meio de avaliações mediante critério técnico e que não podem ultrapassar o valor de 40 mil reais.

Já o atendimento social e o reassentamento terão modalidades conforme a situação dos moradores, como tempo de estabelecimento nesses locais, renda familiar, números de integrantes do núcleo familiar e suas especificidades baseadas nas suas necessidades humanas.

Ainda que em muitas vezes existam divergências para o melhor atendimento a essas necessidades, busca-se sempre atender aos interesses da coletividade e a proteção à vida primordialmente, principalmente quando as famílias recusam-se em sair das áreas de risco eminente.

Em 2003, após a incidência de um longo período chuvoso que ocasionou muitos prejuízos materiais e humanos, com a destruição de inúmeras moradias já precárias deixando desabrigados inúmeros moradores das áreas de risco, o Sistema Municipal de Habitação se viu na situação de assistir esses moradores sem teto, instituindo, assim, o Programa Bolsa Moradia, cujo objetivo essencial é reassentar imediatamente os destituídos das suas moradias, por meio de moradias seguras e dignas às suas vidas. Hoje esse Programa também abrange uma parcela oriunda de desapropriações para obras públicas nas Zonas de Especial Interesse Social.

Cabe ao beneficiário apontar o novo local da sua opção e por meio de contrato locatício é fornecido o valor do auxílio-moradia de 500 reais, valor este que vem sendo reajustado anualmente, valendo ressaltar que se trata de um auxílio e temporário, e não definitivo, enquanto não se resolve a situação em concreto. Porém, na prática, os moradores querem o seu lugar em definitivo e organizar as suas vidas com dignidade, pois a transitoriedade do benefício vem gerado inúmeras lides judiciais na tratativa da resolução em definitivo dessa parcela populacional, principalmente quando envolve as desapropriações sem as devidas indenizações, e, ainda que ocorra, a bolsa moradia se faz necessária e não contempla a integralidade do valor do imóvel locado.

A fim de sanar ou reduzir o déficit habitacional na proporção quanti-qualitativa necessária, o município aderiu, em 2009, ao programa federal “Minha Casa, Minha Vida”, criado no mesmo ano. Os movimentos pela moradia atuam diretamente na efetividade desde Programa para a sua distribuição mais justa, isonômica, o mais equânime possível a fim de garantir o acesso à casa própria das famílias de baixa renda.

As construções das moradias nos locais previamente avaliados, sejam dentro das áreas de vilas e comunidades, próximas ou distantes das primeiras, até então, são divididas em lotes de financiamento distribuídos no território nacional. Essas construções visam atender três nichos populacionais de baixa renda: os de renda de até 1.600 reais, os de R\$ 1.600,00 a R\$ 3.275,00 e os de renda até R\$ 4.990,00. Os valores são subsidiados para pagamento em dez anos e com parcela mensal a partir de R\$ 50,00, dependendo da renda familiar. A distribuição ocorre por meio de sorteio e avaliação prévia dos requisitos necessários para o pleito de uma unidade habitacional. Esse Programa tem como base a construção dessas unidades habitacionais

nas áreas de interesse social, bem como a sua organização estrutural, a inserção dos equipamentos urbanos, a recuperação e a proteção do seu entorno, objetivando minimizar ao máximo os danos causados pela permanência humana no mesmo (RAMOS, 2015, p. 8).

Este último aspecto caracteriza-se por inúmeros desafios, sejam operacionais, estruturais e jurídicos, principalmente quando são deslocados moradores das áreas de risco ambiental para posterior recuperação e, quando alcançadas e protegidas, os moradores retornam e as reocupam novamente, gerando reiterados conflitos pela ocupação do espaço ambiental já devidamente protegido e recuperado.

O principal programa urbanístico, o Vila Viva, é modelo nacional e internacional com as suas inovações. Segundo observações de conselheiros, desde 2004, foi uma inovação nacional do modelo de redução da precariedade ou escassez de moradias nos espaços ocupados irregularmente conglobando as legislações ambientais vigentes, tendo enfoque ampliado na regularização da propriedade nestas áreas e o desenvolvimento urbano e social demandado nas mesmas visando à melhoria da qualidade e dignidade de vida nestes ambientes.

Ele objetiva produzir mudanças significativas na conjuntura e estrutura organizacional destas áreas de vulnerabilidade geo-socioeconômica: reduzir o seu déficit habitacional; criar e melhorar a infraestrutura dos equipamentos urbanísticos; promover o seu desenvolvimento social, antropológico, econômico e ambiental conseqüentemente; minimizar as contradições entre a recuperação e proteção ambiental na medida da possibilidade da harmonia com o suprimento paulatino do déficit habitacional humanizado, e por fim avaliar, em médio e longo prazo, o impacto dessas mudanças nestes ambientes. O seu financiamento conta com várias fontes: dos recursos federais, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Orçamento Participativo (AFONSO, 2014, p. 36).

Hoje, no panorama de Belo Horizonte, existem mais de 70 (setenta) áreas que demandam as ações do Vila Viva, o que em números representa que, em média, dois de cada cinco habitantes da cidade residem em assentamentos irregulares, em porcentagem que se mantém nos 30-40% da totalidade dos munícipes. Destas, distribuídas dentro do perímetro municipal, foram atendidas diretamente 12 áreas necessitadas de assistência habitacional, onde habita cerca de 35% da totalidade de moradores dos assentamentos irregulares ou de risco socioambiental, e beneficiando mais de 160 mil moradores internos e externos a estas. Podendo ser citadas: as vilas Alto das Antenas, Belém, Califórnia e Cemig; e os aglomerados Alto Vera

Cruz/Córrego Santa Terezinha, Morro das Pedras, São Tomás/Aeroporto, Serra, Pedreira Prado Lopes, Santa Lúcia, Taquaril e o Várzea da Palma.

Assim, conjuntamente a URBEL, o OP e o CMH por meio da representação dos núcleos sociais afetados e interessados, elidem as áreas a serem beneficiadas, conforme o seu grau de instabilidade e necessidade geofísica, social e econômica. A análise dos assentamentos informais é realizada por meio de multicritérios técnicos que devem atender ao diagnóstico situacional realizado previamente. Esses critérios se baseiam nas condições socioeconômicas, serviços urbanos e as condições ambientais.

O primeiro critério considera a densidade e as condições demográficas, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e mortalidade infantil; enquanto o segundo considera a relevância da proximidade aos serviços de saúde, educação, lazer, cultura, comércio e indústrias, transportes, e demais equipamentos urbanos; e já o terceiro critério, o das condições ambientais, elenca a cobertura vegetal, as Áreas de Proteção Permanentes (APPs), áreas verdes, o nível de erosão, os processos de instabilidade do solo, a drenagem pluvial, a coleta de lixo, o grau de esgotamento sanitário, abastecimento de água e acessibilidade viária.

Diferentemente dos demais programas, o Vila Viva é muito mais abrangente por inserir nas suas ações de educação ambiental, saúde, saneamento, monitoramento dos núcleos familiares removidos, organização comunitária e de assistência social por meio da geração de renda e empregos, de acordo com as especificidades e necessidades de cada comunidade e vila (AFONSO, 2014, p. 32). Na seara dos multicritérios técnicos, estes se dividem em duas grandes esferas: a do desenvolvimento humano e a do ambiente, baseados nas condições socioeconômicas, nos serviços urbanos e nas condições ambientais.

Desde o início da ocupação irregular dos espaços, com o surgimento da própria cidade regularizada ou não, para Avzaradel (2012, p. 259), essas duas necessidades de desenvolvimento sempre coexistiram, porém a mais pungente foi a humana por suas necessidades básicas na busca incessante pela dignidade minimamente possível. Neste contexto, as do desenvolvimento ambiental ficaram em segundo plano, pois ao longo das décadas a afetação humana pelo ambiente não pode ser mensurada a contento e diretamente. Só ao longo da história humana é que foram observadas e consideradas a necessidade da proteção, preservação e recuperação do meio ambiente como direito humano a ser resguardado, tendo em vista que é nele que vive e dele depende o ser humano.

A realidade é muito mais complexa e dinâmica do se evidencia nos dados estatísticos ou segmentados em critérios apenas. No que se refere ao desenvolvimento humano, ele é

realmente muito complexo por envolver situações diferentes diuturnamente, por se tratar de pessoas envolvidas e as suas acepções de vivências ao longo das suas vidas. O que não pode ser completamente desconsiderado e categorizado, enquadrando-as para o suprimento das suas necessidades de moradias, sejam elas por meio da titularização fundiária, melhoramentos nas já existentes ou da construção de outras novas para adimplir o déficit habitacional oriundo de longas décadas ao longo das quais, ainda que com enormes mobilizações, houve o agravamento socioeconômico e ambiental nas áreas de assentamentos e loteamentos irregulares, negligenciado pelo olhar do poder público composto também por pessoas distantes da realidade das outras. Precisa-se ter cuidado com o olhar que se tem sobre as informações extraídas desse desenvolvimento humano, uma vez que o mesmo se dará em virtude da intenção daqueles que as fornecem, apontando-as positivas ou negativamente.

Os critérios diretos consideram a densidade e as condições demográficas, o IDH, e mortalidade infantil; enquanto os indiretos relevam a proximidade aos serviços de saúde, educação, lazer, cultura, comércio e indústrias, transportes, e demais equipamentos urbanos. Os diretos e indiretos afetam intrinsecamente os índices quanti-qualitativos da qualidade de vida dos habitantes desses assentamentos perenes.

Os resultados alcançados ao longo da existência do Vila Viva, em sua maioria positivos, embora em alguns houve alguma piora. Esses últimos estão diretamente ligados às intervenções e as características desses ambientes e dos seus sujeitos que, nos dois aspectos variaram conforme as decisões tomadas e a gestão das mesmas pelos habitantes desses espaços, conforme aponta o estudo e análise de dados em período determinado, conforme elucida Afonso (2014, p. 35).

Ainda nesta esfera, pode-se observar a melhoria da qualidade de vida da população assistida, uma vez que aumentou o IDH; reduziu significativamente a mortalidade infantil, resultante do melhor e maior acesso aos serviços de saúde e de educação, bem como com a sanitização dos espaços com a adequada destinação e tratamento do esgoto. Caldeira (2012, p. 259), reforça que “a interdependência o direito à saúde e a higidez ambiental, na verdade, são faces que representam o dever de proteção dos direitos humanos”, e a conseqüente qualidade de vida das pessoas e do ambiente onde coexistam.

Em contrapartida, existe também o baixo grau de contentamento da mesma população, que pode ser apontado também quando a mesma pleiteia a desfavelização e os seus resultados, ainda mais quando se observa que os problemas estruturais são menores frente àqueles inerentes aos sujeitos dessas áreas. Neste sentido, estes problemas são característicos dos baixos índices

de desenvolvimento humano inerentes à baixa renda, ao acesso à cultura, ao baixo nível educacional, à baixa qualificação profissional, à alta criminalidade, dentre outros, o que Serpa (2008, p. 235) chama de expressão subjetiva do espaço geográfico e a sua economicidade, e ao mesmo tempo estes lhes imprimem conforme os seus problemas ambientais existentes.

Para além do Vila Viva, uma outra solução paralela à superação do déficit habitacional que pode ser apontada é a da locação social, conforme apontam Gottschalg e Barros (2015, p. 17), que “uma modalidade de política como essa, no contexto brasileiro, muito contribuiria para ampliar as formas de acesso da população de baixa renda à moradia”, de acordo com cada caso, pois esta não se confunde com o auxílio-aluguel que já é oferecido em alguns casos. Porém, justamente pela confusão costumeira entre a locação social e o auxílio-aluguel e por não ser uma das formas de alcance da propriedade da moradia, ainda não tem boa aceitação. De acordo com dados fornecidos pelo CMH, pode-se observar que o acesso à propriedade perpassa pelo acesso à moradia, ou ainda, o argumento racional da necessidade da moradia está ligado à tão sonhada e valorizada propriedade fundiária do nosso mundo contemporâneo.

As contradições municipais entre o desenvolvimento humano e ambiental, ainda que superficialmente contra-hegemônicas, parecem que encontraram um caminho do meio em vista da efetivação dos movimentos humanos coletivos pela moradia e regularização fundiária e da movimentação da política pública habitacional. O que se percebe é que o ambiente onde estão estas pessoas está melhor, com qualidade de vida mais saudável.

Hoje, embora se queira executar as políticas públicas existentes, ainda que incipientes e desconectadas com as demais políticas públicas intersetoriais, enfrenta-se inúmeras dificuldades, a começar pela escassez de recursos, bem como a participação da própria comunidade neste processo de estruturação, pois quando ela participa ativamente, ela cuida melhor do seu espaço. Outro ponto prejudicial e contraditório é o histórico de dependência paternalista estatal das pessoas, deste o início da colonização do nosso país, mas que vem se diluindo com o empoderamento das diversidades sociais.

Encontrar o caminho do meio para coexistirem o humano e o seu ambiente, ambos se respeitando para se manterem vivos seria o ideal. Será um processo longo, porém precisa ser constante para não perder o foco na melhoria da qualidade de vida nas cidades com o acesso à moradia humanamente digna. E um dos maiores desafios será o de mostrar para as comunidades a sua responsabilidade pelo pertencimento ao local que elas escolheram e lutaram para chamarem de moradia. Um lugar chamado de seu para ter a devida segurança física e emocional da dignidade humana e ter o que deixar para as suas gerações futuras, concretamente ou

ideologicamente. E esse pertencimento somente será alcançado mediante a construção do seu autoconhecimento enquanto sociedade coletiva.

3 OS DIREITOS HUMANOS E SEU PRINCIPAL FUNDAMENTO: A DIGNIDADE HUMANA

A construção histórica dos direitos humanos tem uma vasta produção no campo da ciência e aqui nos ariscamos dizer, em todas as áreas do saber. Nesse contexto, tendo clareza de nossa limitação teórica, optamos por fazer uma releitura sob o olhar do Direito e o fizemos a partir da problemática da cidade, nomeadamente da regularização territorial, tendo como opção temporal da pesquisa os últimos cinco anos, a partir da cidade de Belo Horizonte, no contexto municipal por ser uma cidade de trajetória significativa no campo da política pública de regularização territorial.

Santos (2000; 2005; 2006 e 2009), se debruça sobre o estudo da articulação entre reflexão teórica e a intervenção prática de lutas concretas que chamou de contra-hegemônica com potencial emancipatório que aponta para uma, por assim dizer, desordem na lógica consolidada pela ciência ocidental como única saída que a modernidade encontrou de um futuro seguro capaz de unificar a ponto de se tornar uma única alternativa na construção e concretização dos direitos humanos.

Nesse contexto, o citado autor, descortina como fio condutor de sua proposta teórica o debate em torno do conhecimento regulação e do conhecimento emancipação na análise da crise da modernidade na busca de harmonização da oposição entre regulação e emancipação, propondo um novo paradigma de análise, no enfrentamento da crise da modernidade que chamou de ecologia de saberes com potencial para apontar uma nova lógica, outras alternativas, um novo projeto moderno assentado no que chamou de pilar da regulação e pilar da emancipação. O primeiro, para o autor, se fundamenta no princípio do estado (soberania), do mercado (imposição de política individualista) e, por fim, da comunidade como espaço de solidariedade entre os membros.

Boaventura apresenta uma nova razão que chamou de contra-hegemônica, com potencial para resistir à tensão entre regulação e emancipação, ou seja, a tensão entre as relações pautadas na desigualdade, na distribuição desigual de poder e na relação centrada no exercício da autoridade partilhada. É dizer, na busca de novos padrões sociais, políticos e jurídicos em

busca da refundação de um modo de vida, de um novo paradigma fundado no que Santos denominou de sociologia das ausências e sociologia das emergências.

A sociologia das ausências seria responsável por identificar experiências desperdiçadas pela modernidade indolente utilizando a metodologia da indagação de suas condições para se constituir em uma nova alternativa ao modelo hegemônico de sociabilidade. A das emergências utiliza a metodologia de interrogar o presente no processo de investigação de que em que medida as alternativas têm potencial para serem inseridas em um horizonte concreto de possibilidades diferentes das que a modernidade elegeu como possível.

Nesse contexto, Santos (2006, p. 123) propõe o trabalho da tradução para encontrar “[...] práticas com maior potencial contra-hegemônico” cujo núcleo principal é a estratégia da emancipação entendida como a que tem capacidade para identificar alternativas plurais solidárias de um futuro que não acredita que a saída da crise moderna tem uma única mão. O que chamou o autor de “[...] conhecimento emancipatório pós-moderno [...] que visa descobrir, inventar e promover alternativas progressistas que essa transformação pode exigir” (SANTOS, 2006, p. 127). É o que chamou o autor de desafio de uma globalização contra-hegemônica.

Nesse contexto, ao ver de Santos, em uma crítica ao conhecimento regulação, que se insere a crítica aos direitos humanos como sendo uma construção em que sua sustentação principal, a dignidade humana, é posta em questionamento onde, reconhece o autor, que o sujeito de direito tem servido ao espaço da regulação, muitas vezes, no exercício legal da violência e da coação da coletividade sem precedente e, é daí que o conhecimento emancipação aponta para uma redefinição, por exemplo, do que chamamos de jurídico que vai além do quadro normativo estatal.

A democracia, nesse contexto, cumpre um importante papel quando organiza o processo de criação dos direitos, aliás, ela é o processo de organização e criação dos direitos onde a democratização desse processo passa a ser fundamental para o conhecimento emancipação, para a análise, como a que o item seguinte se propõe a fazer, de verificação em que medida a política de regularização territorial urbana apresenta traços de uma nova lógica, uma nova concepção de direitos humanos e, por conseguinte, de ser ela um exemplo de globalização contra-hegemônico nos termos aqui tratados de acordo com Boaventura de Sousa Santos.

Nesse contexto, para que estas alternativas se incluam na lógica da emancipação social, é preciso escutar agentes públicos, ativistas sociais, líderes comunitários que trabalham diretamente com as políticas sociais com o fim de identificar traços que, ao mesmo tempo, sejam questionadores de uma lógica dos direitos humanos regulativa e harmoniosa com os

princípios do mercado, da conformação do capital que, por sua vez, está centrado predominantemente, na desigualdade e na exclusão social, ou seja, na negação da dignidade humana e, na lógica, dos direitos humanos como ferramenta da emancipação social, de anúncio de uma nova lógica, de uma nova cultura de direitos cuja centralidade é o reconhecimento da dignidade com inclusão social, solidariedade e justiça social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política pública de regularização fundiária urbana nomeadamente a experiência municipal de Belo Horizonte, tem, como todas as políticas públicas, limites que ofuscam a emancipação social. Nesse sentido, mostrou a pesquisa que a lógica da cidade capitalista contrasta também no contexto de Belo Horizonte, com a lógica emancipatória da luta social. Assim, podemos concluir que a política de regularização territorial urbana tem potencial para ser emancipatória, mas necessita vencer pelo menos três grandes limites. O da qualidade da participação social no conselho que, em razão do debate sobre a construção e aplicação da política ter um forte componente técnico que os sujeitos de direitos, apesar de estarem presentes, pouco dominam os temas e, por consequência, seu grau de intervenção é fraco.

O segundo limite, que podemos apontar como fruto deste estudo, é a própria concepção de direitos humanos e seu fundamento, a dignidade humana. Aqui temos uma compreensão globalizada de que os direitos humanos e sua efetividade é que dá materialidade à dignidade humana, mas também é perceptível que a cidade, de modelo capitalista, pouco importa com a emancipação social e, assim, a garantia de direitos do ponto de vista da formalidade já a satisfaz. Ou seja, temos um ordenamento jurídico avançado com baixíssimo grau de efetividade, sem falar nos conflitos internos entre sujeito de direito e ação pública.

Por fim, o desenvolvimento sustentável, no caso dos limites e das potencialidades, está presente não apenas no discurso, mas também no âmbito prático. Nesse contexto, concluem os autores que a inclusão na agenda social da concepção de cidade e nela o meio ambiente como direitos fundamentais coletivos; o fortalecimento da participação social e, como consequência, a atuação do Direito como instrumento capaz de dar efetividade aos direitos humanos e, por consequência, concretude à dignidade humana, se torna fundamental no processo de aprofundamento da emancipação social, do projeto de direitos humanos contra-hegemônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Andrea Scalón; MAGALHÃES, Maria Cristina Fonseca de. Programa Vila Viva: Intervenção Estrutural em Assentamentos Precários. *UH – Revista Urbanização & Habitação*. Belo Horizonte, Janeiro. 2014. Ano I, nº 1. Cia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=50532&chPlc=50532&viewbusca=s>>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- AVZARADEL, Pedro Curvello Saavedra. Desenvolvimento Sustentável e Regularização Fundiária: Impasses diante da Tutela Ambiental e da Provável Alteração do Código Florestal. In: FLORES, Nilton César (Org.). *A sustentabilidade Ambiental em suas múltiplas faces*. Campinas: Millenium, 2012.
- BELO HORIZONTE. Lei Municipal nº 6.508 de 12 de Janeiro de 1994. Cria o Conselho Municipal de Habitação. Belo Horizonte, MG, 1994. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=lei_6508.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 17ª impressão. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BORSAGLI, Alessandro. *Belo Horizonte em pedaços: fragmentos de uma cidade em eterna construção*. Belo horizonte: Ed. do Autor, 2016.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico: 2016.
- CALDEIRA, Ana Paula Canoza. Direito Ambiental e sua Interface como Direito à Saúde: ou de como a Efetividade do Direito à Saúde igualmente depende de Políticas Públicas Ambientais. In: FLORES, Nilton César (Org.). *A sustentabilidade Ambiental em suas múltiplas faces*. Campinas: Millenium, 2012.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Os Caminhos da Reflexão Sobre a Cidade e o Urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.
- GOTTSCHALG, Maria de Fátima; BARROS, Luís Tôrres. Locação Social como alternativa de Política Habitacional. *UH – Revista Urbanização & Habitação*. Belo Horizonte, Junho. 2015 Ano II, nº 2. Cia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL
- LEFEBVRE, Henry. *Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- NAVARRO, Renato Godinho; GODINHO, Maria Helena de Lacerda. Movimentos sociais (populares), Conselho Municipal e órgão gestor na definição e implementação da política habitacional em Belo Horizonte – década de 1990. *Cadernos Metrópole*, n. 7, pp. 59-74, 1º sem. 2002. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/download/9259/6869>>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- PADUANI, Célio César. *Filosofia do Estado em Hegel*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005.
- PEREIRA, Alessandra Duarte Rodrigues; BRASIL, Flávia de Paula Duque; CARNEIRO, Ricardo. Arquitetura Participativa na Política Habitacional – Estudo de caso do município de Belo Horizonte. *UH – Revista Urbanização & Habitação*. Belo Horizonte, Janeiro. 2014. Ano I, nº 1. Cia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL.
- PINTO, Maria Luiza Costa; VERÍSSIMO, Pedro. A Cidade, as Favelas e a URBEL. *UH – Revista Urbanização & Habitação*. Belo Horizonte, Janeiro. 2014. Ano I, nº 1. Cia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL.

RAMOS, Davidson Afonso de. Programa Minha Casa Minha vida: Política Social ou Medida Anticíclica? *UH – Revista Urbanização & Habitação*. Belo Horizonte, Junho. 2015. Ano II, nº 2. Cia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SERPA, Angelo. *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo, Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva, 1995.

_____. *Democratizar a Democracia – Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *As bifurcações da ordem: Revolução, Cidade, campo e Indignação*. São Paulo: Cortez, 2016.

CAPÍTULO VII

DESENVOLVIMENTO COMO DIREITO HUMANO: UMA LEITURA ALÉM DA VISÃO OCIDENTAL

PEDRO ANDRADE MATOS⁶⁰

1 INTRODUÇÃO

O pensamento filosófico ocidental permeia e domina as discussões sobre vários temas, o desenvolvimento e os direitos humanos não escapam a esse domínio. Além disso, há uma difusão/imposição/cooperação desses temas a outros países. A literatura especializada, principalmente da região Sul do globo, tem ressaltado e criticado a forma pela qual os modelos ocidentais encontram desafios e colhem fracassos em outras regiões, arrolando-se como causas as variáveis de ordem cultural, política e social, e o *modus operandi* hierárquico e assimétrico das relações com os países do Sul.

Este artigo considera, no entanto, que há uma preocupação pretérita a ser considerada, relativamente à forma que algumas comunidades no Sul concebem o desenvolvimento e os direitos humanos, contrastando-se com o pensamento ocidental. Para tal, propõe-se analisar e confrontar as concepções de desenvolvimento como direito humano à luz do Buen-Vivir da América Andina e do Ubuntu da filosofia africana.

O *Buen Vivir* corresponde a um princípio constitucional centrado no *Sumak Kawsay* e versa sobre a emancipação do homem, a sua contemplação com a natureza e a interação com o meio social de uma maneira harmônica e solidária. O *Ubuntu* é uma filosofia africana que incentiva a prática da humanidade entre as pessoas e a consciência do indivíduo na relação com a comunidade. Destarte, considera-se que há uma diferença substancial na compreensão do desenvolvimento e do direito humano capaz de informar, em parte, as dificuldades da vigência do modelo ocidental nessas regiões. Essas experiências carregam um conjunto de saberes e valores que pode colaborar ao entendimento mais robusto desses temas e às suas resoluções e de outras questões complexas no nível sistêmico que demandam propostas multiculturais.

Este trabalho está organizado da seguinte maneira. A primeira seção discute o desenvolvimento além da perspectiva ocidental, incorporando contribuições do *Ubuntu* e do

⁶⁰ Doutorando no curso de Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2013)

Buen Vivir. Essa estratégia será seguida na segunda seção à interpretação dos direitos humanos. A terceira seção discute o desenvolvimento enquanto um direito humano, mobilizando contribuições do *Buen Vivir* e do *Ubuntu*.

O trabalho apoia-se na metodologia qualitativa, essencialmente as produções bibliográficas da literatura especializada; recorrendo-se ao método comparativo no intuito de apontar e analisar similitudes e diferenças das perspectivas selecionadas.

2 O DESENVOLVIMENTO ALÉM DA VISÃO ECONOMICISTA

O termo “desenvolvimento” esteve predominantemente ligado à visão economicista, mensurado pelo Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB). Cada país, no entanto, possui uma realidade socioeconômica e um leque de condições materiais e imateriais que não é captado pelas variáveis contábeis formais dominantes nas economias industrializadas. Desse modo, oblitera-se um conjunto de transações, produções e empreendedorismo que movimenta as economias caracterizadas como informais. Nessas economias, 60 a 80% da alimentação são produzidas pelo setor informal e 70% dos empreendedores são mulheres (SNYDER apud PEET; HARTWICK, 2009, p. 10). Essas duas realidades já injetam desafios para medir o desenvolvimento no Sul⁶¹, partindo-se da noção, variáveis e indicadores do Norte⁶².

As diferenças entre esses dois mundos informam que características da produção, renda e da educação são culturalmente mais específicas do que universal (PEET, HARTWICK, 2009). Assim sendo, o desenvolvimento carrega significados particulares, que fazem parte de um contexto institucional, intelectual e momentos políticos específicos (CHANT; MCILWAINE, 2009). Nessa perspectiva, interessa-se observar o desenvolvimento consoante um processo complexo que deve considerar além das questões econômicas, as condições sociais, culturais e institucionais de um país (ALONSO, 2001).

A discussão sobre a operacionalização do desenvolvimento é, todavia, mais bem informada quando se indaga qual o seu significado em outras culturas? Na perspectiva *Ubuntu* e no *Buen Vivir*, a palavra “desenvolvimento” é ausente. Essa ausência é explicada pela natureza constitutiva desses sistemas, recusando-se a prevalência da perspectiva evolucionista,

⁶¹ Continente africano, asiático e região da América Latina.

⁶² Países da Europa, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia

hierárquica e a preponderância do indivíduo/grupo à comunidade e sociedade. Compreendem-se, por seu turno, uma transcendência entre a comunidade e a natureza, ou seja, uma interpretação cosmológica do tempo restaurativo que se contrapõe com o tempo mecânico e linear do desenvolvimento ocidental (KI-ZERBO, 2006; ACOSTA, 2008)

A não existência, *ipsis litteris*, do termo não significa a ausência de sua equivalência, existe uma busca de melhoria e conforto nessas culturas que, na verdade, faz parte do ímpeto natural de qualquer ser humano temporal e espacialmente localizado, principalmente se visualizar a história da evolução e interação do homem com o seu meio para construção de confortos. Essa busca não foi invenção de nenhum país e muito menos de um determinado pensamento, tratando-se de uma excepcionalidade do ser humano, no conjunto dos seres vivos.

A dificuldade de se obter um consenso conceitual é tributária à dinâmica orgânica do próprio termo. Se o objetivo do desenvolvimento é satisfazer as necessidades de um indivíduo/grupo em tempos e espaços diferentes, considerando que as necessidades estejam em constantes transformações, então a sua conceituação está continuamente sendo adulterada, de modo que é improfícua a perseguição de um conceito universal e atemporal. Lida-se, em compensação, com noções contingenciais que possuem prazos de validade e viabilidade.

A noção economicista foi amplamente criticada justamente porque ela “empobrece” conceitual e politicamente o desenvolvimento. Nesta noção, o crescimento pode ocorrer sem provocar mudanças estruturais e envolver-se com a desigualdade e pobreza.

Mahbub ul Haq e Amartya Sen passaram a pensar o desenvolvimento em perspectiva da expansão das “capacitações” e como “liberdade”. Esse pensamento confere importância às facilidades para educação, saúde, direitos políticos e civis e direitos sociais (SEN, 2007). A expansão de liberdades permite a constituição socialmente dos indivíduos, “exercendo nossas próprias vontades, interagindo e influenciado o mundo em que vivemos” (SEN, 1999, p. 15).

A estimulação dessas capacidades visa recuperar a própria ideia genuína do desenvolvimento, que aponta a desdobramento de alguma potencialidade inerente ao sistema: “desdobrar-se a partir de si mesmo” (SANTOS, 2005, p. 18).

O desenvolvimento suscita a emancipação humana no sentido da libertação das vicissitudes da natureza e auto emancipação no controle das relações sociais, e controle consciente e democrático sobre a produção da personalidade humana (PEET; HARTWICK, 2009).

O indivíduo surge como sujeito ativo no processo e não um meio para se alcançar o progresso. Isso conferiu um ganho analítico relevante. Nos postulados de Amartya Sen e

Mahbub ul Haq o progresso é um meio que proporciona melhoria na qualidade de vida do homem. A própria Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, em 1986, conferia à pessoa o sujeito principal e ativo nesse processo.

De acordo com Ki-Zerbo (2006), o desenvolvimento se constitui em uma “passagem de si a si mesmo, em um nível superior” (KI-ZERBO, 2006, p. 149). Na perspectiva do autor, da mesma maneira que uma árvore se sustenta enraizando-se, o desenvolvimento comporta uma dimensão endógena, isto é, tem a ver com a extração de elementos internos. Isso quebra a recomendação ocidental de que países pobres devessem emular as suas práticas políticas e macroeconômicas. Essas práticas, todavia, não foram seguidas pelos países ricos no seu processo de desenvolvimento (CHANG, 2004). A tentativa de expandir o “desenvolvimento” de zonas prósperas, em termos econômicos, às zonas pobres, portanto, se mostrou em uma quimera (VEIGA, 2005).

A dimensão endógena revela também a autoconfiança do indivíduo nas suas capacidades. De acordo com Acosta (2008, p. 5), no Buen Vivir, “não há que desenvolver a pessoa, a pessoa tem que desenvolver-se”. Deve-se, portanto, proporcionar plataformas, condições materiais e garantias pelas quais os indivíduos possam explorar as suas capacidades. Na visão Ubuntu, as capacidades correspondem às habilidades de relacionamento com outras pessoas para expressar amabilidades com elas, sendo assim ultrapassa a dimensão material (LUTZ, 2014).

As perspectivas Ubuntu e Buen Vivir anunciam tanto as capacidades inerentes ao ser humano, que podem ser potencializadas mediante as plataformas e a configuração do contexto inserido, quanto as capacidades oprimidas e subjugadas nos países pobres. Nesta última, se passar a incluir, na medição do PIB, o conjunto de transações que acontece nos chamados mercados “informais”, os países obteriam um desempenho maior no *ranking* global. Isso pode melhorar a auto estima da nação, ainda que não seja só o referido indicador que importa na melhoria do estado de desigualdade.

A construção dessas plataformas exige, entretanto, entender a concepção de direitos humanos nessas regiões. Será que de igual modo ao desenvolvimento, eles ensejam uma interpretação singular?

3 OS DIREITOS HUMANOS E A RELEVÂNCIA DA DIGNIDADE HUMANA

A tradição ocidental está mais ligada a direitos humanos, enquanto em outras culturas, como a muçulmana, apresenta-se fortemente a noção de dignidade humana. Embora sejam conceitos equivalentes essenciais, a dignidade humana é mais complexa. Os direitos humanos se configuram um meio à conformação da dignidade humana (DONNELLY, 1982). Nesse sentido, os direitos humanos constituem um conjunto de processos em diversas áreas (econômica, social, política e cultural) que abrem e consolidam espaços de lutas a uma concepção particular da dignidade humana (MUÑOZ et al. 2013, p. 16).

A perspectiva ocidental preocupa primariamente com a resolução de problemas individuais ou grupais conflitantes. Eis, por exemplo, a base da Teoria de Contrato Social. Por seu turno, algumas sociedades não ocidentais posicionam direitos da comunidade antes dos individuais, sendo a comunidade o espaço onde o indivíduo se realiza.

Na filosofia Ubuntu, os direitos humanos são constrangidos pela noção da humanidade e a ideia de pertencimento a comunidade. O indivíduo tem um lugar seguro e significativo na comunidade e dispõe de uma rede de relacionamento pessoal e social que lhe garante apoio material e não material. De fato, a comunidade é a peça central nas culturas africanas. Porém, a comunidade não asfixia o indivíduo. Imagine avistar-se de longe um conjunto de árvores que, a essa distância, parecem amontoados, mas se individualizam quanto mais aproxima-se delas. A comunidade é, portanto, um espaço de realização individual (LUTZ, 2014).

Nessa perspectiva filosófica, a liberdade não é independência, mas certo grau de interdependência. Em visto disso, as capacidades individuais tratam-se das comunitárias, dado que a pessoa se desenvolve mediante o desenvolvimento do outro. Essa perspectiva assume que “somos verdadeiramente humanos somente na comunidade com outras pessoas” (LUTZ, 2014). A dita noção aproxima-se ao *Buen Vivir*, ao afirmar que o homem se realiza na comunidade (ACOSTA, 2008).

No modelo *Buen Vivir* há um conjunto de direitos classificados de ecológicos e reina, inclusive, a ideia de justiça ecológica, cuja finalidade visa garantir a sobrevivência das espécies e seus ecossistemas e a própria natureza surge como o sujeito de direitos. Essa demarcação contrasta com a visão ocidental que considera a conservação do meio ambiente enquanto um direito dos seres humanos a desfrutar de um espaço são e não contaminado e da transformação da natureza em uma mercadoria. Nesse pensamento, o homem reclama a si o papel de “protetor” do meio ambiente (ACOSTA, 2008).

No contexto Ubuntu, “um direito humano é um dever natural que deve ser considerado por tomadores de decisão moralmente responsáveis, independentemente de reconhecerem que

deveriam”. Isso porque o objetivo de uma pessoa na vida é tornar-se completa, um ser verdadeiro, ou um ser humano genuíno. Nesse pensamento, a pessoa é chamada a criar uma personalidade humana ou a exibir a humanidade (METZ, 2011, p. 541).

Na cultura islâmica há um esforço de ressignificação dos direitos humanos, contudo, estes se apresentam virtualmente consoantes deveres dos governos e dos indivíduos. Por exemplo, o dever do governo é de estabelecer a justiça, ao passo que o direito à liberdade é apenas um dever de não escravizar injustamente. Isto é, os direitos surgem em decorrência das ações. As bases desses tratamentos são os comandos divinos (Allah – em árabe) que estabelecem deveres. Não obstante, as Leis Islâmicas incorporam princípios de direitos humanos (DONNELLY, 1982). Nesse sentido, não são opostas à perspectiva filosófica e moral ocidental, ambas “partilham um conjunto de conceitos fundacionais, entre eles a igualdade, justiça e a boa governança” (SADIKI, 2012, p. 288).

Uma vez explanadas as diferenças relevantes na definição dos conceitos nucleares aqui tratados e as suas relações com os indivíduos/comunidades, questiona-se quais são os reflexos dessas diferenças no entendimento do desenvolvimento como um direito humano?

4 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO COMO UM DIREITO HUMANO ALÉM DA PERSPECTIVA OCIDENTAL

O direito ao desenvolvimento foi introduzido pelo Alto Comissariado para os Direitos Humanos por meio da Resolução 41/128, de 4 de dezembro de 1986, quando passou a se configurar um direito humano inalienável, estendido a todas as regiões do mundo. Porém, como esse direito se sustenta na perspectiva de emancipação humana se questões básicas nomeadamente a alimentação e saúde não são asseguradas a todas as pessoas, principalmente nos países pobres?

A prevalência de direitos humanos, naturais e individuais é, de fato, fundamental à existência humana, posto que assegura a possibilidade de sobrevivência do homem e lhe logra *condições iniciais da liberdade* (TORRES, 2010, grifo do autor). Nessa esteira de pensamento, o foco na realização das necessidades básicas é primordial, e solucioná-las de maneira organizada e integrada faz com que os demais problemas sociais sejam solucionáveis (STREENTEN, 2003).

Por conta disso, a pobreza tornou-se um tema fundamental da agenda global e local, uma vez que não se pode resolver os demais problemas estando com/na ausência de bens e

serviços básicos. De acordo com Amartya Sen (2007), o desenvolvimento tem a ver com a remoção da pobreza uma vez que esta priva o bem-estar material, a dignidade e a confiança dos indivíduos.

Na perspectiva Ubuntu, uma vez que as capacidades devem ser partilhadas, a pobreza se torna problemática porque ela é incapaz de ser partilhada, constitui-se um estado no qual a humanidade não é valorizada. Na verdade, esse problema reflete-se nas sociedades ocidentalizadas onde as pessoas, em situações de pobreza (material e imaterial), enfrentam baixa autoestima diante da incapacidade financeira de adquirir bens básicos à si e à sua família; limitam-se a participar de debates em certos assuntos por falta de conhecimentos formais e técnicos.

A incorporação da dimensão imaterial faz parte de experiência do *Buen Vivir* que considera: conhecimento, reconhecimento social e cultural, código de conduta ética e vínculo com a sociedade e a natureza os elementos de “melhoramento social” – uma ideia aproximada do desenvolvimento – (ACOSTA, 2008). No sistema tradicional africano, todos os indivíduos tinham o direito e a obrigação de expressar, justamente porque a oralidade constituía-se em um veículo universal de participação, já que a seletividade da escrita privaria os indivíduos da participação e reivindicação de seus direitos (KI-ZERBO, 2006).

Alguns recursos vitais devem ser garantidos a todos. A garantia da água, por exemplo, possibilita que as pessoas cuidem de si e das outras. Uma distribuição desigual simboliza o enfraquecimento ou ausência para capacidade individual (LUTZ, 2014). Por essa razão, a água não podia ser comercializada e nem sofrer jogo mercadológico, com objetivo de manter o mínimo a toda a população (KI-ZERBO, 2006).

No modelo de *Buen Vivir* deve-se proibir privatização da água, considerada um direito humano fundamental. Mesma proibição é direcionada aos alimentos, daí a busca da soberania alimentar para assegurar a suficiência (ACOSTA, 2008). Esse pode ser um exemplo do princípio de sustentabilidade que informa que “nem tudo está à venda” diante de recursos necessários, mas limitados (SACHS, 2000).

Nesse sistema africano, a propriedade era mínima cuja estratégia fosse de permitir a exploração adequada e evitar desperdícios e o seu controle por um grupo pequeno. O objetivo era garantir um espaço onde as pessoas pudessem aplicar nelas as suas capacidades. A preocupação nesse contexto era “dar a todos o mínimo necessário, para que as pessoas não morressem de fome e nem caíssem na miséria, tornando-se inúteis para si próprias e para a coletividade” (KI-ZERBO, 2006, p. 38).

Essa lógica é relevante na medida em que sugere o funcionamento da sociedade enquanto uma engrenagem, cujas sinergias entre as diferentes peças (indivíduos) são cruciais ao desempenho e equilíbrio do sistema (comunidade). Por isso, a importância dada à valorização do ser humano com o compromisso de mantê-lo útil a si próprio e reconhecido pela comunidade através das suas capacidades e contribuições. Nesse pensamento, as determinações e as recomendações da Justiça devem ser feitas em prol da recuperação da humanidade da pessoa. Isso se opõe a vigência de um Estado Penal e de instrumento de encarceramento, em outras sociedades, como principal solução prática a transgressão de conduta normativa dos indivíduos e cometimento de infrações e crimes menos graves.

No pensamento Ubuntu, “uma ação é correta na medida em que se relaciona positivamente com os outros e, assim, realiza-se a si mesmo; um ato é errado na medida em que não aperfeiçoa a natureza valiosa de alguém como um ser social” (LUTZ, 2009, p. 316).

Trata-se, entretanto, de uma lógica que mesmo nos países africanos – diante da transformação da natureza de seus Estados e da força da globalização/capitalismo – estão sendo relativizados. Na verdade, a consideração dessas forças é crucial na análise do mito de desenvolvimento e da desigualdade global. Elas permitem visualizar e debater se realmente os Estados partilham um sentimento de alteridade e se estão comprometidos na diminuição da desigualdade e na melhoria da qualidade de vida das populações de outros países.

O desenvolvimento como liberdade, visto como um dos bens primários (junto à oportunidade, riqueza, rendimentos, bens sociais da autoestima) introduziu uma reflexão a esse debate: os detentores da maioria desses bens estão dispostos a uma distribuição igual ou desigual desde que a distribuição desigual beneficie os menos favorecidos? (RAWLS, 2008). John Rawls reconhece que a sociedade é habitada por pessoas que possuem interesses e objetivos e cujas preferências são direcionadas à obtenção de ganhos maiores. Mantendo isso constante, não seria inadequado expandir a análise às relações entre as nações, haja vista a assimetria de recursos e o poder que influencia tais relações.

A concepção rawlsiana, todavia, não resolveria o impasse de distribuição equitativa dos recursos e ganhos, por visualizar a condição do pobre um não problema inicial dos estágios do desenvolvimento. De acordo com Rawls (2008), o pobre enfrentaria os ônus da desigualdade, mas mantendo-se esperançoso de que, em um futuro próximo, a sua condição pudesse ser melhorada (STREETEN, 2003).

Essa perspectiva estrangularia alguns direitos humanos ao longo da espera(nça), na medida em que a preocupação inicial é com o desenvolvimento e depois com os direitos

humanos, pressupondo-se uma visão de diferenciação e não de dialética entre os dois. Da mesma maneira que o pensamento economicista recomendava o crescimento econômico primeiro e depois o desenvolvimento (distribuição social dos ganhos); persistia também a defesa do desenvolvimento no primeiro plano e dos direitos humanos no segundo. Os dois, entretanto, não podem ser separados.

No início da independência política das nações africanas, alguns de seus governos defendiam a consecução de certo nível de desenvolvimento, que nunca veio, para depois promover a democracia e os direitos humanos – que também se atrasaram ou se somaram ao quadro caótico desses países – (KI-ZERBO, 2006).

A proposta conceitual de Amartya Sen pressupõe o homem como um sujeito livre, exercendo suas capacidades. Essa tese se desencanta com a exploração sistemática de homens e mulheres em regiões pobres para sustentar o desenvolvimento das nações ricas. Nessa lógica, o domínio e a exploração não têm a ver com as capacidades, mas sim com o jugo do homem pelo outro, cuja finalidade é amputar a possibilidade de o outro explorar as suas capacidades à construção de uma consciência crítica que o retiraria da condição de subalternidade.

De fato, a relação entre países ricos e pobres, baseada na exploração de recursos minerais e humanos, fez com que privilegiasse a taxa de crescimento econômico do que a promoção humana (KI-ZERBO, 2006). Destarte, o desenvolvimento se ergue segundo “um processo pelo qual outras pessoas são dominadas e seus destinos moldados de acordo com uma forma essencialmente ocidental de conceber e perceber o mundo” (TUCKER, 1999, p. 2).

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano (2000) há uma relação intrínseca no âmbito dos direitos humanos e desenvolvimento humano que se revela de maneira compatível e complementar. As capacitações físicas, sociais, econômicas e políticas aproximam-se dos direitos humanos, uma vez que eles se fundamentam na importância que as liberdades possuem na vida dos indivíduos (PNUD, 2007). Há também uma combinação inerente do desenvolvimento humano com o sustentável. A sustentabilidade é alcançada com a ação consciente do indivíduo. Ela, por seu turno, prepara condições ao exercício amplo e democrático das capacidades individuais com a garantia das necessidades básicas às futuras gerações. Nessa lógica, o humano preceda e informa o sustentável.

No pensamento do Mahbub ul Haq (2007), o desenvolvimento humano é ostentado por quatro pilares fundamentais: igualdade, sustentabilidade, produtividade e empoderamento. A sustentação desses pilares aciona a responsabilidade e a ação de diversos atores, tanto nos países que demandam uma cooperação, quanto nos que ofertam. Porém, o lado que instiga maior

reforço e preocupação são os países demandantes, senão prevalecerão os interesses das nações poderosas.

De acordo com Soosaipillai (2015), a defesa dos direitos humanos na política externa pode revelar três estratégias: 1) direitos humanos são usados como uma arma contra um inimigo, objetivando o alcance de interesses nacionais; 2) Estados do Norte resistem a condenar ou a criticar a situação desses direitos no Sul quando a condenação pode impedir a realização do interesse nacional e, desse modo, 3) eles não ganham suporte quando o impacto no interesse nacional é ausente ou muito baixo.

Nesse pragmatismo, a sugestão doutrinária da redução do tamanho do Estado no Sul se mostra estratégica e perigosa. O Estado é o ator principal na provisão e garantia dos direitos humanos. Em nações mais pobres, a extensão dos direitos fundamentais e o mínimo existencial são maiores em razão da necessidade da proteção estatal dos bens cruciais à sobrevivência populacional (TORRES, 2010).

Nas regiões africanas, “o Estado nem sequer é uma verdadeira realização do Estado nacional.” (KI-ZERBO, 2006, p.63). Nesse viés, pode exigir a redução de uma coisa que mal se consolidou? Essa demanda é uma estratégia para desnortear a construção de um Estado forte, amplamente ancorado no interesse nacional, que fatalmente colocará em risco os interesses de países externos nesses territórios.

No sistema tradicional africano, a função do Estado era de guardião do bem comum, assegurando que a minoria não devorasse a maioria da população. A separação de poder estava enraizada nesse sistema, havia uma clara divisão do poder político com a propriedade da terra, evitando que alguém ou grupo controlassem os dois poderes ao mesmo tempo. A crítica, portanto, é endereçada tanto ao controle exagerado do Estado quanto à busca econômica de maneira inescrupulosa pelo mercado (KI-ZERBO, 2006).

O princípio *Buen Vivir* instiga uma relação dinâmica e construtiva entre Estado, sociedade e mercado, considera que o mercado e o Estado, de maneira isolada, não são as soluções. Procura-se, então, a construção de uma sociedade solidária que articula e ativa igualmente todos os setores produtivos (ACOSTA, 2008).

As perspectivas *Buen Vivir* e *Ubuntu* não negam a modernização, elas tentam oferecer opções e soluções sustentáveis para se viver a era da modernização, contendo nas suas culturas milenares diversas alternativas que hodiernamente são propaladas pelo Norte como soluções sustentáveis e inovadoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contradição da era vigente é o ápice da tecnologia, que pode levar à eficiência em várias áreas, mas vive-se em um mundo de desperdício de alimentos, alocação ineficiente de recursos escassos e especulação sobre recursos vitais. Nesse contexto, as propostas que digitam uma confiança enorme às tecnologias como soluções absolutas aos problemas atuais possuem limitações. Fazem-se necessário refletir e considerar a forma pela qual a mudança na conduta das pessoas provocaria uma revolução na resolução de fome, escassez de água e meio ambiente. Ou seja, a relação do indivíduo/comunidade com a natureza.

As perspectivas Ubuntu e Buen Vivir colocam uma reflexão radical na relação do homem com a natureza e com o espaço social. O Buen Vivir preconiza uma vida em plenitude com a natureza, considerando-a um sujeito de direito; enquanto o Ubuntu enaltece a humanidade que deve ser praticada entre as pessoas e a participação do outro no alcance dessa humanidade.

De que serve tudo isso? Essas perspectivas têm aplicações práticas e vem orientando a vida de vários povos por milênios. O Buen Vivir constitui um princípio da Constituição equatoriana que orienta as ações do governo e do povo equatoriano. Em 2013 foi constituído o *Plan Nacional para el Buen Vivir 2013 - 2017*. A filosofia Ubuntu inspirou Nelson Mandela no processo de reconciliação nacional e pode servir de novo para fortalecer o sentimento de humanismo na África do Sul, e em outras partes da África.

Na verdade, as suas contribuições podem ser maiores, inclusive no ensaio a uma ética global, ou complementar a cesta de soluções dos problemas globais. Isso não seria novidade. O próprio percurso da criação do Índice de Desenvolvimento Humano revela que leituras e perspectivas dos países pobres ajudaram na introdução de novos temas, nomeadamente as questões de gênero e o meio ambiente, influenciando uma definição mais robusta desse índice. Há lições igualmente relevantes nessas culturas que merecem ser adicionadas ao debate internacional sobre o desenvolvimento e direitos humanos, de modo que se faz necessário engendrar resoluções aos problemas globais que ultrapassam a lógica meramente geopolítica.

Obviamente, essas experiências possuem limites e não são soluções totalizantes, mas, lado outro, inexiste uma solução autônoma capaz de resolver de maneira cabal os principais problemas globais, uma vez que se lida na ordem hodierna com questões complexas, portanto, as soluções deverão ser combinadas a partir da pluralidade de experiências e culturas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Alberto. El Buen vivir, una oportunidad por construir. *Revista Ecuador Debate*, n° 75, CAAP, Quito, 2008.
- ALONSO, José Antonio. Desarrollo y promoción de capacidades: luces y sombras de la cooperación técnica. Bilbao: *Cuadernos de Trabajo de Hegoa*, n° 30, 2001.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CHANT, Sylvia; MCILWAINE, Cathy. *Geographies of Development in the 21st Century an Introduction to the Global South*. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 2009.
- DONNELLY, Jack. Human rights and human dignity: an analytic critique of non-Western conceptions of human rights. *The American Political Science Review*, vol. 76, No. 2 (Jun.), 1982, pp: 303-316
- HAQ, Mahbub ul. O paradigma do desenvolvimento humano (1995). In: FAKUDA-PARR, Sakiko. (Ed.). *Desenvolvimento humano: leituras selecionadas*. Belo Horizonte: PUC-Minas Virtual: PNUD, 2007, p: 63-90.
- KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Entrevista com René Hollenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- LUTZ, David. *African Ubuntu Philosophy and Global Management*. *Journal of Business Ethics*, 84, 2009, p. 313-328.
- METZ, Thaddeus. Ubuntu as a moral theory and human rights in South Africa. *African Human Rights Law Journal*, 11, 2011.
- MUÑOZ, Enara Echart (Coord.) et al. El enfoque basado en los derechos humanos en la cooperación sur-sur. In: MUÑOZ, Enara Echart (Coord.) et al. *Cooperación Sur-Sur y derechos humanos*. El derecho a la alimentación en la cooperación argentina y brasileña desde un enfoque basado em los derechos humanos. Madrid: Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación IUDC-UCM, 2013.
- PEET, Richard; HARTWICK, Elaine. *Theories of development: contentions, arguments, alternatives*, 2 Ed. New York: The Guilford Press. 2009.
- PNUD. Direitos humanos e desenvolvimento humano (relatório de desenvolvimento humano 2000). In: FAKUDA-PARR, Sakiko. (Ed.). *Desenvolvimento humano: leituras selecionadas*. Belo Horizonte: PUC-Minas Virtual: PNUD, 2007, p: 113-132.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. In: STROH, Paula Yvone (Org.). *Coleção Ideias Sustentáveis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SADIKI, Larbi. *Libya's Arab Spring: The Long Road from Revolution to Democracy*. *International Studies*, 49, 2012, 285–314.

SANTOS, F. Onofre. O Fogo de Prometeu nas Mãos de Midas: Desenvolvimento e Mudança Social. In: CAMPOS, Taiane L.C. (Org.). *Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas. 2005, p. 13-75.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como expansões de capacitações (1989). In: FAKUDA-PARR, Sakiko. (Ed.). *Desenvolvimento humano: leituras selecionadas*. Belo Horizonte: PUC-Minas Virtual: PNUD, 2007, p: 43-62.

_____. *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SOOSAIPILLAI, Keethaponcalan. North–South relations and human rights. *Bandung: Journal of the Global South*, 2:1, 2015.

STREETEN, Paul. Tendências oscilantes no diálogo sobre o desenvolvimento (2003). In: FAKUDA-PARR, Sakiko. (Ed.). *Desenvolvimento humano: leituras selecionadas*. Belo Horizonte: PUC-Minas Virtual: PNUD, 2007, p: 145-166.

TORRES, Ricardo Lobo. O mínimo existencial como conteúdo essencial dos direitos fundamentais. In: SOUZA NETO, Cláudio; SARMENTO, Daniel (Orgs.). *Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie*, 2ª tiragem, Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2010, 313-339. o e direitos judicializaçiritomentais. o de desenvolvimento, cujo ator principal

TUCKER, V. The myth of development: a critique of eurocentric discourse. In: MUNCK, Ronaldo; O'HEARN, Denis. (Eds.). *Critical development theory*. Contributions to a new paradigm. London: Zed Books. 1999.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável - desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CAPÍTULO VIII

TRAÇOS CONTRA-HEGEMÔNICOS EM REALIDADES SOCIOAMBIENTAIS

JOÃO BATISTA MOREIRA PINTO⁶³

MARIZA RIOS⁶⁴

1 INTRODUÇÃO

A problemática em que todos os autores se debruçaram na presente pesquisa, dando continuidade ao quadro de contradições trabalhadas pelo grupo em 2016, pode ser definida a partir do seguinte questionamento: em que medida as realidades pesquisadas podem ser consideradas emancipatórias, nos termos considerados por Santos (2013), como enfrentamento das construções hegemônicas. Nesse sentido, buscou-se identificar elementos caracterizadores dessas realidades que apontavam traços contra-hegemônicos. A partir de pesquisas de campo do grupo, apresentadas nos capítulos anteriores, o presente capítulo tem por objetivo fazer uma síntese da pesquisa considerando três questões fundamentais: a) as diferentes trajetórias identificadas nas realidades pesquisadas frente à questão ambiental; b) a correlação dessas ações e práticas com os direitos humanos; e, por fim, c) as características e potencialidades socioambientais das realidades pesquisadas.

2 DIFERENTES TRAJETÓRIAS ATÉ A QUESTÃO AMBIENTAL

Uma primeira questão fundamental a ser destacada é a trajetória diferenciada de cada uma dessas realidades pesquisadas face à questão ambiental. Parece possível ressaltar que a realidade ambiental será considerada e incluída como aspecto fundamental nas diferentes experiências e realidades analisadas a partir de trajetórias e de processos sócio-históricos distintos, mas que pode ser um elemento de aproximação e de integração em um processo amplo

⁶³ Doutor e Pós-Doutor em Direito pela Université de Paris X, Nanterre. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor permanente no Programa de Mestrado em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara e coordenador do Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos, Meio Ambiente, Epistemologia Ambiental e dos Direitos Humanos e processos de construção da Sustentabilidade”.

⁶⁴ Doutora em Direito na Universidade Complutense de Madrid, Espanha. Mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB – Universidade Nacional de Brasília, com pesquisa na Universidade de Coimbra sob a orientação de Boaventura de Sousa Santos. Professora da Escola Superior Dom Helder Câmara. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, meio Ambiente, Epistemologia Ambiental e dos Direitos Humanos e processos de construção da Sustentabilidade. Derecho Comparado Global: Gobernanza, Innovación y Sostenibilidad.

e complexo de articulações contra-hegemônicas e emancipatórias envolvendo um conjunto de possibilidades.

Assim, nas experiências indígenas, a realidade ambiental não é uma descoberta, mas algo que integra a cultura desses povos. Não há como dissociar a vida das comunidades indígenas e sua dependência e cuidado com a natureza. Isto é, o cuidado com a natureza é algo intrínseco à cultura indígena, algo destacado no conjunto da bibliografia especializada e confirmado na pesquisa de campo realizada. Portanto, a vinculação indígena com a natureza dá-se por sua trajetória de vida e como parte de sua cultura.

Nas realidades quilombolas pesquisadas, parece possível observar uma outra realidade original que leva à questão ambiental. A análise sócio-histórica dessas comunidades aponta para uma origem marcada por um processo de articulação e de resistência frente a uma realidade social de exclusão. Assim, a vinculação inicial dos primeiros quilombos deu-se a partir de uma realidade social, e como consequência também uma realidade com uma cultura e com uma forma de vida própria, marcada por resistências. É certo que o quase confinamento que parte desses quilombos vivenciou levava ao desenvolvimento de uma economia agrária e, portanto, também a uma dependência com a terra e com a natureza.

Na experiência coletiva de agroecologia percebeu-se uma outra base até a vinculação à questão ambiental. As entrevistas apontaram para um histórico de pessoas ou famílias que vivenciavam as contradições sociais e econômicas do modelo capitalista, que exclui uma parcela significativa da população brasileira de acesso aos meios de trabalho e à dignidade humana. Nesse processo de contraposição a essa realidade socioeconômica e lutando pelo acesso à terra, portanto através de uma luta política e com o apoio de organizações que atuam na luta pela terra, essas organizações chegaram à questão ambiental.

Enquanto as três realidades anteriores apresentam forte vinculação com a terra, a natureza e a produção rural, as seguintes podem ser consideradas sobretudo a partir de vivências das contradições urbanas. Os casos de economia solidária pesquisados apontam inicialmente para contradições sociais. Isto é, as associações ou cooperativas de trabalhadores que atuam na coleta de materiais recicláveis parecem apontar para uma trajetória que chega à questão ambiental, mas tendo por realidade inicial o desafio de superar vulnerabilidades sociais. Podemos dizer que a descoberta coletiva da questão ambiental é um segundo momento de um processo de atuação frente às vulnerabilidades sociais. Nessas experiências, a própria constituição como coletivo é também parte desse processo, e na discussão sobre a realidade que

vivenciam se percebem como sujeitos coletivos e com uma trajetória de atuação para a superação das contradições ambientais.

Já na implantação do projeto “Lixo Zero”, no bairro de Santa Tereza em Belo Horizonte, a questão social e a ambiental já aparecem interligadas desde o primeiro momento. A própria denominação do projeto traz a questão da superação de uma das contradições ambientais do modelo capitalista e consumista como central, mas ela não se dissocia da realidade social, pelo histórico das organizações promotoras da iniciativa, mesmo que a questão ambiental no projeto seja destacada e, *a priori*, central.

As ecovilas, por sua vez, são expressão de uma outra realidade face às contradições ambientais. O movimento e a proposta dos atores envolvidos nas experiências de ecovilas normalmente retratam um histórico de pessoas vivendo, inicialmente, em realidades urbanas, mas que por uma outra proposta cultural e ambiental, optaram por um outro modo de vida, em realidades mais próximas ao rural ou com forte interação com a natureza.

Por fim, o conjunto de experiências emancipatórias e contra-hegemônicas nas realidades locais e regionais exigiriam por parte do poder público, estrategicamente em termos políticos, algumas respostas. Certo, essas respostas além da correlação com as experiências sociais, já se vinculariam a determinados princípios do direito, e em especial com o referencial dos direitos humanos. De toda forma, por opção política, o poder público pode ser mais aberto ou mais resistente a essas manifestações culturais, sociais, políticas e ambientais da sociedade. Ao incluirmos a análise de experiências do poder público em nossas análises, apontamos para a relevância das articulações e do fortalecimento e ampliação da rede nesses processos contra-hegemônicos em que as motivações e trajetórias da sociedade civil se articulam com o poder jurídico-político em alguns órgãos governamentais mais abertos ao campo dos direitos humanos, incluindo a questão ambiental.

Para uma análise complementar, optou-se pela inclusão no livro de uma análise comparativa apontando experiências e concepções relativas ao desenvolvimento e aos direitos humanos em culturas africanas e da América Andina (MATOS, 2017, p. 111).

3 DIREITOS HUMANOS E SEUS PRÓPRIOS LIMITES

Pode-se afirmar, sem sombra de dúvidas, que é inegável a trajetória histórica, nacional e internacional em torno dos direitos humanos e nesse contexto vários pesquisadores fazem pesquisas para demonstrar a importância da efetivação desses direitos, reconhecidos

e albergados pelas constituições modernas em seu núcleo mais importante, as cláusulas pétreas que vêm dar corpo e possibilidade jurídica ao princípio norteador de todo o texto constitucional, a dignidade humana.

Nesse contexto, o reconhecimento global dos direitos contrasta com uma realidade reconhecida por Santos (2013, p. 42) “como uma realidade perturbadora. A grande maioria da população não é sujeito de direitos humanos”. No quadro de grupos sociais pesquisados é perceptível a preocupação do grupo de que as pessoas sejam reconhecidas como sujeitos de direitos no processo de efetivação de políticas que possam recuperar a potencialidade da população no exercício de luta pelos direitos humanos.

Dessa maneira, mesmo sendo os direitos humanos, conforme indica Santos (2013, p. 42) “[...] parte da mesma hegemonia que consolida e legitima sua opressão não poderão ser utilizados para a subverter”. É dizer, podem ter os direitos humanos uma linguagem da dignidade e ser ao mesmo tempo parte da hegemonia que consagra a opressão, mas as lutas sociais pesquisadas demonstram que os direitos humanos constituem ferramenta importante de luta política e jurídica na materialização da dignidade humana de cada cidadão.

O ponto importante a se destacar nas realidades pesquisadas é que quase todas estão localizadas na cidade. Assim, é importante observar, no contexto urbano, que o próprio direito à cidade é interdependente dos outros direitos humanos contemplados na pesquisa e neles se inclui o direito ao desenvolvimento, a um meio ambiente sadio e a própria participação social como instrumento capaz de garantir o equilíbrio democrático e, nesse contexto, pode-se afirmar ser o direito à cidade um direito humano coletivo da população urbana e, portanto, garantidor da dignidade humana.

Assim, pode-se considerar que uma cidade capitalista dificulta em muito a realização dos direitos humanos em seu conjunto, impede que a população tenha acesso ao seu desenvolvimento, bem como a sustentabilidade ambiental está comprometida.

Nesse sentido, Santos (2016, p. 254) adverte que “a política urbana desgarrada, quer da política fundiária, que da política de emprego, não pode deixar de fracassar”. Nesse contexto, as lutas pesquisadas deixam claro, ao ver da pesquisa, certa dificuldade de pensar as políticas de forma interligada como parte de uma grande ferramenta, os direitos humanos.

A cidade capitalista, para Santos (2016, p. 256) não tem “o objetivo de resolver as contradições, mas antes dispersá-las, mantendo-as em níveis toleráveis e funcionais perante as exigências da acumulação capitalista”. Portanto, pensar a cidade a partir de seu modelo de construção se torna um desafio para as lutas sociais por direitos humanos, ou seja, não pode

faltar na agenda o próprio direito à cidade como ferramenta importante na efetivação dos direitos humanos. O que requer pensar, nessa paisagem, as potencialidades das próprias políticas na construção da emancipação social, das potencialidades do projeto contra-hegemônico que visa a efetividade dos direitos.

Por fim, podemos concordar com Santos, de que a ocupação do Direito é fundamental para recuperar a linguagem emancipatória dos direitos humanos, reforçar a importância da potencialidade das lutas na interdisciplinaridade das políticas de direitos e, porque não dizer, em uma agenda comum em torno do desenvolvimento sustentável da cidade já que os direitos humanos são fundamentais para a identidade de uma cidade ambientalmente sustentável.

Em síntese, de uma forma geral, pode-se concluir que os movimentos ou grupos pesquisados percebem ou apontam essa correlação entre suas lutas e a questão da efetivação ou ampliação do acesso aos direitos humanos do grupo/comunidade. Isso fica evidente quando perguntados se suas lutas ou ações teriam por objetivo a ampliação da efetivação dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, enfim, do conjunto dos direitos humanos dos envolvidos.

4 CARACTERÍSTICAS E POTENCIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS DAS REALIDADES PESQUISADAS

A partir das pesquisas de 2016, o grupo projetou algumas características que deveriam estar presentes para a caracterização de realidades contra-hegemônicas em termos socioambientais. Assim, conforme destacado anteriormente em Pinto:

Enfim, após alguns anos analisando a questão das ambiguidades e contradições sociais e ambientais do “Desenvolvimento Sustentável”, chegamos a uma construção que traz elementos para o estabelecimento de novas bases epistemológicas, sociais, éticas, culturais e políticas, que poderão nortear as novas relações pelo mundo, a partir da priorização efetiva da Sustentabilidade, por determinados setores da sociedade, o que permitiria um enfrentamento da posição hoje, hegemônica. (PINTO, 2017, p. 169-170)

Em seguida ressalta:

Apontamos abaixo alguns elementos que nos ajudam a vislumbrar esse processo já em curso, mas que pode ser aprimorado e ampliado, com maior conscientização e envolvimento da sociedade em prol de relações sociais e ambientais mais sustentáveis, mas também a partir do momento que os movimentos emancipatórios assumirem os Direitos Humanos como um projeto político de sociedade, que poderá inclusive promover uma vida e uma sociedade mais sustentáveis.

São elementos ou fases desse processo de afirmação da sustentabilidade, considerada como parte desse novo projeto de sociedade:

- a) Ele ocorre e deve ser observado em contextos concretos, mesmo que as referências que sustentam suas contradições possam advir de um modelo global e hegemônico;
- b) Ocorre a partir de realidades de ‘insustentabilidade’, isto é, onde as contradições sociais e ambientais se tornam manifestas e evidentes;
- c) Envolve um processo dialético de conscientização através de percepções e de lutas políticas, sociais e ambientais;
- d) É um processo de construção de alternativas ao modelo hegemônico, a partir de realidades locais e de redes, que aportam novas formas de relação frente ao econômico, priorizando o aspecto social e a produção em vistas ao coletivo, com relações mais horizontais e democráticas, e valorizando a qualidade de vida, com preservação e aprimoramento nas relações com a natureza;
- e) Como parte desse processo dialético, a ampliação das ações no campo emancipatório, a partir da articulação política, levará a um maior reconhecimento, por parte da sociedade, dessas práticas e relações contra-hegemônicas;
- f) Nesse processo, poderá se observar uma diminuição gradual das contradições sociais e ambientais, sobretudo entre os envolvidos ou em realidades com ampliação das práticas contra-hegemônicas;
- g) Pode-se antever respostas estratégicas do sistema hegemônico que, em realidades ou contextos em que as práticas emancipatórias já estejam reduzindo as possibilidades de reprodução do sistema, e com o intuito de manter ou ampliar seu espaço nesse confronto, ampliará o grau de observância de direitos sociais e ambientais;
- h) Aprimoramentos e fortalecimento no processo de Sustentabilidade ou de Sustentabilidade com desenvolvimento, e
- i) Nova etapa do processo dialético e contra-hegemônico, onde o grau de insustentabilidade e, portanto, de sustentabilidade, já seriam outros, em diversas partes da realidade global. (PINTO, 2017, p. 170-171)

Nesse ponto, após a análise de algumas realidades que nos propusemos a pesquisar, seus aspectos ou potencialidades contra-hegemônicos, propomo-nos a retomar os elementos caracterizadores para uma análise concreta desse potencial emancipatório.

– **Contextos concretos:** com relação a esse primeiro elemento, pode-se observar que, em todas as realidades pesquisadas, só é possível compreender suas potencialidades e limitações a partir de seus contextos e perspectivas próprias, como ficou ressaltado acima sobre as diferentes trajetórias até a questão ambiental, evidenciando seus contextos concretos e suas particularidades.

– **Realidades de “insustentabilidade”:** sobre este elemento, observa-se que as diferentes realidades analisadas, apesar de expressarem particularidades, manifestaram também contradições sociais e ambientais decorrentes do modelo hegemônico. Assim, nesses contextos locais, se vivenciava e se observava esses elementos de insustentabilidade, face aos quais comunidades, grupos, movimentos ou redes estão construindo respostas alternativas a essas contradições. Certo é, como vimos no item sobre as diferentes trajetórias, esses fatores de insustentabilidade são distintos, se consideradas as comunidades indígenas ou as contradições sociais vivenciadas inicialmente por aqueles que se vinculam a processos de economia popular solidária.

– **Um processo dialético de conscientização:** o terceiro elemento ou fase do processo de afirmação da sustentabilidade indicado, relacionado ao “processo dialético de conscientização através de percepções e de lutas políticas, sociais e ambientais”, foi melhor evidenciado em algumas das realidades pesquisadas que outras, como na “rede de agroecologia”. Nesta, esse processo de conscientização aparece claramente, a partir de um processo de lutas por acesso ao direito à terra, um processo de anos, acompanhado por movimentos comprometidos com essa causa e que chegaram, nesse processo, às questões e contradições ambientais do modelo hegemônico, buscando construir outras alternativas sociais e ambientais a partir da agricultura popular e da agroecologia.

Entretanto, esse processo de conscientização pode ser avaliado também pelo envolvimento dos atores das diferentes realidades na construção de alternativas socioambientais. Essas contradições trazem consequências distintas nas diferentes realidades, por exemplo nas comunidades indígenas e quilombolas, vivendo mais a partir da força de suas comunidades os grandes desafios estão marcados ao interesse por suas terras, o que tem levado a conflitos, mas também à luta por preservação dessas terras e de suas culturas. Já nas associações de catadores de materiais recicláveis, como se pôde perceber nos capítulos 3 e 4 *supra*, o processo tem levado pessoas que vivenciavam fortemente as consequências das contradições sociais a perceberem e a se reconhecerem como sujeitos de um processo de reinvenção de possibilidades socioambientais, a partir do qual fortalecem suas subjetividades e compreensões sociais e políticas, através da consciência da relevância de seu trabalho, aspecto reconhecido pela sociedade.

– **A construção de alternativas face ao modelo econômico hegemônico:** considerando que as contradições sociais e ambientais que vivenciamos são decorrências diretas do capitalismo, isto é, do poder econômico hegemônico, esse aspecto será central no conjunto das realidades pesquisadas. Frente às contradições, novas formas de tratar a questão da sustentabilidade econômica.

Nas comunidades indígenas e quilombolas, onde a questão da produção econômica está voltada para o coletivo, com várias atividades realizadas através de rituais para a caça ou para a produção dos alimentos, a acumulação, elemento central do capitalismo e fonte das desigualdades sociais globais, simplesmente não tem sentido. Assim, a começar pelas comunidades indígenas e quilombolas, as realidades pesquisadas trazem em si esse elemento fortemente contra-hegemônico: um espírito voltado para o coletivo. Nas comunidades indígenas, mesmo as possibilidades de atuação individual, como a destacada no primeiro

capítulo por Moura e Silva (2017, p. 09), como a formação de alguns deles fora da aldeia, está quase sempre vinculada à perspectiva de retorno à comunidade para seu fortalecimento.

A relação desses povos ou comunidades, mais integrados à natureza, dá-se no ritmo da natureza e de acordo com suas potencialidades. Muitos problemas atuais vivenciados por parte dessas comunidades estão relacionados à ampliação da degradação ambiental e seus efeitos sobre a natureza. Assim, a diminuição da caça e da pesca, está intimamente relacionada às atividades externas às comunidades ou reservas indígenas.

Também nas realidades ligadas à economia popular solidária, analisadas nos capítulos 3 e 4 acima, por Clark, Henrique e Araújo (2017, p. 40) e França e Castro (2017, p. 53) observa-se um contraponto ao modelo capitalista hegemônico, uma vez que fundadas no trabalho e na distribuição coletivos. Isto é, os resultados da produção, mesmo que se possa considerar também a produção individual, serão partilhados conforme o trabalho de todos, e sobretudo, sem uma estrutura de exploração sobre o trabalho humano. Destarte, não há que se falar em lucro; os resultados econômicos da produção das associações ou cooperativas populares não são de um proprietário, mas do coletivo.

Ora, esses modelos de propriedade e de produção coletiva, sem o traço do lucro, é por si só contra a estrutura capitalista e tem um potencial político e econômico de transformação da sociedade. Esse traço mais coletivo de produção está presente em todas as experiências pesquisadas, desde as comunidades indígenas e quilombolas até as experiências em ecovilas, passando por associações de trabalhadores, como a de catadores e redes agroecológicas.

Vinculado a essa perspectiva de propriedade e produção coletivas, evidenciou-se outro aspecto fundamental e estruturador das relações nessas organizações: a solidariedade entre seus integrantes e, de forma mais ampla, com a sociedade. Também este aspecto, mesmo considerando que isso se dê sempre em um processo, o que explica as possíveis contradições pontuais, será fundamental para a caracterização de todas essas experiências ou organizações contra-hegemônicas, em que se percebeu diferentes formas de produção e de repartição mais coletivas e solidárias; o que se contrapõe à estrutura capitalista.

Isso retrata uma dimensão cultural muito forte nas comunidades indígenas e quilombolas, mas também nas outras realidades que envolvem essa perspectiva coletiva de atuação, estruturadas na solidariedade. Nesse processo, essa contra-hegemonia cultural se evidencia, uma vez que a marca do modelo hegemônico não é a solidariedade, mas a competição e a individualidade, características do capitalismo.

Esse traço, da solidariedade, que vai se evidenciar entre os integrantes dessas realidades, comunidades e organizações, terá repercussões também sobre a natureza, mesmo que a partir de trajetórias e perspectivas distintas, como evidenciado acima.

Portanto, foi possível confirmar nas realidades trabalhadas o que havíamos projetado sobre elas na pesquisa anterior: a construção de alternativas econômicas contra-hegemônicas, “priorizando o aspecto social e a produção em vistas ao coletivo, com relações mais horizontais e democráticas, e valorizando a qualidade de vida, com preservação e aprimoramento nas relações com a natureza” (PINTO, 2017, p. 170).

Este último aspecto, de valorização da qualidade de vida e aprimoramento das relações com a natureza, apesar de poder ser melhor identificado nas realidades da rede de agroecologia e das ecovilas, conforme Corradi e Porto (2017, p. 70), também está presente nas comunidades indígenas e quilombolas, sem que estas tenham perdido essa relação com a natureza para sua valorização, e nas realidades de economia popular solidária, atuando com a reciclagem.

Por fim, a importância da organização e da atuação em rede. As pesquisas empíricas deste ano, realizadas pelo grupo, evidenciaram a relevância dessas realidades e suas potencialidades para um processo emancipatório e contra-hegemônico mais amplo, que possa ampliar e integrar outras realidades semelhantes em âmbito nacional e global. A possibilidade de articulação em rede e a percepção dessas potencialidades pode favorecer essa abertura para a construção de redes não só locais, mas também regionais, nacionais ou internacionais.

Essas experiências de rede podem ocorrer em várias etapas do processo, através da troca de experiências e de saberes (LEFF, 2012; SANTOS, 2006), o que foi observado em todas as realidades, assim como nas estratégias de produção e comercialização dos produtos contribuindo para o fortalecimento econômico e político dessas organizações.

É possível afirmar que essas realidades têm traços contra-hegemônicos que podem ser ampliados e fortalecidos através da articulação com outras realidades semelhantes pelo mundo.

Pode-se perguntar, entretanto, sobre a potencialidade dessas experiências locais para fazerem face ao modelo hegemônico do capitalismo e do desenvolvimento sustentável. O que se pode observar é que, mesmo atuando de forma paralela ao modelo hegemônico, em um primeiro momento, essas realidades têm um potencial transformador e contra-hegemônico sobretudo se pensarmos na multiplicidade dessas realidades que se dão a partir de realidades locais, e que, portanto, produzem consequências individuais e coletivas nessas comunidades, e que podem se fortalecer mutuamente na articulação com outras experiências ou organizações semelhantes nas diferentes dimensões (local, regional, nacional e global).

– **Maior reconhecimento das práticas e relações contra-hegemônicas:** esse aspecto também pôde ser observado no conjunto das realidades empíricas trabalhadas. Mas perceba-se que esse maior reconhecimento dessas práticas e relações contra-hegemônicas implica na ampliação também das possibilidades de visibilidade e de compreensão dessas realidades frente às práticas dominantes. Porém, mesmo com os obstáculos para essa divulgação das práticas contra-hegemônicas, não há como não reconhecer na sociedade brasileira, avanços em termos culturais e institucionais no que se refere a um maior reconhecimento e valorização das comunidades indígenas e, em parte, também das quilombolas – mesmo estas não tendo a visibilidade das primeiras.

Percebe-se também esse maior reconhecimento e valorização dos grupos, associações e redes que atuam em prol de uma vida mais saudável, com alimentação de qualidade, o que se evidencia na ampliação do interesse por acesso a uma alimentação de qualidade, o que será promovido, por exemplo, pela rede de agroecologia pesquisada.

E vinculada a essa valorização da qualidade de vida, como não perceber o reconhecimento das associações ou organizações de catadores de materiais recicláveis, que prestam um serviço fundamental para a coletividade, sendo reconhecidos em seu trabalho de contribuição para a preservação ambiental. Esse reconhecimento pôde ser analisado no estudo que fizemos do Projeto “Lixo Zero” (FRANÇA e CASTRO, 2017, p. 53), no qual se percebeu a aceitação e a solidariedade da comunidade a um projeto que tende a beneficiar a todos, em uma perspectiva socioambiental.

Essa realidade de maior reconhecimento dessas práticas e ações contra-hegemônicas não significa, entretanto, nenhuma forma de consenso em torno desses processos, permanece uma realidade conflitiva, que leva uma parcela da população ou setores da sociedade a buscarem manter suas práticas vinculadas ao modelo hegemônico e produzindo novas contradições sociais e ambientais.

– **Diminuição gradual das contradições socioambientais:** este aspecto da diminuição gradual das contradições deve ser analisado tanto em termos sociais e culturais como ambientais. Em termos sociais, é evidente, em todas as realidades pesquisadas, o aprimoramento das condições sociais dos envolvidos ou a expectativa disso. Uma das razões para a superação dessas condições sociais degradadas foi apontada acima, tratando de outras formas de produção, da produção coletiva e da solidariedade; o que interliga as condições sociais e as culturais.

Já com relação à superação gradual das contradições socioambientais, em todas as realidades pesquisadas a questão ambiental ou já era ou passou a ser fundamental. Assim, se nas realidades indígenas e quilombolas ela é parte integrante de suas trajetórias constitutivas, nas realidades como a rede de agroecologia, nas experiências de trabalho envolvendo a reciclagem, nas novas formas de relação com a natureza, como nas ecovilas, e mesmo nos novos parâmetros para se considerar a questão ambiental em alguns órgãos públicos (LEVANTE, RIOS e SCABARELLI, 2017, p. 89) se percebe que as ações e práticas nessas diferentes realidades são propulsoras de uma superação gradual ou minimização das contradições ambientais.

Note-se que a superação gradual dessas contradições não representa necessariamente, uma diminuição geral dessas contradições, pois ela pode ficar mais restrita àqueles envolvidos nessas práticas, ou a realidades com ampliação das práticas contra-hegemônicas.

– **Respostas estratégicas do sistema hegemônico:** essa é uma característica que não foi objeto de estudo nas realidades pesquisadas este ano. Na verdade, se trabalhamos sobre a projeção de elementos ou etapas que caracterizariam essas realidades contra-hegemônicas, percebeu-se que nas realidades trabalhadas, ainda estaríamos em uma etapa que talvez não fosse possível perceber as possíveis reações do sistema hegemônico. Da mesma forma, os outros dois elementos projetados sobre essas realidades, o aprimoramento e fortalecimento no processo de sustentabilidade e uma nova etapa no processo dialético, também não puderam ser trabalhados nas realidades pesquisadas.

Acreditamos que, para uma análise dessas últimas características, já teríamos que considerar realidades com um processo dialético mais avançado em termos de etapas do processo socioambiental. Isto é, essas três últimas etapas, já implicariam a análise de realidades contra-hegemônicas mais avançadas, mas implicariam também a análise das possíveis respostas ou alterações no interior do próprio modelo hegemônico frente às manifestações contra-hegemônicas, tentando manter sua hegemonia. Essa será a possível tarefa teórica frente à qual nosso grupo de pesquisa deverá se debruçar em 2018.

Finalizando nossas considerações e como destacamos acima, o processo para se chegar à questão ambiental passa por realidades e trajetórias distintas e na quase totalidade dos casos analisados nesta pesquisa, evidenciou-se uma realidade que provavelmente poderá ser identificada na grande maioria das experiências emancipatórias e contra-hegemônicas, a partir da realidade ambiental no Brasil: essas realidades passam pelo viés cultural e/ou social antes do norteamo ambiental.

Assim, nesse processo de contraposição ao modelo hegemônico de desenvolvimento, observa-se que a luta por um outro modelo de desenvolvimento, norteado efetivamente pela sustentabilidade e com possibilidades efetivas de superação das contradições socioambientais, não se sustenta exclusivamente sobre o viés ambiental.

A própria luta ambiental emancipatória e contra-hegemônica passa necessariamente pela articulação ampla com outro modelo de produção, mais solidário, coletivo, mais atento às necessidades e possibilidades da natureza e dos seres humanos, estes como integrantes daquela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLARK, Giovani. HENRIQUE, Liziane Aguiar. ARAÚJO, Marina Fagundes de. Economia Popular Solidária. In: PINTO, João Batista Moreira. RIOS, Mariza (orgs.) *Realidades Socioambientais Contra-Hegemônicas: Emancipação Social e Sustentabilidade*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 1ª edição, 2017, p. 40-53.

CORRADI, Marco Antônio Oliveira Júnior. PORTO, Lucas Magno Oliveira. Ecovilas e permacultura: novas percepções de moradia e meio ambiente ecologicamente equilibrado em Minas Gerais. In: _____. _____. (orgs.) *Realidades Socioambientais Contra-Hegemônicas: Emancipação Social e Sustentabilidade*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 1ª edição, 2017, p. 70-88.

FRANÇA, Vanessa de Vasconcellos Lemgruber. CASTRO, Carolina Souza. Rede Lixo Zero Santa Tereza: Um Programa de Coleta Seletiva Solidária. In: _____. _____. (orgs.) *Realidades Socioambientais Contra-Hegemônicas: Emancipação Social e Sustentabilidade*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 1ª edição, 2017, p. 53-69.

LEFF, Enrique. *Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes*. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2012.

LEVATE, Luiz Gustavo. RIOS, Mariza. SCARABELLI, Tânia Maria dos Santos. In: Rompendo contradições entre o desenvolvimento e a implantação de políticas públicas socioambientais. In: PINTO, João Batista Moreira. RIOS, Mariza (orgs.) *Realidades Socioambientais Contra-Hegemônicas: Emancipação Social e Sustentabilidade*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 1ª edição, 2017, p. 09-20.

MATOS, Pedro Andrade. Desenvolvimento como Direito Humano: Uma leitura além da visão ocidental. In: _____. _____. (orgs.) *Realidades Socioambientais Contra-Hegemônicas: Emancipação Social e Sustentabilidade*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 1ª edição, 2017, p. 111-123.

MOURA, André Almeida de. SILVA, Maria Emília. Povos e comunidades tradicionais como agentes da proteção e promoção da sustentabilidade ambiental. In: _____. _____. (orgs.) *Realidades Socioambientais Contra-Hegemônicas: Emancipação Social e Sustentabilidade*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 1ª edição, 2017, p. 09-20.

PINTO, João Batista Moreira. Elementos para uma sustentabilidade com desenvolvimento. In: _____ (org). *Da Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável à Sustentabilidade com Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2ª edição, p. 157-174, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo, Cortez, 2006.

_____. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. In: CHAUI, Marilena. _____. *Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. *As bifurcações da ordem: Revolução, Cidade, campo e Indignação*. São Paulo: Cortez, 2016.